



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

XIII Legislatura

Número: 8

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 11 de abril de 2024

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio e Deputado Lubélio Mendonça, substituído no decorrer da Sessão pela Deputada Isabel Teixeira*

Sumário

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, passou-se para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados vários votos:

- Voto de congratulação pela nomeação do Monsenhor António Saldanha para Cónego da Basílica Santa Maria Maior

Feita a apresentação do voto pela Sra. Deputada Salomé Matos (*PSD*) e tendo usado da palavra os Srs. Deputados: João Castro (*PS*), José Pacheco (*CH*) e Pedro Neves (*PAN*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- Voto de congratulação pelos 25 anos da Escola Profissional do Pico

Apresentado o voto pela Sra. Deputada Marta Matos (*PS*) e depois de ter usado da palavra o Sr. Deputado José António Soares (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

- Voto de congratulação pelos 150 anos da Sociedade Filarmónica Recreio Serretense

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Gomes (*PSD*);

- Voto de congratulação pelos 100 anos do Clube Desportivo Lajense

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Mário Tomé (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- Voto de congratulação pelo 25.º aniversário da Associação Crescer em Confiança

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Jaime Vieira (*PSD*);

- Voto de congratulação à Associação Sol Nascente pela comemoração dos seus 25 anos

Após a leitura do voto pela Sra. Deputada Sandra Costa Dias (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- Voto de congratulação ao Grupo Folclórico das Doze Ribeiras pela celebração dos 50 anos

O referido voto foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Chaves (*PSD*) e de ter usado da palavra o Sr. Deputado Luís Leal (*PS*);

- Voto de congratulação ao 25 aniversário da Associação Faialense dos Amigos dos Animais

Apresentado o voto pela Sra. Deputada Salomé Matos (*PSD*) e depois de terem usado da palavra os Srs. Deputados Lúcio Rodrigues (*PS*) e Pedro Neves (*PAN*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

- Voto de saudação pelo 50.º aniversário do 25 de Abril de 1974

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Dora Valadão (*PS*) e tendo usado da palavra a Sra. Deputada Délia Melo (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- Voto de saudação pelos 50 anos de democracia

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*) e depois de ter usado da palavra o Sr. Deputado José Pacheco (*CH*), o referido voto foi aprovado por maioria.

- Voto de pesar pelo falecimento do Padre João Luciano do Couto Rodrigues

Apresentado o voto pela Sra. Deputada Patrícia Miranda (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos prosseguiram com a apresentação de uma **Declaração Política**, apresentada pelo Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*).

Participaram no debate os/as Srs./as Deputados/as: Andreia Cardoso (*PS*), Paulo Gomes (*PSD*), Francisco Lima (*CH*), Nuno Barata (*IL*), António Lima (*BE*), bem como a Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*).

Entrando na agenda da reunião, foi apresentado em Plenário o **Projeto de Resolução n.º 6/XIII – “Regularizar os contratos e os horários de trabalho dos trabalhadores dos Centros de Interpretação Ambientais dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, pela Sra. Deputada Joana Pombo Tavares (*PS*).

Os trabalhos prosseguiram com a apresentação do **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 2/XIII – “Comissão Eventual de Acompanhamento de Políticas de Ordenamento do Espaço Marítimo”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a justificação de urgência feita pela Senhora Deputada Salomé Matos (*PSD*) o pedido de urgência foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Em seguida, foi apresentado o [Projeto de Resolução n.º 2/XIII – “Comissão Eventual de Acompanhamento de Políticas de Ordenamento do Espaço Marítimo”](#), apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP e pela Representação Parlamentar do PPM;

Após a sua apresentação ter sido feita pela Senhora Deputada Salomé Matos (*PSD*), participaram no debate os/as Srs./Sras. Deputados/as: José Pacheco (*CH*), Nuno Barata (*IL*), António Lima (*BE*), José Ávila (*PS*), Pedro Neves (*PAN*), bem como o Senhor Secretário Regional do Mar e Pescas (*Mário Pinho*).

Sujeito à votação, a iniciativa foi aprovada por maioria.

Dando seguimento à agenda, o Sr. Deputado Gualberto Rita (*PS*) justificou o [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 3/XIII – “Ajustar o horário das lotas, rever a circular do atum rabilho e reforçar os recursos humanos da Inspeção Regional das Pescas e de usos marítimos”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Assim, passou-se ao debate e votação do [Projeto de Resolução n.º 3/XIII – “Ajustar o horário das lotas, rever a circular do atum rabilho e reforçar os recursos humanos da Inspeção Regional das Pescas e de usos marítimos”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação da iniciativa coube ao Sr. Deputado Gualberto Rita (*PS*), tendo usado da palavra posteriormente os/as Srs./as Deputados/as: Jaime Vieira (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), José Pacheco (*CH*), Mário Tomé (*PS*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Pedro Neves (*PAN*), José Sousa (*CH*), bem como o Senhor Secretário Regional do Mar e Pescas (*Mário Pinho*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos continuaram com a apresentação do [Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 4/XIII – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores a preservação das hortênsias dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Francisco Lima (*CH*), participaram no debate os/as Srs./as Deputados/as António Lima (*BE*) e Joana Pombo Tavares (*PS*).

Após votação, o pedido de urgência foi aprovado.

De seguida, foi feita a apresentação do [Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 5/XIII – “Recomenda ao Governo Regional que anule o processo de privatização da SATA Internacional - Azores Airlines”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do BE, pelo Senhor Deputado António Lima (*BE*).

Submetido à votação, o pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Assim sendo, passou-se à apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 5/XIII – “Recomenda ao Governo Regional que anule o processo de privatização da SATA Internacional - Azores Airlines”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do BE, pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*).

Participaram no debate os Srs. Deputados: Pedro Pinto (*CDS-PP*), Francisco Lima (*CH*), Carlos Silva (*PS*), Paulo Simões (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), Pedro Neves (*PAN*), João Castro (*PS*), bem como o Senhor Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

Sujeito à votação, o projeto de resolução foi rejeitado.

No final foram proferidas declarações de voto pelos seguintes Srs. Deputados: Carlos Silva (*PS*), Paulo Simões (*PSD*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), António Lima (*BE*) e Francisco Lima (*CH*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 39 minutos.

Presidente: Bom dia.

Senhoras e Senhores Deputados vamos começar os nossos trabalhos.

Eram 10 horas e 05 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Senhor Secretário, faça favor.

Secretário: Obrigado, Senhor Presidente.

Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório Vasconcelos

Ana Maria dos Santos Silva e Jorge

Carlos Henrique Lopes Rodrigues

Cecília Maria Soares Estácio

Délia Maria Melo

Flávio da Silva Soares

Francisco Manuel Raposo Gaspar

Jaime Luis Melo Vieira

João Luis Bruto Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

José António Marcos Soares

José Manuel Resendes Leal
Luís Carlos Correia Garcia
Luís Miguel Teixeira Raposo
Nídia Manuela Lopes Inácio
Paulo Rui Paiva Ferreira Chaves
Paulo Duarte Gomes
Paulo Alberto Bettencourt da Silveira
Paulo José da Cunha Simões
Rúben Filipe Rebelo Cabral
Sabrina Marília Coutinho Furtado
Maria **Salomé Dias Matos**

Partido Socialista (PS)

André Filipe Franqueira Rodrigues
Andreia Martins Cardoso da Costa
Berto José Branco Messias
Carlos Emanuel Rego Silva
Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão
Gualberto Costa Rita
Maria **Isabel Góis Teixeira**
Joana Sousa Pombo Tavares
João Fernando Brum de Azevedo e Castro
João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa
José Manuel Gregório de Ávila
José Gabriel Freitas Eduardo
José Miguel de Freitas Toste
Lubélio de Fraga Mendonça

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Luís Miguel Vieira **Leal**

Mário José Dinis **Tomé**

Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros

Marta Ávila de **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Russell Michael **Sousa**

Sandra Micaela Costa **Dias**

Partido Chega (CH)

Francisco Gabriel Meneses de **Lima**

Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**

José Eduardo da Cunha **Pacheco**

José Paulo Machado de **Sousa**

Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de **Mendonça**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida e Sousa

Partido Pessoas, Animais e Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário.

Estão presentes 55 Senhoras e Senhores Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Senhoras e Senhores Deputados vamos iniciar a nossa manhã de trabalhos com o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, desde logo com a apresentação e votação de votos. Deixem-me anunciar os tempos que existem para esta manhã de Tratamento de Assuntos Políticos: o Governo dispõe de 20 minutos, o PSD e o PS dispõe de 40 minutos cada, o Chega de 18 minutos, o CDS-PP dispõe de 12 minutos e as representações parlamentares dispõem cada de 10 minutos.

Vamos dar início à apresentação dos votos e votação.

O primeiro voto de congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, pela nomeação de Monsenhor António Saldanha como cónego da Basílica de Santa Maria Maior. Tem a palavra a Senhora Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos (PSD): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Nomeação de Monsenhor António Saldanha como cónego da Basílica de Santa Maria Maior

A recente nomeação do Monsenhor António Saldanha para cónego da Basílica de Santa Maria Maior, em Roma, pelo Santo Padre, enobrece e orgulha o país e a Região, na medida em que é o primeiro português a receber esta dignidade na história eclesiástica recente.

Esta é uma honra em especial para a ilha do Faial e para os faialenses, por verem um filho desta terra a ser investido como cónego de uma das Igrejas mais importantes de Roma e uma das quatro basílicas papais, onde o Papa se desloca regularmente, onde está guardada “uma relíquia do Santo Berço, onde repousou o Menino Jesus” e onde está exposto o mais importante ícone mariano e um dos símbolos da Jornada Mundial da Juventude, a “Salus Populi Romani”.

António Manuel Machado de Saldanha e Albuquerque, atualmente com 55 anos, nasceu a 9 de fevereiro de 1969, na ilha do Faial. Foi ordenado sacerdote a 26 de junho de 1994 na Diocese de Angra. Licenciado e doutorado em História, pela Universidade Pontifícia Gregoriana de Roma, foi professor de História no Seminário Episcopal de Angra. Foi pároco da Aqualva e de São Sebastião, na ilha Terceira, pároco da Matriz da Horta, capelão da Igreja de Nossa Senhora do Carmo e assistente da Ordem Terceira do Carmo na ilha do Faial. Seguiu para Roma onde foi designado Oficial na Congregação para a Causa dos Santos, tendo sido nomeado Monsenhor pelo Papa Bento XVI, em dezembro de 2012.

Monsenhor António Saldanha é Secretário do Studium do Dicastério das Causas dos Santos, com curso de formação de especialistas nos processos de beatificação e canonização, é Comendador da Ordem de Cavalaria do Santo Sepulcro de Jerusalém e Capelão Magistral da Soberana e Militar Ordem de Malta. Agora, com a nomeação como cónego de Santa Maria Maior, integra também o Cabido Liberiano desta Basílica papal.

A nomeação de Monsenhor António Saldanha pelo Papa Francisco é um gesto da maior relevância numa comunidade açoriana profundamente católica, que importa enaltecer e elevar.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de abril de 2024, a aprovação de um voto de congratulação pela nomeação de Monsenhor António Saldanha como cónego da Basília de Santa Maria Maior.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento ao próprio, à sua família, à Diocese de Angra, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal da Horta.

Horta, Sala das Sessões, 11 de abril de 2024.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Está apresentado o voto.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Senhor Deputado João Castro, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Castro (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, Deputados, Senhores Membros do Governo:

É com naturalidade que o PS associa-se a este voto de nomeação do Monsenhor António Saldanha como Cónego da Basílica de Santa Maria Maior.

Temos o gosto de conhecer pessoalmente Monsenhor António Saldanha e, portanto, é com dupla satisfação que sublinhamos e que registamos este voto e que assinalamos a sua propositura no contexto da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado José Pacheco, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Bom dia.

Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, Membros do Governo: Naturalmente, o Chega associa-se a este voto de congratulação e é sempre importante em todos os setores da nossa sociedade fazermos esta relevância. Com o Chega, não há os incluídos e os excluídos. Parece que para outros que falam nisso todos os dias, há os excluídos. Isto a propósito de um aparte que ouvi há bocadinho do Bloco de Esquerda, que isto parecia uma sacristia.

Não!

Se fosse o Che Guevara, estava tudo bem. Nós falarmos de um padre numa sociedade que é a cristã, já é desagradável.

Isto, Senhor Deputado, Senhor Presidente é que não pode ser permitido.

A tolerância tem dois caminhos: um para um lado e outro para o outro. A tolerância não é só para alguns e para os outros zero. Nós somos uma terra cristã e fazemos muita questão de sermos e enquanto eu cá estiver, hei-de lembrar isso todos os dias. Quem estiver mal, *a porta da rua é a serventia da casa.*

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

(Aparte inaudível do Deputado Pedro Neves (PAN))

Presidente: Desculpe? Com certeza, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Isto nada tem a ver sobre o voto em si. Quem quiser vota, tudo bem.

Agora tem a ver, obviamente com um aparte que foi feito, porque dentro da Constituição Portuguesa nós temos separação e a separação tem a ver com o Estado laico.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Estado é neutro, não é laico!

O Orador: Aqui fala-se de política, na igreja fala-se de religião. Da mesma forma que não fica bem na igreja falar de política e esta *misturadela* que se encontra a fazer, a dizer para as pessoas irem-se embora, porquê? A Constituição diz exatamente o oposto, o Estado é laico e sendo o Estado laico, há obviamente observações relativamente a falarmos, independentemente de qual é a religião, independentemente de qual é a pessoa, mas isso fica-lhe muito mal. Vai-lhe ficar bem para você ganhar votos, mas fica-lhe mal como pessoa.

Deputado José Pacheco (CH): Fica-lhe mal é a si!

O Orador: Porque tendo um Estado laico, nós temos que fazer essa separação, ou ainda não percebeu que esse ajuntamento é problemático, seja para qual for a sociedade, independentemente de seja qual for a religião.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quem é que lhe disse que o Estado era laico?

Deputado Pedro Neves (PAN): Você ainda não percebeu que o senhor é irrelevante para mim?!

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor não percebe nada disso, portanto é que é irrelevante!

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Faça favor, Senhora Secretária.

Secretária: O voto de congratulação: Nomeação de Monsenhor António Saldanha como cônego da Basílica de Santa Maria Maior foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelo 25º aniversário da escola profissional da ilha do Pico. Tem a palavra a Senhora Deputada Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, Membros do Governo:

Voto de Congratulação

25º Aniversário da Escola Profissional do Pico

No passado dia 8 de fevereiro, a Escola Profissional do Pico celebrou 25 anos de existência; 25 anos ao serviço da educação, da formação e da qualificação profissional dos açorianos e dos picarotos em especial.

A Escola Profissional do Pico resultou de um Contrato Programa celebrado entre a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais e a Associação para o Desenvolvimento Local da Ilha do Pico, iniciando a sua atividade nas instalações do antigo Externato da Madalena, em 1999.

Assume como seu objetivo e missão primordial dotar a Ilha do Pico e a Região de profissionais qualificados, formando técnicos e trabalhadores autónomos, cidadãos ativos e intervenientes, capazes de integrar o mercado de trabalho criando condições de maior competitividade e de modernização das estruturas comerciais e empresariais.

E, de facto, ao longo dos últimos 25 anos, foram centenas os jovens e adultos formados, através de muitas dezenas de cursos ministrados de diferentes tipologias (cursos profissionais de nível 4, cursos de especialização tecnológica de nível 5, cursos Reativar, cursos de formação para Ativos), nas mais diversas áreas, como sejam a Informática, a Hotelaria e Restauração, a Construção Civil, a Higiene e Segurança no Trabalho, as Energias Renováveis, o Empreendedorismo, a Viticultura e Enologia...

A Escola Profissional do Pico destaca-se também pela sua participação, ao longo destes 25 anos, nos mais variados projetos e eventos locais, regionais, nacionais e internacionais, sendo de referir o Projeto Erasmus+, os Campeonatos das Profissões, os Projetos Eco-Escolas, o Projeto Academia Empreendedora e o concurso IdeiAçores, o Parlamento dos Jovens, a Maratona de Cartas da Amnistia Internacional e o Make a Wish, conquistando inúmeros prémios em muitas destas participações, dignificando o nome da Escola, da Ilha e da Região e proporcionando aos seus formandos experiências enriquecedoras e inesquecíveis.

Aliás, o próprio Projeto Educativo desta Escola define-se pela ideia do ensino profissional como uma pedagogia de integração, assumindo a Escola como uma instituição social e culturalmente responsável, e não como um mero polo de formação profissional, capaz de incutir nos jovens os valores da cidadania e da participação crítica e responsável.

Num tempo em que o ensino profissional enfrenta dificuldades e grandes desafios na Região, sendo fulcral o diálogo e a concertação com as escolas de

forma a implementar políticas públicas que mobilizem os recursos humanos e financeiros disponíveis para investir naquele que é o nosso maior ativo – a valorização do Capital Humano - , a Escola Profissional do Pico está efetivamente de parabéns por 25 anos de investimento no desenvolvimento das competências dos formandos, lutando contra todas as adversidades, dignificando e credibilizando o Ensino Profissional.

Mantendo um valor de cerca de 80% de empregabilidade dos seus formandos, o presente voto, mais do que uma congratulação, é também um justo e merecido reconhecimento à dedicação e ao profissionalismo dos colaboradores desta Escola, do seu corpo docente, dos seus órgãos sociais e de todos aqueles que fizeram e fazem parte destes 25 anos de sucesso ao serviço da formação profissional dos jovens e do desenvolvimento económico, social e cultural da Ilha do Pico e da nossa Região.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelo 25º Aniversário da Escola Profissional do Pico.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Escola Profissional do Pico e à Associação de Municípios da Ilha do Pico.

Obrigada.

Horta, Sala de Sessões, 11 de abril de 2024

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada. Está apresentado o voto.

Tem a palavra o Senhor Deputado José António Soares.

(*) **Deputado José António Soares (PSD):** Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Bom dia a todos.

O grupo parlamentar do PSD associa-se efetivamente a este voto de congratulação pelos 25 anos da Escola Profissional do Pico, em particular, eu próprio tenho esse privilégio de estar hoje aqui com este voto, porque realmente esta junção da escola profissional do Pico é da Câmara Municipal da Madalena e da Santa Casa da Misericórdia da Madalena e, portanto, nasceu destas duas instituições. Na altura, com o trabalho e apoio do Governo Regional dos Açores e que ao longo dos anos tem sido realmente uma grande tarefa manter a escola e o trabalho que tem sido desenvolvido por estas instituições, quer que seja pela Câmara, quer seja pela Santa Casa da Misericórdia sempre com o apoio do Governo Regional, que de outra forma isso não seria possível.

Querendo efetivamente, ao mesmo tempo, associarmo-nos e associar-me também eu próprio a este voto, pela importância que a escola tem tido na ilha toda e fora da ilha. Por isso, é um momento especial e também agradeço este voto.

Para a ilha do Pico é algo de extraordinário e ter esta escola é sempre um momento muito bom para tudo aquilo que nós queremos desenvolver nos nossos jovens, agora e para o futuro.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelos 25 anos da Escola Profissional do Pico foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, pelos 150 anos da Sociedade Filarmónica Recreio Serretense, é apresentado pelo Senhor Deputado Paulo Gomes.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelos 150 anos da Sociedade Filarmónica Recreio Serretense

Em dezembro passado, assinalaram-se 150 anos de existência e atividade ininterrupta da Sociedade Filarmónica Recreio Serretense, da freguesia da Serreta, no concelho de Angra do Heroísmo.

Ao longo destes longos anos, a Sociedade Filarmónica Recreio Serretense é prova e exemplo de que a cultura está enraizada na vivência açoriana, desde centros urbanos às freguesias mais rurais e distantes dos centros. Tem sido um polo aglutinador da comunidade onde se insere, resistindo às transformações do tempo e das alterações do quotidiano, demonstrando hoje continuar a ser uma força viva e dinâmica da freguesia da Serreta.

Fundada a 4 de dezembro de 1873, a Sociedade Filarmónica Recreio Serretense teve como regentes: Francisco Sousa Cota, desde a sua fundação e até 1905; José de Sousa Diniz, entre 1906 e 1958; Manuel Gonçalves Duarte, entre 1958 e 1990; José Caetano Martins assumiu algumas vezes as funções de regente entre 1990 e 1994; quando assume o atual regente e Presidente da Sociedade Filarmónica, João Marcelino Alves Costa.

A atividade contínua desta que é a mais antiga filarmónica em atividade da ilha Terceira é fruto da persistência e do sentido de compromisso de todos os músicos, regentes, diretores e órgãos sociais que por ela passaram e também é exemplo de serviço público e desinteressado. Atualmente, a Sociedade

Filarmónica Recreio Serretense conta com 40 músicos, com idades compreendidas entre os 12 e os 69 anos, o que demonstra que o presente e o futuro estão assegurados, com o respeito e a ligação ao passado.

Nestes 150 anos, a Sociedade Filarmónica Recreio Serretense tem participado em festas religiosas e profanas na ilha Terceira, nomeadamente nas festividades em louvor ao Divino Espírito Santo, em procissões, concertos, touradas de praça e Marchas de São João. Também participou, através dos seus músicos, em grupos de teatro que ao longo do tempo se formaram na freguesia e em danças de Carnaval, sendo uma presença assídua nas Festas de Verão, não só da Serreta, mas também das Doze Ribeiras e Raminho.

A Sociedade Filarmónica Recreio Serretense fez um intercâmbio com a Filarmónica da Feteira, da ilha do Faial, em agosto de 2002, tendo recebido aquela filarmónica em setembro seguinte.

Desde junho de 2004, a Filarmónica da Serreta tem sido convidada para abrilhantar uma das corridas de toiros da Feira de São João, na Monumental Praça de Toiros da ilha Terceira, integrada nas Festas Sanjoaninas, assim como tem participado em festivais de Capinhas e em 2011, abrilhantou uma Tourada de Praça no Campo Pequeno, em Lisboa, onde foram corridos toiros da Real Ganadaria Rego Botelho e onde participaram os Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense.

Em setembro de 2005, recebeu a Filarmónica Lusitana de Estremoz, a mais antiga de Portugal, durante as Festas em louvor a Nossa Senhora dos Milagres da Serreta, tendo no ano seguinte se deslocado a Estremoz, no âmbito deste intercâmbio.

Em 2009, a Filarmónica da Serreta deslocou-se a Alcochete. Em 2010, foi a São Vicente Ferreira, em São Miguel. Em 2013, foi à Horta participar no 6.º Festival de Bandas Centenárias, organizado pela Filarmónica Artista Faialense.

Em outubro de 2007, fruto da vontade dos seus músicos, a Sociedade Filarmónica Recreio Serretense gravou o seu primeiro CD, no Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, que foi lançado em dezembro de 2007, por ocasião das comemorações do seu 134.º aniversário. Em 2009, voltou a gravar um registo áudio no Auditório da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba, desta vez com *pasodobles*, que foi lançado em 2010.

Neste sentido, a Sociedade Filarmónica Recreio Serretense tem acumulado um histórico diversificado de atuações, de uma atividade constante e que resiste aos desafios com que se depara, num verdadeiro exercício de união e companheirismo, transformando-a num símbolo de identidade da Serreta que a todos nos orgulha.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de abril de 2024, a aprovação de um voto de congratulação pelos 150 anos da Sociedade Filarmónica Recreio Serretense.

Deste voto, deverá ser dado conhecimento aos órgãos sociais da Sociedade Filarmónica Recreio Serretense, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, à Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia da Serreta.

Horta, Sala das Sessões, 11 de abril de 2024

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelos 150 anos da Sociedade Filarmónica Recreio Serretense foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelos 100 anos do Clube Desportivo Lajense. Tem a palavra o Senhor Deputado Mário Tomé.

Deputado Mário Tomé (PS): Bom dia a todos.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação 100 anos do Clube Desportivo Lajense

O Clube Desportivo Lajense, filiado da Associação de Futebol da Horta, instituição de utilidade pública, fundado em 1924 celebrou, no passado dia 1 de abril, 100 anos de vida de dedicação ao desporto, à comunidade Lajense, ao Pico e aos Açores.

Já passou mais de um século desde o dia em que o Lajense, da Vila Baleeira dos Açores, se deslocou à Vila da Madalena para defrontar e vencer o Pico Sport, essa primeira jornada futebolística na ilha do Pico, segundo reza a história!

A 31 de Março de 1924, a pedido dos organizadores do Clube e entusiastas desse desporto, que então dava os seus primeiros passos na Vila, a Edilidade Lajense concedeu autorização para se iniciarem os trabalhos de limpeza dos muitos lixos e terraplanagem no sítio onde se situou, por 80 anos, o antigo Campo Municipal da Vila Sul do Pico.

A escritura e os estatutos constitutivos dessa associação desportiva têm data de 15 de abril de 1924 e foram aprovados por Alvará do Governo Civil em 28 do mesmo mês.

Foram muitos os atletas, dirigentes, sócios e simpatizantes que ao longo deste século, viveram a mística do “Desportivo Lajense da Vila das Lajes”. Dele receberam influência, ensinamentos e amizades para a vida e nele deixaram a sua marca, como o MÍTICO presidente Senhor Urbano Quaresma, uma das maiores referências do clube, pela sua dedicação, paixão e total entrega ao Clube, entre outras e demais personalidades que colaboram com o Clube Desportivo Lajense ao longo da sua história.

O Clube Desportivo Lajense é dos mais antigos clubes desportivos dos Açores. É inegável o contributo do “Lajense” ao longo destes anos para Vila e para o concelho das Lajes do Pico, onde prestou um enorme serviço a sucessivas gerações, dignificando o desporto do concelho, da Ilha do Pico e dos Açores.

A par de outros clubes, o Lajense tem sido um digno representante do futebol na sua ilha, na Região e mesmo no Continente.

Além de registar meritórias participações na Taça de Portugal, onde conseguiu ir além das primeiras eliminatórias, na época desportiva de 1986/87 atingiu algo inédito até então para as equipas açorianas: uma presença na 3.^a eliminatória da Taça de Portugal.

O Clube Desportivo Lajense detém no seu palmarés os seguintes títulos no futebol masculino sénior:

- 3 vezes Campeão Açoriano do INATEL nas épocas desportivas de 1962/63, 80/81, 81/82;
- Vice-Campeão Nacional do INATEL na época desportiva de 1980/81;
- 6 vezes campeão da Ilha do Pico nas épocas desportivas de 1984/85; 90/91; 92/93; 93/94; 94/95; 99/00;

- 3 vezes campeão da Associação de Futebol da Horta nas épocas desportivas de 1995/96, 2012/2013 e 2021/2023;
- Uma participação no campeonato Regional, designado por Série Açores na época desportiva de 1996/97;
- Conquista de 12 taças do Pico (Prova designada por Taça Pico);
- Finalista vencido da Taça Açores na época desportiva de 1987/88.

Naqueles que agora constituem os seus corpos sociais, cumprimentamos e saudamos todos os que ajudaram a construir estes primeiros 100 anos de vida e, citando o seu atual jovem presidente Leandro Coelho, na sua intervenção alusiva às comemorações do centenário, “O Centenário do Clube Desportivo Lajense não é apenas uma oportunidade de olharmos para o passado com nostalgia, mas também de encarar o futuro com determinação e visão. O Clube tem um futuro tão promissor quanto o seu passado glorioso. Devemos continuar a cultivar os valores de trabalho em equipa, dedicação, respeito e fair play que sempre foram a essência desta Instituição”. Esses foram e serão sempre os princípios que regem este grande clube.

Atualmente o Clube Desportivo Lajense, continua o seu percurso futebolístico participando nas diferentes provas organizadas pela AFH com equipas de formação de futebol, nomeadamente: Petizes, Traquinas e Benjamins, e através da sua equipa de futebol masculino sénior e, recentemente, com uma equipa de futebol feminino sénior.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista deseja que a atual direção, técnicos, atletas e sócios do clube se sintam sempre inspirados pelo passado deste grande clube do Pico, e que encontrem sempre motivação e força para continuarem este legado no desenvolvimento desportivo do concelho das Lajes da Ilha do Pico e dos Açores.

Assim nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos

Açores, reunida em plenário do dia 11 de abril de 2024, emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, congratula-se pelo facto do Clube Desportivo Lajense ter celebrado a passagem do seu centenário no dia 1 de abril de 2024.

Esta congratulação é extensiva a todos os atletas, dirigentes, sócios e simpatizantes que ao longo destes 100 anos dedicaram o seu tempo, com empenho, determinação e paixão a esta nobre instituição, assim como ao desenvolvimento desportivo do concelho das Lajes, da Ilha do Pico e dos Açores.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Clube, à Associação Futebol da Horta, à Junta de Freguesia, Assembleia e Câmara Municipal das Lajes do Pico.

Horta, Sala de Sessões, 11 de abril de 2024.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação: As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelos 100 anos do Clube Desportivo Lajense foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Próximo voto de congratulação pelo 25º aniversário da Associação Crescer em Confiança é apresentado pelo Senhor Deputado Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados, Excelentíssimos Senhores Membros do Governo:

Voto de congratulação

25 Aniversário da Associação Crescer em Confiança

Fundada em 1999 através do projeto sementes de mudança, a Associação Crescer em Confiança é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, que teve e tem como ação de intervenção a Vila de Rabo de Peixe, mais concretamente as mulheres e suas famílias.

A Associação Crescer em Confiança, mais conhecida como associação de mães crescer em confiança, sediada em Rabo de Peixe, na rua da Fonte Nova, é uma instituição de cariz social, que tem desempenhado um papel relevante no apoio às mulheres vítimas de violência doméstica e em situação de risco.

É uma associação que conta nas suas fileiras, com duas trabalhadoras administrativas, 1 psicólogo, 2 assistentes sociais, 1 enfermeira e 1 socióloga.

Esta associação deteve um papel preponderante nesta problemática, numa altura que se davam os primeiros passos no combate à violência doméstica.

Foi também devido ao aparecimento desta organização, que muitas mulheres foram encorajadas a denunciarem os abusos, pois sabiam que tinham o suporte desta associação para que nunca se sentissem sozinhas neste doloroso processo.

No entanto, não é apenas no âmbito do combate à violência doméstica que esta associação desenvolve a sua ação. Acompanha também adolescentes grávidas em risco de rutura familiar, auxilia famílias em fragilidade económica e em risco de exclusão social.

Ao longo dos vários anos de funcionamento tem garantido inúmeras formações, abrangendo essencialmente elementos do sexo feminino, assumindo um papel social relevante na Vila de Rabo de peixe.

25 anos a colaborar e a ajudar o próximo é algo que deve ser lembrado e ressaltado, pois são associações como esta que garantem estabilidade social a muitas famílias em risco, para além do auxílio às famílias na procura ativa de emprego.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o grupo parlamentar do PSD Açores propõe à Assembleia Legislativa Regional a aprovação de um voto de congratulação pelo vigésimo quinto aniversário da Associação Crescer em Confiança.

Do presente voto o mesmo deve ser dado conhecimento, á Assembleia de freguesia, Assembleia municipal da Ribeira Grande, Câmara municipal da Ribeira Grande.

Horta, Sala das Sessões, 11 de abril de 2024.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação: As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pela Associação Crescer em Confiança foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Próximo voto de congratulação apresentado pelo Partido Socialista à Associação Sol Nascente. Tem a palavra a Senhora Deputada Sandra Costa Dias.

Deputada Sandra Costa Dias (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Associação Sol Nascente – pela comemoração dos seus 25 Anos

A Associação Sol Nascente, criada em 1998, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social com berço na ilha de São Miguel, concelho do Nordeste, freguesia da Salga. A Sol Nascente nasce da vontade e espírito de voluntariado de mulheres e homens que, com profundo sentido de comunidade, procuraram respostas para dificuldades existentes naquela freguesia, com particular preocupação com as relacionadas com mulheres, jovens e crianças.

A sua origem remonta aos anos de 1996 e 1997, anos em que um grupo de 6 mulheres se juntou numa garagem particular, com o intuito de fazer alguns trabalhos de tecelagem. Desta iniciativa resultou a motivação de duas destas mulheres apostarem na formação na área da Tecelagem no Centro Regional de Apoio ao Artesanato e ali nascia o que mais tarde viria a ser a Associação Sol Nascente.

Sendo um exemplo claro de empreendedorismo social, a Sol Nascente surgiu com o objetivo de incrementar a solidariedade social, promover a igualdade de oportunidades, respeitar e valorizar o meio ambiente, respeitar e valorizar a diversidade cultural e contribuir para o desenvolvimento local. À sua direção e, em particular, à sua presidente, a Sra. Fátima Melo, reconhece-se a capacidade

empreendedora aliada ao sentido de comunidade, essenciais ao significativo contributo desta associação para aquela localidade e não só.

Numa comunidade com particulares desafios no que toca a oportunidades de emprego ou à disponibilidade de respostas aos mais jovens e crianças, esta associação desempenhou um papel crucial no desenvolvimento local, criando uma microempresa de economia solidária, que não tem como objetivo o lucro pelo lucro, mas sim a criação de emprego e a formação de indivíduos em situação de pobreza ou exclusão social.

Atualmente, a Sol Nascente conta com 10 funcionários e tem 4 pessoas ao abrigo de programas PROSA e SEI, concretizando a sua missão de integração de pessoas em situação de risco.

Ao longo destes 25 anos, a atividade desta associação ganhou destaque na área da pastelaria e da culinária, mantendo uma produção com base em métodos e receitas caseiras tradicionais. Desenvolve, ainda, atividade como centro de promoção e emprego social e atividades culturais da freguesia da Salga e do concelho do Nordeste.

Na área do apoio aos jovens e crianças esta instituição dispõe de um equipamento dotado com todas as condições para Centro de Atividades de Tempos Livres, funcionando diariamente e acolhendo 20 crianças entre os 3 e os 12 anos. Neste mesmo espaço funciona uma sala de informática para apoio a jovens e adultos, bem como para a ministração de formações.

Por tudo isto, e pela reconhecida importância do serviço social prestado, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão Plenária no período legislativo de abril de 2024, a aprovação deste Voto de Congratulação à Associação Sol Nascente, pela comemoração dos seus 25 anos.

Deste voto deve ser dado conhecimento à Associação Sol Nascente, à Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia da Salga e à Câmara e Assembleia Municipal do Nordeste.

Horta, Sala das Sessões, 11 de abril de 2024

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação: As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação à Associação Sol Nascente pela comemoração dos seus 25 anos foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Próximo voto de congratulação apresentado pelo PSD ao Grupo Folclórico das Doze Ribeiras. Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Chaves.

Deputado Paulo Chaves (PSD): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação ao grupo folclórico das Doze Ribeiras pela celebração dos 50 anos

Fundado a 23 de abril de 1974, o Grupo Folclórico das Doze Ribeiras, tem a sua sede na freguesia das Doze Ribeiras, concelho de Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Açores.

A criação deste Grupo deve-se à iniciativa, ao seu fundador padre João de Brito do Carmo Meneses (atualmente com 79 anos de idade), tendo por objetivo despertar uma nova geração para a promoção da cultura popular terceirense.

A 14 de abril de 1974 fez-se o primeiro ensaio na sede da Junta de Freguesia. Exibiram-se pela primeira vez a 5 de agosto de 1974, por ocasião das Festas de Santo António das Doze Ribeiras. Esta atuação foi documentada por uma equipa da RTP que se encontrava de passagem na ilha Terceira.

Foi reconhecido como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública em 29 de janeiro de 1993, pelo Governo Regional dos Açores. (Jornal oficial, II Série, nº7, de 16 de fevereiro)

É sócio fundador da Federação do Folclore Português.

A criação deste Grupo Folclórico surgiu como forma de, aproveitando as tradições populares da freguesia das Doze Ribeiras, sobretudo os seus exímios tocadores de viola regional de 6 parcelas e 15 cordas – despertar nos jovens o gosto pelas tradições da sua terra e ajudá-los a cultivá-las e divulgá-las.

Durante vários anos foi o único Grupo Folclórico rural da ilha Terceira e foi o primeiro Grupo a usar trajes tipicamente regionais, confeccionados em lã ou linho.

Possui um vastíssimo repertório com modas de “balho”, rancho de cantores de matança e cantares do folclore religioso da Ilha Terceira.

Interpreta também 12 modas das mais representativas das outras ilhas do Arquipélago.

Na sua escola de viola regional formou tocadores de viola e acompanhantes de violão, que vêm dando o seu contributo a outros Grupos e cursos de viola.

Em 1975 realizou a sua primeira viagem, com destino a São Miguel, por essa ocasião da inauguração das emissões da RTP – Açores, cabendo a este Grupo a honra de ser o primeiro a apresentar cantares açorianos através deste prestigiado meio de comunicação social.

Efetuiu depois deslocações a todas as ilhas Açorianas, Madeira, Portugal Continental, França, Brasil, Estados Unidos da América e Suíça.

Em 2006 Marta Dias Barcelos, elemento do Grupo, publicou um livro de título Grupo Folclórico das Doze Ribeiras Ilha Terceira-Açores, em que descreve origem, historial, trajes, sede e cancionero.

Gravou 3 Lp's, um dos quais em conjunto com os ranchos participantes no Festival Mundial de Gannat em 1981; destes foram gravadas também as respetivas cassetes. Esgotada a primeira edição, reeditou as duas últimas cassetes e lançou, pela primeira vez, um CD com as mesmas modas, em 1998, ano em que se deslocou ao Brasil e iniciou as comemorações das suas Bodas de Prata. Em 2012 gravou novo cd, com 21 modas, lançado a 02 de março de 2013, no Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo. A apresentação esteve a cargo do jornalista Vasco Pernes e os oradores convidados foram a Dra. Marta Dias Barcelos e o Dr. Jorge Forjaz.

Desde dezembro de 1986 trabalha dedicadamente na reconstrução e manutenção da Casa Etnográfica Pe. João de Brito C. Meneses, onde realiza ações de carácter cultural, social e recreativo, sobretudo para grupos de turistas ou outros que lho solicitem.

É importante referir que ainda marcam presença efetiva, três elementos que estiveram na origem do grupo, a saber: Padre João de Brito, Elias Coelho e Mari Alice Rocha.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de abril de 2024, a aprovação de um Voto de Congratulação ao Grupo Folclórico das Doze Ribeiras, pelos 50 anos da sua fundação.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Secretaria Regional da Educação, Cultura e Desporto, à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, à

Junta de Freguesia das Doze Ribeiras, ao Grupo de Folclórico das Doze Ribeiras, ao Padre João de Brito e à Federação do Folclore Português.

Horta, Sala das Sessões, 11 de abril de 2024.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Senhor Deputado Luís Leal, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Leal (PS):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Naturalmente, o Partido Socialista associa-se a este voto de congratulação, acrescentando que os 50 anos de atividade deste grupo folclórico foi ininterrupta, enquanto manifestação cultural do nosso povo e que também não basta congratular é necessário acompanhar este tipo de grupo no apoio à manutenção da indumentária e dos instrumentos para que o folclore seja, enquanto mote de atração turística e enquanto exportação de identidade cultural de um determinado povo, naturalmente nos associamos, nestes termos.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação ao Grupo Folclórico das Doze Ribeiras pela celebração dos 50 anos foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Próximo voto de congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD pelo 25º aniversário da Associação Faialense dos Amigos dos Animais, tem a palavra a Senhora Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, Membros do Governo.

Voto de Congratulação

25º Aniversário da Associação Faialense dos Amigos dos Animais

A Associação Faialense dos Amigos dos Animais, mais conhecida por AFAMA, é uma associação sem fins lucrativos, de utilidade pública, constituída em 12 de março de 1999, que tem como objetivo a defesa e proteção dos animais com vista a melhorar as condições de vida destes.

Os seus mais recentes órgãos sociais foram eleitos em Assembleia-Geral Extraordinária a 14 de dezembro de 2023 sendo Presidente da Direção Sandra Sofia Gomes Matos.

Esta associação teve o seu início através de um grupo de cidadãos simpatizantes das causas animais que se juntou, inicialmente na quinta de São Lourenço, com poucas condições, mas com elevada motivação em dar início aquela que viria a ser uma Associação fundamental para dar resposta ao crescente número de animais, nomeadamente cães e gatos, abandonados ou vadios na ilha do Faial.

Foi apenas em 2020, que as suas instalações atuais foram devidamente licenciadas permitindo oferecer condições físicas de acolhimento, alimentação, segurança, afeto e atividade física essenciais para o bem-estar de todos os animais.

A AFAMA conta com o apoio da Câmara Municipal da Horta, com um regime de sócios e doações e com uma equipa de 25 voluntários que asseguram as diversas tarefas do canil durante os dias de semana e aos fins de semana.

As angariações de fundos permitem-lhe colmatar algumas dificuldades financeiras bem como cumprirem objetivos para alguns projetos.

Esta associação é um exemplo nas campanhas de sensibilização junto da população da ilha do Faial, tentando promover o controlo do crescimento populacional de cães e gatos, bem como esterilizando cães e gatos sempre que possível.

Recentemente adquiriram um terreno para a construção de um centro de treino animal para a AFAMA com o apoio do XIII Governo Regional dos Açores.

Felicitando de uma forma especial todos quantos contribuíram para a promoção do bem-estar animal na ilha do Faial através da AFAMA ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pelos 25 anos da Associação Faialense dos Amigos dos Animais, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua Direção, à Câmara Municipal da Horta e à Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação.

Horta, Sala das Sessões, 09 de abril de 2024.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhora. Deputada.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Naturalmente que o grupo parlamentar do Partido Socialista se associa a este voto de congratulação sobre o 25º aniversário da AFAMA, de alguma forma reconhecendo a instituição pela longevidade dos seus 25 anos, mas importa também reconhecer aqui as pessoas que ao longo destes 25 anos fizeram desta associação aquilo que é hoje, que é uma associação reconhecida na sociedade faialense e não só.

Não só através do cuidado que tem com esses animais que estão aqui, e muito bem, referenciados no voto, mas também com as campanhas de sensibilização que faz, acima de tudo, junto dos jovens nas nossas escolas e, acima de tudo, com aquilo que faz também na participação nos eventos que vão decorrendo ao longo do ano na nossa ilha e que a AFAMA faz sempre parte com o seu grupo de voluntários e que muito bem representa esse tipo de instituições na nossa sociedade.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Pedro Neves tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O PAN associa-se este voto do PSD relativamente ao 25º aniversário da Associação AFAMA que tem feito um trabalho excelente aqui no Faial, não é só conhecido pelos faialenses, mas sim pelos açorianos, pelo seu trabalho realizado.

Queria só dizer sobre o voto em que tudo o que está aqui escrito é verdade, mas ao mesmo tempo é quase um contrassenso, isto porque, sabemos que a AFAMA tem a sensibilização, faz esse trabalho e também faz o controlo dos indivíduos, seja da população dos cães e dos gatos, mas também diz sobre as dificuldades financeiras e a maior parte das associações dos Açores substituem tanto o

Governo, como também as câmaras municipais. Isso é o que acontece, há parcerias, mas se há dificuldades financeiras é porque há poucos recursos dados das câmaras municipais e também do Governo Regional a várias associações. Por isso é que temos quase todas as associações (e a AFAMA não é uma exceção) com a corda ao pescoço, porque está a substituir tanto o Governo, como as autarquias.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelos 25 anos da Associação Faialense dos Amigos dos Animais foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos aos votos de saudação, o primeiro pelo 50º aniversário do 25 de Abril de 1974, apresentado pelo grupo parlamentar do PS, tem a palavra a Senhora Deputada Dora Valadão.

Deputada Dora Valadão (PS): Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Voto de Saudação

Pelo 50.º aniversário do 25 de abril de 1974

Celebramos este mês uma data transformadora, o início da Democracia no nosso país.

Uma Revolução que mudou, por completo, a face do nosso País e sem o qual não estaríamos, certamente, hoje aqui reunidos, na Casa da Autonomia.

Há 50 anos, no dia 25 de Abril de 1974, Portugal despertou de uma longa noite.

Para trás, ficaram 48 anos de ditadura, 48 anos de privação das mais elementares liberdades cívicas e sociais.

Foi o fim da guerra colonial.

O País que hoje temos e somos, a Região que hoje temos e somos, é, naturalmente, resultado do trabalho coletivo realizado por todos, por gerações de Açorianos e das escolhas que estes, democrática e livremente, fizeram ao longo destas últimas décadas.

O Portugal do antigamente, do orgulhosamente sós, onde as liberdades cívicas não existiam, onde a carestia era uma realidade para a esmagadora maioria dos portugueses, é hoje uma democracia sólida, com instituições que funcionam.

Dizer isto não significa, porém, que não haja problemas.

Não significa que não há áreas que não estejam carenciadas de novas soluções para poder continuar a dar respostas satisfatórias às crescentes solicitações existentes.

Quer isto dizer que é possível e desejável celebrar Abril sem falarmos de um País das maravilhas mas sem, por outro lado, desmerecer o tremendo percurso que a Democracia nos proporcionou, como Povo.

Hoje, meio século depois do 25 de Abril, é essencial defender a democracia de quem utiliza as liberdades por esta fornecidas para a enfraquecer e para a diminuir.

Não podemos cometer o erro de sobrevalorizar os fenómenos populistas e demagógicos que se alimentam da intolerância, do medo, da diferença e, sobretudo, da falta de conhecimento. Mas também não podemos subestimar os

danos e os riscos que deles decorrem para a vitalidade e saúde do regime democrático.

É bom não cair na tentação dos discursos miserabilistas que, para além de não acrescentarem qualquer solução, menosprezam o muito que foi alcançado no regime democrático.

Há mais de 50 anos, naquele tempo de má memória, no fascismo, só havia um partido político e, senhoras e senhores deputados, sempre que há apenas um partido, não há, por outro lado, democracia nem liberdades cívicas.

É por isso muito importante que não tomemos a Democracia como um dado adquirido.

A Democracia é preciosa demais para a vida de todos nós e, por isso, vamos continuar a lutar pela sua preservação e combater as ameaças e os riscos que hoje a confrontam.

Devemo-lo não só às gerações que nos precederam, que enfrentaram e combateram a opressão e a Ditadura, mas devemo-lo, sobretudo, às gerações mais novas, para que Abril continue a ser – hoje e sempre – sinónimo de Liberdade e de uma Democracia que se constrói e renova todos os dias.

Assim, nos termos regimentais, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário a 11 de abril de 2024, emita este voto de saudação pelo cinquentenário do 25 de abril de 1974, que será eternamente recordado como a Revolução dos Cravos, berço da Democracia Portuguesa e das liberdades políticas e cívicas que todos queremos preservar e fortalecer.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Assembleia da República, à Associação 25 de Abril, ao Governo Regional dos Açores e ao Governo da República Portuguesa.

Horta, Sala das Sessões, 11 de abril de 2024

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Está apresentado o voto e estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Senhora Deputada Délia Melo tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Partido Social Democrata associa-se a este voto, naturalmente, que foi lido daquela tribuna com muita emoção pela Senhora Deputada Dora Valadão.

De facto, nós estamos a comemorar os 50 anos do 25 de Abril, uma data muito importante para todos nós, porque foi uma revolução libertadora.

E importa nesta data que agora celebremos fazermos uma reflexão sobre todos os valores democráticos, sobre todas as conquistas democráticas alcançadas e analisar também aquilo que são os desafios, que são as oportunidades para o futuro.

E tudo isto será um trabalho conjunto porque só um trabalho coletivo, como foi dito e muito bem, é que nós vamos conseguir avançar e progredir.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Ora, não posso deixar aqui de frisar que um estudo feito recentemente mostra que o sexo feminino tem uma melhor relação com esta Revolução dos Cravos. Foi feito pela Universidade Católica e mostra precisamente isso porque, de facto, as mulheres sentem e vivem mais esta data e dão maior importância, talvez, a esta data.

Isto porque, apesar de eu ter sempre vivido na liberdade e democracia não tenho memória curta e não me esqueço daquilo que a história nos ensinou, de tudo aquilo que as mulheres há 50 anos não podiam fazer e que hoje em dia,

felizmente, já podem. Não podiam votar, não podiam trabalhar sem autorização dos maridos, não podiam sair do país. Portanto, tudo isto mudou, felizmente e muito já se conquistou. Não quer dizer que não haja mais para se conquistar, porque há sempre um longo caminho a percorrer, mas de facto, muito já foi feito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E é importante, portanto, frisar que a participação feminina na política vai fortalecer sempre a democracia ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e devemos continuar a trabalhar neste sentido.

Portanto, as mulheres ajudaram e continuam a ajudar a criar um país, uma região, uma sociedade melhor e devemos sempre estar empenhados em honrar todos aqueles que são os valores de Abril e obviamente que há desafios globais, há problemas globais complexos e friso, novamente, que é necessário que todos nós estejamos empenhados em trabalhar para os ultrapassar, porque é este o nosso trabalho, é este o nosso dever.

Portanto, Abril não se trata de comemorar um ato isolado. Trata-se antes de celebrar também o futuro, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... porque Abril está de facto carregado de futuro.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo vamos passar à votação deste voto de saudação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de saudação pelos 50 anos do 25 de Abril de 1974 foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Próximo voto de saudação pelos 50 anos de liberdade e democracia, apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Senhor Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Saudação

Pelos 50 anos de Liberdade e Democracia

Há 50 anos, depois de um longo período de ditadura e opressão, a madrugada de 25 de Abril de 1974 devolveu a Portugal a Liberdade e a Democracia.

Foi a Revolução dos Cravos que permitiu o fim da guerra, a descolonização, a liberdade de expressão, a melhoria das condições de vida, o acesso universal à Educação e à Saúde, a diminuição da pobreza e das desigualdades e a melhoria das condições de trabalho.

A própria Autonomia dos Açores era um sonho que só Abril permitiu concretizar.

Não podemos, hoje, menosprezar nenhuma destas vitórias de Abril, nem podemos permitir qualquer recuo no que foi conquistado.

Por isso, é fundamental, hoje, renovar a esperança na Democracia.

Porque a falta de esperança é o maior perigo para as conquistas de Abril.
E quando o direito à habitação é cada vez mais uma miragem para tanta gente que não encontra uma casa cujo salário possa pagar.
Quando sair de casa dos pais é um sonho distante.
Quando dois em cada três jovens que trabalha recebe menos de mil euros líquidos por mês.
Quando um em cada quatro açorianos vive na pobreza.
Quando a violência e a discriminação sobre as mulheres enchem páginas negras de jornais todos os dias.
Quando tudo isto acontece é a esperança no futuro que enfraquece.
É a política que tem de resolver os problemas que assolam a vida das pessoas. Só a consolidação dos direitos sociais e da liberdade individual conquistados após décadas de luta pode garantir que não há retrocessos e que o passado negro ficará sempre no seu devido lugar.
Ao comemorar estes 50 anos de Democracia e Liberdade vamos renovar a esperança e dar uma nova vida ao 25 de Abril.
Assim, nos termos das disposições regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Saudação pelos 50 anos de Liberdade e Democracia em Portugal.
Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Assembleia da República e à Associação 25 de Abril.
Horta, Sala das Sessões, 11 de abril de 2024
O Deputado Regional.
Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.
Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Obviamente que nos associamos este voto. Já o tínhamos trazido aqui há dois dias, curiosamente, com muitas das preocupações que o Bloco de Esquerda nos traz também cá hoje e com esta ressalva e com esta importância, nunca nos podemos esquecer que também o 25 de Abril tem uma consequência para os Açores, que é a nossa autonomia e o facto de cá estarmos.

Também em relação ao PS, o voto que apresenta e muito bem apresentado, Senhora Deputada tem uma voz magnífica, dou-lhe esses parabéns e uma entoação magnífica. Sou um apaixonado por bonitas vozes.

O que nós precisamos hoje, dizia o Senhor Deputado António Lima é de cada vez mais esperança e cada vez mais união. É algo que o 25 de Abril devia ter proporcionado a todos nós.

Não esquecendo que, só o 25 de Abril seria imperfeito. Estaríamos hoje num Estado, senão soviético, muito lá parecido e o 25 de Novembro é que nos trouxe este fôlego, que nos trouxe esta democracia. Se bem que eu discordo, porque acho que - o Senhor Secretário sabe falar disto melhor do que eu - já houve democracia em Portugal, antes da ditadura, aos trambolhões, mas lá houve.

Enfim, nós reconquistamos a democracia. Penso que será mais correto dizer isto. E eu sou, daqueles sem tabus, que digo isso. Eu não posso é viver numa democracia, que é uma estrada num só sentido. Eu gosto de uma democracia tolerante, de uma democracia que ouve todos, fala com todos. Aliás, muitos dos problemas dos Açores prendem-se com a falta do diálogo. Sempre dei esse sinal e sempre o darei, enquanto líder parlamentar, de conversarmos uns com os outros e tentarmos criar pontos, é isto a democracia.

Quando o conceito da democracia é excluir partidos como o meu, eu acho duas coisas: é errado democraticamente e é errado socialmente, ou eleitoralmente, se quiserem, porque basta olhar para aqui, são cinco, lá fora são 50. Eu não sei se vão tentar puxar as orelhas ao povo português ou ao povo açoriano. Acho que vai correr muito mal. Quanto muito, o povo açoriano, ou o povo português puxa as orelhas a alguns eleitores, porque a democracia é isto: é bilateral, é do diálogo, é da esperança, Senhor Deputado António Lima, e nós temos que ter esta fé, esta esperança, de que, se houve um 25 de Abril e depois um 25 de Novembro que consolidou esta democracia que temos hoje e a autonomia que temos em 76, deve-se a isto, deve-se ao falar com todos ou ouvir todos.

Eu não sou tão novo quanto isto, mas também não sou assim tão velho, mas recordo-me muito em criança de alguns dos processos que houve no meio da autonomia, das várias tentativas de algumas coisas que hoje são mitos, mas a democracia é mesmo isso, a liberdade é mesmo isso, é nós divergirmos de opinião, mas naquilo que for essencial, estamos aqui todos juntos.

Muito obrigado a quem trouxe novamente este voto, como já o tínhamos trazido há dois dias, porque é sempre bom lembrar que é melhor viver em liberdade, do que vivermos condicionados ou oprimidos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhora Deputada Hélia Cardoso não pode, é só uma pessoa por bancada que pode reagir aos votos.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de saudação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

A Senhora Deputada que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O voto de saudação pelos 50 anos de liberdade e democracia foi aprovado por maioria dos representantes, portanto, 22 votos do PS, 22 votos do PSD, 4 votos do CH, 2 votos do CDS, 1 voto do PPM, 1 voto do BE, 1 voto do PAN e 1 voto contra do CH.

Presidente: Obrigado, Senhora Secretária.

Vamos avançar para um voto de pesar que é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelo falecimento do Padre João Luciano do Couto Rodrigues. É apresentado pela Senhora Deputada Patrícia Miranda.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelo falecimento do Padre João Luciano do Couto Rodrigues

(28 novembro 1941 - 07 março 2024)

Faleceu, no passado dia 7 de março, o Padre João Luciano. Tinha 82 anos, era natural de Ponta Garça e filho de Virgínio Ernesto Rodrigues e de Irene Diamantina do Couto Rodrigues.

Era conhecido pelo “seu bom trato e disponibilidade”, soube cativar todos aqueles que tiveram a oportunidade de com ele conviver.

Ao longo do seu sacerdócio, o Padre João Luciano destacou-se pela sua proximidade com a população, sendo detentor de uma notável boa disposição e assumindo-se como uma fonte constante de inspiração. A sua forma de estar e de viver é um legado que permanecerá como testemunho do seu compromisso e trabalho na comunidade.

Durante 56 anos, foi Pároco na ilha de São Miguel.

A sua primeira colocação foi como vigário paroquial de São José, em Ponta Delgada. Foi pároco da Fazenda, na ouvidoria do Nordeste, onde foi fundador e primeiro diretor da Escola Preparatória. Depois, foi colocado na Relva, paróquia que acumulou com a Covoada. Foi, também, vigário na paróquia de Nossa Senhora da Saúde, nos Arrifes. Voltou a São José, como vigário paroquial e foi o primeiro pároco da nova paróquia de Nossa Senhora de Fátima. Acumulou sempre o ministério com a docência da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica nas escolas do Nordeste e Canto da Maia.

O Padre João Luciano distinguiu-se pelo seu carisma, de trato fácil e com um sorriso acolhedor, sempre presente, e respeitador do espaço e da liberdade individual de cada um, porque aliar frontalidade com caridade e bondade nem sempre é fácil, principalmente quando estão em causa questões morais, mas também legais.

O Padre João Luciano foi, igualmente, formador de várias gerações, as quais, certamente, nesta hora de partida, se curvaram perante a sua memória. Foi um homem que soube ir à frente do tempo da Igreja, mantendo os seus valores e as suas diretrizes, mas adaptando-as ao evoluir dos tempos e às necessidades de cada um dos cidadãos.

Assim, nos termos regimentais, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida

em plenário a 11 de abril de 2024, emita este voto de pesar pelo falecimento do Reverendo Padre João Luciano.

Deste voto de pesar desse ser dado conhecimento à Conferência Episcopal Portuguesa, à Sé de Angra do Heroísmo, à Câmara Municipal de Vila Franca Campo e de Ponta Delgada, à Junta de Freguesia de Ponta Garça e de São José e à sua família.

Sala das Sessões, Horta, 11 de abril de 2024.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de manter como estão.

Secretária: O voto de pesar pelo falecimento do Padre João Luciano do Couto Rodrigues foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados encerramos assim a apresentação e votação de votos.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 11 horas e 50 minutos e relembro aos Senhores Líderes e ao Senhor Secretário Regional que temos Conferência de Líderes.

Eram 11 horas e 20 minutos.

Senhoras e Senhores Deputados nós encerramos a apresentação e votação de votos, vamos continuar os nossos trabalhos com as declarações políticas.

Eram 12 horas e 12 minutos.

Creio que é o CDS tem direito a fazer a sua declaração política. Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Os transportes são fatores de promoção do desenvolvimento e coesão social, económica e territorial. Numa região insular ultraperiférica como os Açores, mais acentuada é a importância dos transportes. Neste aspeto, as ligações aéreas com o continente português desempenham um papel fundamental, traduzindo-se numa melhoria das condições de vida dos Açorianos, quando garantidas as repostas adequadas às necessidades da população das diversas ilhas.

Da mesma forma que Lisboa não é só o Terreiro do Paço, também o nosso país não é só Lisboa. Há outros polos de desenvolvimento no nosso país e o norte de Portugal é um deles, desde logo económico, sendo o motor industrial do país, mas também com importantes centros de investigação e desenvolvimento, polos universitários e unidades de saúde de referência nacional e internacional. Neste contexto, o aeroporto Francisco Sá Carneiro, no distrito do Porto, tem uma importância estratégica porque serve não só toda a região norte do país mas também a região da Galiza, no norte de Espanha. Essa importância materializa-se pela análise da evolução do número de passageiros, de carga, de rotas e companhias aéreas a operar de e para aquele aeroporto.

Torna-se evidente que é estratégico para o desenvolvimento dos Açores na diversificação das suas ligações ao exterior ter ligações aéreas frequentes para o

Porto e, neste sentido, enquadra-se uma reivindicação antiga do CDS-PP, a ligação aérea entre a ilha Terceira e o Porto.

Desde a criação desta rota, em 2007, que o CDS-PP, na oposição parlamentar, por diversas vezes reivindicou não só a sua manutenção, mas também o seu reforço.

Em 2017 a SATA queria acabar com a ligação aérea semanal entre a Terceira e o Porto e mais uma vez, defendemos intransigentemente a manutenção daquela rota.

Em 2021, após a paragem causada pela pandemia de covid-19, voltámos a reivindicar a reposição desta ligação aérea e, a partir de junho desse ano, os Açorianos passaram a contar, no verão, com voos diários entre a ilha Terceira e o Porto, operados pelas companhias aéreas Azores Airlines e Ryanair.

Se outrora, na oposição, o CDS lutava para que houvesse ligação ou que a mesma fosse reposta, hoje integrando o governo dos Açores damos conta ao Açorianos que, fruto das alterações introduzidas na gestão do Aeroporto das Lajes, das mudanças estratégicas e operacionais alcançadas pela companhia aérea SATA possibilitaram passar a ter, já no próximo verão, 9 ligações semanais ao Porto, das quais 7 diárias da Azores Airlines e 2 da Ryanair.

Haverá, igualmente um reforço das ligações por parte da SATA e TAP a Lisboa tendo, de junho até outubro a pernoita da aeronave da TAP nas Lajes, partindo na manhã seguinte, tornando-se numa mais-valia para aqueles que necessitem de chegar cedo ao continente, sendo também este um voo preferencial para o escoamento de carga de perecíveis.

Com este Governo de Coligação PSD/CDS/PPM, em 2024, serão mantidas as ligações da Terceira ao estrangeiro, nomeadamente a Boston, a Toronto e a Oakland, inaugurando, pela primeira vez, as ligações diretas entre as Lajes e Nova Iorque - JFK, tornando-se numa grande mais-valia para as nossas comunidades e aproximando-nos da nossa diáspora.

Desde o início da anterior legislatura que o Governo da coligação PSD/CDS/PPM está a trabalhar bem na promoção da ilha Terceira e na criação de condições para aumentar o número de ligações aéreas, quer ao continente português quer ao estrangeiro quer até mesmo ao Funchal.

Em 2022, a Aerogare Civil das Lajes bateu o recorde de passageiros, atingindo os 866 mil passageiros, recorde esse que foi quebrado em 2023, atingindo cerca de 1 milhão de passageiros, evidenciando a centralidade e a importância do Aeroporto das Lajes para os Açores.

Os Açorianos contam com o nosso trabalho e com a defesa intransigente da coesão entre os Açores, o território continental e diáspora.

Tivemos, ao longo dos anos, muitas conquistas na mobilidade dos Açorianos, mas foi com o contributo imprescindível do CDS que, no passado, os Açorianos viram garantida uma mobilidade mais justa e é com o nosso imprescindível contributo que os Açorianos sabem que podem continuar a contar.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Senhora Deputada Andreia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Trouxe-nos o Senhor Deputado Pedro Pinto uma declaração política a propósito de transportes, mobilidade e acessibilidades à ilha Terceira. Ateve-se aos aspetos ligados a ligações aéreas e, sobretudo, naquilo que é, percebi eu, o verão IATA.

As preocupações relativas ao desenvolvimento e às acessibilidades da ilha Terceira não se restringem naturalmente às ligações aéreas e, nem tão só, às ligações aéreas no verão IATA.

São questões muito mais vastas. Naturalmente, percebo que há limitações de tempo e, portanto, não abordou todos os temas que, com certeza, queria e teria em mente, mas para nós, para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o desenvolvimento da ilha Terceira assenta em aspetos importantes, entre os quais e para nós, é essencial o reforço do peso da Terceira no turismo regional e é nessa medida que, analisando aquilo que são os dados recentes a propósito do turismo na ilha Terceira, entendemos que é fundamental estabelecer e definir um plano de combate à sazonalidade na ilha Terceira e, nessa medida, aumentar as ligações diretas com o exterior, retomando as rotas com a América do Norte e com a Europa. É essencial reforçar os voos low cost durante a época baixa, promover o destino nos mercados estratégicos, potenciar a realização de congressos nacionais e internacionais e apoiar a organização de eventos desportivos de cariz nacional e internacional. E, nessa medida, a Terceira está, de facto, a ficar para trás e queria deixar aqui e partilhar nesta câmara uma das nossas preocupações e que tem a ver com o facto de ser essencial promover e apoiar a organização de eventos na ilha Terceira de cariz nacional e internacional e de apoiar as instituições que os desenvolvem.

Vou dar dois exemplos a propósito da ilha Terceira, mas de eventos de cariz regional e até nacional e internacional, um deles é o Azores Folk e que se debate com graves problemas nas acessibilidades à ilha Terceira no mês de Agosto. É um evento de cariz internacional, já com uma longa tradição na ilha

Terceira e nos Açores, que tem tido problemas não só no apoio do Governo Regional dos Açores, mas também nas próprias acessibilidades e na relação com a nossa transportadora aérea.

Devo também dar como exemplo um evento que decorre ainda mesmo por estes dias, um campeonato europeu de canoagem em mar aberto e que não teve até hoje qualquer resposta do Governo Regional, que mobiliza mais de 300 atletas, 500 pessoas para a ilha Terceira, um campeonato europeu, uma prova nacional e regionais fundamentais nesta época baixa da ilha Terceira e que não mereceram ainda sequer resposta do Governo Regional.

Mas não nos basta falar de transportes aéreos, é essencial para nós retomar o transporte marítimo de passageiros e viaturas, apostar na captação de cruzeiros temáticos, operacionalizar o Porto de Pipas, que ainda está por operacionalizar a obra de mais de 14 milhões de euros, iniciadas pelos governos do Partido Socialista, é fundamental reabrir a Pousada da Juventude, encerrada há mais de três anos, garantir qualidade na formação hoteleira, valorizar os guias turísticos. A ilha Terceira, lamentavelmente tem o pior desempenho no que às dormidas diz respeito e no que ao turismo diz respeito na Região Autónoma dos Açores, nos últimos tempos e isso é importante reverter e reverter é apostar convenientemente com um plano de combate à sazonalidade na ilha Terceira e é por isso que o Partido Socialista se debate e debaterá enquanto esta questão não for de facto ultrapassada e os nossos empresários não virem os seus investimentos devidamente rentabilizados.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Gomes.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Não podia deixar de louvar aqui esta declaração política trazida pelo CDS-PP, muito bem, trazendo aqui algumas que têm sido as conquistas, por parte deste Governo Regional, relativamente à ilha Terceira.

E começava a minha intervenção por referir alguns dados do passado.

Em 2005, um terceirense que quisesse viajar para o Porto e que precisasse de ir num dia, sem ser o dia da ligação por Ponta Delgada, por exemplo, por Lisboa, tinha que pagar 60 €. Esta era a política do Partido Socialista relativamente a um terceirense que quisesse ir para o Porto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O PSD apresentou na altura uma iniciativa neste Parlamento, de forma que o Governo Regional assumisse esse custo e esta proposta foi rejeitada pela maioria do Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Depois, em 2007/2008, passou a haver um voo semanal para o Porto. Ilha Terceira para o Porto, um voo semanal, mas apenas de 1 de junho a 30 de setembro, quando a procura era muita.

Convém sempre lembrar que em 2009, o Partido Socialista era contra a vinda das low cost para os Açores ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... e isto é uma marca que está sempre presente na vossa governação.

Esses são apenas alguns exemplos das políticas do Partido Socialista relativamente ao turismo na ilha Terceira.

Voz não identificada: E a pousada?

O Orador: Já vou à pousada, já vou à pousada, Senhor Deputado! Em apenas três anos com este Governo Regional o turismo dos Açores tem batido recordes, atrás de recordes, ...

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... quer nas dormidas, quer nos embarques, quer nos proveitos e a ilha Terceira não foge à regra, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Foge e muito!

O Orador: ... isto apesar dos discursos alarmistas dos deputados da ilha Terceira e do PS ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Realista, para o futuro!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: ... que falam muito na época baixa, depois no fim do ano, feitas as contas, batendo mais um recorde, remetem-se ao silêncio.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

E vou apresentar aqui alguns números relativamente ao turismo na ilha Terceira. Comparar 2019 com 2022 e 2023 e lembro aos açorianos que o Governo só tem dois anos completos de orçamento, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Acabaste de dizer que eram três! Isso é um governo regressivo!

O Orador: ... de 1 de janeiro a 31 de dezembro, que é de 2022 e 2023, portanto, vamos às dormidas: 2019 – 391000; 2022 – 46100; 2023 – 487000.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Passageiros embarcados: 2019 – 36200; 2022 – 425000; 2023 – 471000.

Passageiros desembarcados: 2019 – 35900; 2022 – 424000; 2023 – 470000.

Agora, o mais importante, que é isso que interessa aos nossos empresários, os proveitos: 2019 – 12000000; 2022 – 17000000; 2023 – 18000000.

Isso é que são os números, esta é que é a realidade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

E a maior prova do desinteresse que o Partido Socialista tinha no crescimento do turismo na ilha Terceira ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): E o COFIT?

O Orador: ... foi a falta de ambição, a falta de visão que teve aquando da requalificação e modernização da aerogare civil das Lajes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... Bastaram dois anos de governação deste Governo para esgotar completamente com a capacidade da nossa aerogare civil, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que os socialistas diziam que era a melhor e maior. Este Governo vai resolver essas questões, vai avançar com as obras que permitam melhorar as condições dos passageiros, como aumentar a capacidade para deixar de haver os constrangimentos existentes atualmente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Apesar desta evolução positiva, o grupo parlamentar do PSD cá estará para continuar a reivindicar os melhoramentos nesta aerogare.

Deputado Carlos Silva (PS): O aumento da aerogare!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Só para terminar dizer também que ainda esta semana, em relação aos desembarcados e relativamente a março de 2023, mais um aumento, 17.6%. Em relação à prova de Canoagem, é falso, tem havido conversações entre o Governo Regional e a associação e a prova vai ser apoiada, sim senhor.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é falso!

O Orador: Para terminar, em relação à pousada de Juventude da ilha Terceira, sediada na Vila de São Mateus da Calheta, a pergunta tem que ser feita ao Governo do Partido Socialista, que em 2019 assinou um contrato de 20 anos para exploração de uma empresa perante a Pousada da Juventude.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E???

O Orador: E a pousada não tinha as condições e são situações que este Governo já está a resolver e ainda este ano a pousada vai sofrer as obras requalificação para depois abrir. Mas pergunto ao Partido Socialista, ao anterior governo, porque é que passou um contrato de 20 anos com outra empresa?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Francisco Lima tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O que eu vejo aqui, ao fim ao cabo, neste debate é um passa culpas. Há aqui uma bancada completamente pessimista e há aqui uma bancada em que o céu é o limite.

Eu, pessoalmente, acho que a verdade deve estar algures no meio das duas versões, mas uma coisa eu vejo, chegamos ao aeroporto das Lajes e o edifício está extremamente degradado, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... cheio de ferrugem, a cair de podre, aos bocados, com as pombas. Acho que não é uma imagem muito positiva.

Em relação aos passageiros embarcados, de facto, a não ser que eles estejam a acampar lá atrás do aeroporto, a gente não os vê. Porque os empresários o que dizem é que, de facto, há um problema na ilha Terceira, um problema grave, porque realmente o turismo está com problemas em termos de receitas e isso é um facto.

Portanto, nós não podemos estar aqui, nem com o discurso miserabilista do PS, que, aliás, esteve anos para resolver os problemas e não resolveu praticamente nenhuns - deixou foi pesadas heranças - nem também andarmos aqui com a ideia de que fizemos tudo bem, não há nada para fazer, porque, de facto, as coisas não estão a correr bem. A questão da SATA Internacional é um problema que vamos falar ainda esta semana, que é um problema gravíssimo, uma herança pesadíssima do PS, a Ryanair que, daqui a dias, ...

Deputado Carlos Silva (PS): É acabar com isso tudo!

O Orador: ... teremos que pagar, se calhar, a custo zero, as pessoas vêm para aqui pernoitar, se vamos pagar a Ryanair, portanto, milhões, se depois vamos fazer aqui promoções, chega às tantas que vamos criar uma atividade subsídio dependente, portanto, vamos aumentar a subsidiodependência, portanto, eu

acho que nós estamos aqui, de facto, atentos a essa realidade e os indicadores da ilha Terceira, de facto não são bons. É escusado também pensarmos que o PS tem razão, porque teve a sua oportunidade e pouco fez, a nível de turismo e deixou-nos a pesada herança da SATA para resolver. Nem acho que a coligação também tenha muitas razões para se deixar de preocupar, porque os resultados não tem aparecido ao nível que esperávamos, nomeadamente quando se compara a ilha Terceira com as outras ilhas.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O Senhor Deputado Pedro Pinto e o Grupo Parlamentar do Partido CDS-PP trouxeram-nos aqui uma declaração política que é bastante pertinente, pela época do ano em que estamos.

É bastante pertinente pelas questões macroeconómicas que a Região tem discutido e nós aqui, principalmente, nos últimos anos e meses e que nos traz também algumas boas notícias.

É sempre de louvar quando, ou por via do aquecimento da economia, ou por via de medidas macroeconómicas do Governo, algum setor ou alguns setores crescem na economia açoriana.

Mas há aqui questões, que até mesmo este sucesso que nos trouxe o Senhor Deputado Pedro Pinto, nos devem preocupar e deixar alerta.

Desde logo, a situação em que se encontra a estrutura da aerogare civil das Lajes.

Mas não só a estrutura, o funcionamento. O funcionamento e a forma pouco profissional como tem funcionado, como eu nunca tinha assistido nos últimos meses naquela aerogare civil. É de facto uma daquelas situações em que é preciso olhar e é sempre bom lembrar que a orgânica do Governo deixou a aerogare civil das Lajes, propositadamente, com o Senhor Vice-Presidente do Governo, ou seja, o Governo Regional dos Açores deu-nos uma indicação de que estava preocupado com a situação da aerogare civil das Lajes.

A última vez que lá fui, tive que entrar de guarda-chuva, mas não é porque estava chovendo, era por causa das pombas cá fora.

Mas nestes números, e é sempre bom lembrar uma máxima que já aqui disse várias vezes, o facto de duas pessoas almoçarem, uma delas comer dois chicharros e outra comer duas galinhas, não quer dizer que cada um deles tenha comido um chicharro e uma galinha.

E aí entramos nas contas dos passageiros desembarcados e embarcados nas Lajes versus as contas das dormidas e o que dizem os empresários do setor da hotelaria e do canal HORECA. É que *não bate a bota com a perdigota*. São dois gráficos, um sobe e o outro desce.

E eu, como sou de boa memória e de atividade cívica com mais de 40 anos a acompanhar a vida política regional, estou a ver o senhor atual Vice-Presidente do Governo, então deputado do CDS, sentado naquela bancada a acusar os governos do Partido Socialista e a SATA Air Açores de fazerem desdobramentos de voos para aumentar o número de passageiros embarcados e desembarcados.

Nada disso mudou. Todos nós temos viajado de Ponta Delgada para a Horta, de Santa Maria para a Horta da Graciosa para a Horta com voos que vão até à Terceira e depois vêm da Terceira para a Horta e isso explica bastante essa

discrepância de estatística entre os passageiros embarcados e desembarcados e as dormidas na ilha Terceira.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Como é que explica isso na Graciosa?

O Orador: Ainda esta semana foi assim que aconteceu.

Mas devo dizer que os erros de uns, conjugados com os erros dos outros, a mim não me servem de remédio nenhum, porque eu não embarco nestas estatísticas, como disse o Senhor Deputado Paulo Gomes, que são melhores do que as do passado.

O número de passageiros desembarcados conta quase nada.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: O que conta é precisamente as dormidas, o que conta é o crescimento do valor acrescentado bruto, o que conta é saber se a economia cresceu, ou se a economia da ilha Terceira não cresceu.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Já só tem 5 minutos!

O Orador: Não preciso muito mais do que isso.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Tem que ficar com tempo para o PPM.

O Orador: Não preciso muito mais do que isso.

Devo dizer ainda que é fundamental olharmos para essa situação com o problema da sazonalidade, porque aquilo que nos trouxe o Senhor Deputado Pedro Pinto e com qual nos regozijamos, porque não queremos acreditar que foi uma questão de ingerência na gestão da companhia aérea regional.

Acreditamos que foi uma questão de mercado, porque se foi uma questão de ingerência, obviamente todos os açorianos vão pagar e nós vamos ficar a compreender porque é que o processo de privatização da Azores Airlines não prosseguiu.

Mas, este é só um marcar de terreno para, num futuro próximo, nós voltarmos a falar sobre este assunto.

Nós não somos daqueles que acreditam que é possível e que vai desaparecer a sazonalidade no setor do turismo nos Açores e no resto da humanidade, porque isto nunca vai desaparecer e não tenha ninguém a leviandade de dizer que se pode combater a sazonalidade. A sazonalidade tem a ver, inclusivamente, com os nossos mercados emissores que estão muito dependentes das festividades, das interrupções letivas, de uma série de coisas que obviamente nunca vão desaparecer e que vão manter sempre a sazonalidade, em qualquer destino turístico, em qualquer parte do mundo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ó Sr. Deputado, isso não é assim!

O Orador: No entanto, é importante nós percebermos que se aumentarmos a oferta de voos no período mais procurado, muito dificilmente diminuiremos essa sazonalidade. Essa sazonalidade pode ser diminuída com o não aumento da oferta nas épocas altas, com o aumento da oferta numas épocas anteriores e posteriores às mais apetecíveis e com a realização de eventos em inverno Iata que resolve, de facto, muita dessa sazonalidade, como também já aqui, foi dito esta manhã, quase tarde.

Isto para dizer que, e para finalizar, há muito para fazer nesta área, há muito para fazer na aerogare civil das Lajes, há muito para fazer na promoção e na manutenção da notoriedade do destino, há muito para fazer em todas as ilhas dos Açores e em todo o setor, quer do turismo, quer das restantes acessibilidades à Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra a Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor, Senhora Secretária.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Pedro Pinto, queria começar por saudá-lo por trazer aqui esta Casa esta questão, que é sempre uma oportunidade para podermos debater uma área fundamental para a Região Autónoma dos Açores, Não fossemos nós uma região insular arquipelágica, e até ultraperiférica, e por todas as razões os transportes são para nós um ativo essencial e um setor tão importante como os setores mais básicos da nossa vida coletiva. Os transportes são aquilo que nos une transportes, os transportes são aquilo que faz com que a nossa Região se desenvolva. É tão básico quanto isto.

E, portanto, agradeço a intervenção e gostaria de apresentar aqui os números, mas o Paulo Gomes fê-lo de tal maneira bem, que eu não vou tomar tempo nenhum ao nosso plenário para repetir aquilo que tem sido o sucesso dos transportes e do turismo na nossa Região, nos últimos anos. E aí, quer no Google quer no SREA, o senhor deputado conseguirá ter todos os elementos que comprovam, sem margem para dúvidas ...

Deputado Carlos Silva (*PS*): Por acaso há divergências, mas...

A Oradora: ... que nós estamos neste momento, numa altura em que temos que fazer a gestão do sucesso, em vez de fazer a gestão do insucesso, esta é que é a grande diferença.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

E a gestão do sucesso também tem os seus custos, obviamente, os custos de crescimento. Não há aviões a toda a hora para toda a gente, não há aviões para

todas as ilhas a todo o tempo. Nós temos a nossa frota, nós temos as nossas escalas, nós temos a Sata Air Açores, nós temos a Azores Airlines, nós temos 26 destinos internacionais ...

Deputado Carlos Silva (PS): Está espetacular, Sra. Secretária!

A Oradora: ... para onde nós temos conectividade, nós temos 14 companhias a voar para os Açores, desses 26 destinos. Nós temos, neste momento, uma situação que nos orgulha e orgulha o setor, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Tudo no inverno!

A Oradora: ... os empresários, as associações e os parceiros sociais deste setor e de todos os outros, dado o impacto que o turismo tem em toda a atividade económica da nossa Região.

Neste momento, o setor do turismo é o mais dinâmico setor da atividade económica regional. Não é o primeiro, mas é o mais dinâmico. É o que cria mais emprego, é o que cria mais valor acrescentado. É aquele que tem permitido que, numa situação difícil de inflação, de perda de poder, de compra, de grandes dificuldades, tem conseguido que tenhamos praticamente pleno emprego na Região e, neste momento, ninguém se queixa de desempregados, queixam-se é de falta de mão de obra.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

E isto tem a ver com o turismo.

Claro que temos que ter uma visão de conjunto da Região e essa visão de conjunto é uma visão que nos orgulha a todos, que é preciso gerir esse sucesso.

Vamos agora à questão da Terceira. Eu gostava de referir à Senhora Deputada Andreia Cardoso, que neste momento não é o turismo da Terceira que não descola. O turismo da Terceira cresce em função de uma base muito baixa onde

se encontrava, é completamente diferente. O turismo cresce e cresce bem, só que parte de uma base baixíssima deixada pelo vosso Governo.

As dormidas cresceram de 2019 para 2024, com uma pandemia no meio, 26%. Conseguimos passar por cima da pandemia e já recuperámos com crescimentos de 26%.

Deputado João Bruto da Costa (PD): Muito bem!

A Oradora: E sabe quanto é que cresceram as receitas?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sra. Secretária, não faça isso!

A Oradora: 83% em relação a 2019, ilha Terceira! Portanto, esta é a situação em que se encontra a ilha Terceira, partiu de uma base muito baixa e nós estamos a construir, praticamente do nada, um turismo que não existia na ilha Terceira, com todas estas ligações que aqui foram faladas, ...

Deputado Nuno Barata (IL): É falso!

A Oradora: Com esta conectividade que aqui está. É esta a situação que queria aqui repor a verdade, em função da sua intervenção.

Mas não fiquemos por aqui, referiu que era preciso combater a sazonalidade. Sim, em todas as ilhas, não é na Terceira, em todas as ilhas, mas também como disse o Senhor Deputado da Iniciativa Liberal, nunca vai haver igualdade até no nosso próprio sistema de ensino. O nosso sistema de ensino concentra as férias das famílias no verão. Há situações históricas que nunca vão permitir combater a sazonalidade completamente. Nós tratamos a trabalhar isso através da conectividade internacional, através de nichos de mercado, através de populações que podem viajar durante o inverno, com fam trips, com press trips, com promoção.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Combater a sazonalidade!

A Oradora: Está-se a fazer tudo isto, Senhora Deputada, agora não venha dizer que o Azores Folk está com problemas de passagens, quando antes disse que era preciso combater sazonalidade. Sabe em que altura é que é o Azores Folk?

Então, fale com eles e passe isto para o inverno, porque isto pode-se fazer dentro de casa e não há nenhuma razão para fazer isto em época alta. Muito bem, portanto, aí dê o seu contributo para combater a sazonalidade.

Vamos falar da canoagem. Senhora Deputada, quem é que chumbou o orçamento da Região?

Deputado Carlos Silva (PS): O Governo está-se consolando sem orçamento! Pagaram em janeiro sem orçamento, agora não podem pagar?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Como é que nós podemos atribuir? Quem é que chumbou orçamento da Região e agora vem se queixar de que não há apoios? Os apoios estão previstos, eles vão receber apoios, mas ainda não podemos pagar esses apoios. Temos que ter o orçamento aprovado. Esta é uma realidade e é um ónus que cai sobre os partidos que votaram contra o orçamento da Região.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Senhoras e Senhores Deputados: aerogare civil das Lajes. A aerogare civil das Lajes funciona como funciona o aeroporto de Ponta Delgada, com limitações por força do aumento de embarques e desembarques nesses aeroportos e, portanto, a aerogare civil das Lajes também é fruto do sucesso do aumento dos embarques e desembarques.

Estão previstas obras, estão a ser feitas, da mesma maneira que nós estamos a exigir à Ana que faça obras no aeroporto de Ponta Delgada, porque qualquer um deles, quer a aerogare das Lajes, quer a aerogare de Ponta Delgada estão

pelas costuras, em função de um aumento de passageiros embarcados e desembarcados. Mais uma vez, a gestão do sucesso é o que está aqui em causa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Mas tudo será feito a seu tempo. Ninguém faz tudo ao mesmo tempo e muito menos faz com o orçamento que foi reprovado por vossas excelências.

Muito obrigada.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Secretária, uma contradição: A senhora diz que não faz porque não tem orçamento, mas depois diz que está tudo impecável!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhora Secretária.

Senhor Deputado António Lima, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Nesta declaração política do CDS-PP que versa sobre questões de acessibilidades ligadas, em particular à ilha Terceira, há alguns aspetos que gostaria de referir.

Em primeiro lugar, confesso que me custa ouvir que se façam comparações de números, consoante dá mais jeito à retórica e se procure esconder os problemas,

ou as eventuais dificuldades para ajudar o discurso, para tentar fazer uma intervenção mais festiva, como aqui ouvimos, por parte do Governo, do CDS e do PSD.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor nem com bons números fica satisfeito!

O Orador: Já lhe digo os números.

No que respeita à ilha Terceira, há alguns problemas no que diz respeito ao desenvolvimento do turismo, que se prendem efetivamente com a sazonalidade, mas não só. A Senhora Secretária enquanto governante com a tutela dos transportes e do turismo, ainda não vi a nova orgânica do Governo, não sei se já têm a aerogare civil das Lajes ou não, mas era bom que tivesse, porque isso é fundamental para haver uma política coerente do ponto de vista dos transportes que, como é óbvio, tem que ter uma tutela única e não uma tutela por *capelinhas*, mas de 2022 para 2003 a ilha Terceira teve uma redução de 10000 dormidas. Os passageiros aumentaram, é verdade, mas teve uma redução de 333000 para 323000 dormidas. Ora, é fácil perceber porquê? Porque é que estas dormidas diminuíram. Não só porque há muitos passageiros que não pernoitam na Terceira, que estão em escala, mas também porque a estadia média na ilha Terceira baixou de 22 para 23, de 2,7 noites para 2,4. E a senhora, como tutela do turismo no Governo, deveria estudar esses fenómenos e perceber porque é que isso aconteceu e tem que perceber que tipo de pacotes é que estão a vender, que tipo de mercados é que estão a ser trabalhados e é esse o seu trabalho - ou não estão a ser trabalhados - comece o seu trabalho, trabalhar para reduzir a sazonalidade. Sim senhor, nunca teremos o mesmo nível de turismo, em qualquer local dos Açores, idêntico em todos os meses, isso é evidente, mas na ilha Terceira, em particular, há uma sazonalidade brutal e essa sazonalidade brutal é prejudicial às empresas do setor, é prejudicial aos trabalhadores do setor e é prejudicial à economia, porque, como é óbvio, nenhuma empresa pode

viver com três meses do ano, nenhum trabalhador pode viver com três meses de salário no ano e depois com o subsídio de desemprego e a economia não funciona bem, se as coisas estiverem a funcionar desta forma.

Mas também gostava de perguntar ao CDS-PP e à Senhora Secretária da tutela, se é um sucesso o processo de privatização da SATA em curso, se é um sucesso demissões na administração na reta final de um processo de privatização, se isso é um sucesso? E a ilha Terceira, com esse sucesso que dizem ser esse processo desastroso de privatização que está em curso, se a ilha Terceira vai ser beneficiada? E se acham que o futuro para a imobilidade dos Açores e da ilha Terceira, em particular, é entregar a Sata Internacional a um grupo que eu não entregava, nem para gerir um carro, quanto mais uma companhia aérea.

Por isso, antes de embandeirarem em arco, primeiro resolvam os problemas. Os problemas no que diz respeito aos transportes, os problemas no que diz respeito à sazonalidade e o grande problema que tem entre mãos ...

Deputado Flávio Soares (PSD): Então entregava a Sata a quem?

O Orador: ... que é esse processo de privatização e como teremos certamente oportunidade de debater, a melhor solução é cancelá-lo
Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

A Mesa não tem inscrições neste momento.

Não havendo, dou a palavra ao Senhor Deputado Pedro Pinto, se assim entender, para encerrar a declaração política.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu apresentei uma declaração política prestando contas do nosso trabalho político nos últimos anos neste Parlamento e, como expectável, resultou num vivo debate sobre vários assuntos que se relacionam com o transporte aéreo,

porque efetivamente os transportes, a acessibilidade para uma região arquipelágica isolada como a nossa, é fundamental para a nossa economia, para o nosso desenvolvimento, para a manutenção de emprego que fixa população e possibilita a criação das nossas famílias e, portanto, os transportes são como *pão para a boca* dos açorianos.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E o que eu apresentei naquela tribuna foi o trabalho desenvolvido e o resultado alcançado para o próximo futuro, para o verão que se aproxima.

Ouvimos da parte do Partido Socialista – e tenho pena que a Senhora Deputada Andreia Cardoso não esteja ali – uma crítica autobiográfica. Ao ouvi-la, estava a recordar anos passados e fiquei com a sensação de que a senhora deputada estaria falando para um Governo do Partido Socialista, porque efetivamente, tudo o que a Senhora Deputada Andreia Cardoso elencou é aquilo que nos foi deixado pelo Partido Socialista e, portanto, não há muito mais a dizer, relativamente a essa matéria

Quanto ao problema da sazonalidade. Bom, esse é um argumento político que podemos usá-lo até à eternidade, a menos que, e eu espero bem que com a boa governação desta coligação, um dia possamos instalar pistas de neve para a prática de desportos de inverno nas nossas ilhas e por essa via combater a sazonalidade.

Deputado Nuno Barata (IL): Os destinos de neve também têm sazonalidade!

O Orador: Ó, Senhor Deputado Nuno Barata, vossa excelência fez aqui um grande discurso sobre a sazonalidade, para depois, no fim do seu discurso sobre a sazonalidade, estar-se a contradizer a si próprio e agora, reconhece que, efetivamente, a sazonalidade existe e até nos destinos de neve à sazonalidade. Portanto, podemos excluir do nosso debate o tema da sazonalidade, porque nunca nos vai levar a lado nenhum e só nos vai fazer perder tempo.

Quanto ao resto, então que vale a pena falar. A aerogare, Senhor Deputado Nuno Barata, eu acho que vossa excelência vai ter que continuar a usar o seu guarda-chuva, para o proteger das pombas, enquanto for utente da Aerogare das Lajes, por mais algum tempo, porque vossa excelência chumbou o orçamento que tinha lá verba para o lançamento do concurso público para as obras de remodelação daquela aerogare.

E, portanto, como neste momento estamos sem orçamento, esse concurso público está atrasado e, portanto, ainda vamos ter pombas durante mais algum tempo. Portanto, não perca esse guarda-chuva, porque vai continuar a necessitar dele.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Quanto aos passageiros embarcados e desembarcados que para uns aeroportos esses números são válidos e podem ser invocados, mas para outros aeroportos, já são números que não têm legitimidade nenhuma e isso aí é uma coisa muito confusa, que não significa rigorosamente nada. Bom, ou bem que os números estatísticos têm significado, ou bem que eles não têm significado e ao não terem significado, não têm significado para ninguém, não é só para a ilha Terceira.

E, portanto, temos registado, como muito bem disse a Senhora Secretária, uma progressão positiva no número de turistas, no número de passageiros na ilha Terceira. A hotelaria tem registado mais dormidas e mais proveitos. É uma evolução a um ritmo que não é o ritmo que desejaríamos, a um ritmo meteórico, mas é o ritmo possível.

Temos registado que as agências de aluguer de viaturas têm cada vez mais viaturas na ilha Terceira e há mais empresas de aluguer de viaturas na ilha Terceira. Significa isso que há mercado e, portanto, tem havido um progresso satisfatório e esse progresso verifica-se depois da tomada de posse e do exercício de governação desta coligação.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está encerrada esta declaração política.

Atendendo ao nosso horário, vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço.

Regressamos às 15 horas.

Eram 12 horas e 59 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados vamos começar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 06 minutos.

Senhoras e Senhores Deputados ao abrigo do artigo 81.º, solicita o Grupo Parlamentar do Partido Socialista a **apresentação de um diploma em Plenário do Projeto de Resolução n.º 6/XIII – “Regularizar os contratos e os horários de trabalho dos trabalhadores dos Centros de Interpretação Ambientais dos Açores”**. Tem a palavra a Senhora Deputada Joana Pombo Tavares para apresentação do diploma. Tem 10 minutos, Senhora Deputada.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Senhores e Senhores Membros do Governo:

Os Centros de Interpretação Ambientais dos Açores são espaços de visitação dos parques naturais de cada uma das ilhas que permitem aos cidadãos, locais

e/ou visitantes conhecer o património natural, áreas protegidas, habitats, biodiversidade e geodiversidade, entre outros.

Nesses Centros, trabalham – em cada uma das ilhas – funcionários empenhados, dotados de formação e informação científica e cultural, que lhes permite assegurar boa transmissão de conhecimento e informação variada a quem os visita.

Anteriormente, integrados nos quadros da Azorina – Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, SA, extinta a 31 de dezembro de 2021, esses trabalhadores passaram a estar afetos à Divisão de Gestão de Centros Ambientais do Gabinete de Planeamento e Promoção Ambiental da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, em contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Ora, a razão da nossa iniciativa está diretamente relacionada com o Relatório da Inspeção Extraordinária da Inspeção Administrativa e do Combate à Corrupção, datado de 11 de dezembro de 2023, refere existirem cláusulas ilegais nos contratos de trabalho dos funcionários dos Centros de Interpretação Ambientais dos Açores.

Tal facto não nos surpreende, até porque já tínhamos denunciado essa situação aqui mesmo neste Parlamento, alertando para o desrespeito existente para com todos os trabalhadores dos Centros de Interpretação Ambientais, que estão obrigados a cumprir horários de trabalho, com rotações de sete, oito e dez dias consecutivos, ultrapassando a legalidade das condições de trabalho de 7 horas por dia e 35 horas por semana.

Como facilmente se compreende, as escalas de trabalho efetuadas, em muitos dos casos, e variadas vezes, com seqüências de 10 dias seguidos, levaram à exaustão de muitos funcionários, prejudicando a sua vida profissional e pessoal. Neste Parlamento, já foi analisada uma petição sobre este assunto, apesar de na altura, o Senhor Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática ter

desvalorizado o assunto e, inclusivamente, ter dito que não existiam quaisquer ilegalidades com os horários que estavam a ser praticados.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O período de época alta iniciou-se em muitos Centros de Interpretação Ambientais a 1 de abril. Os horários mantêm-se iguais.

Como já o dissemos por diversas vezes, mas voltamos a repetir, os funcionários destes Centros Ambientais merecem ser tratados com respeito e com dignidade! É, por isso, que com este Projeto de Resolução pretendemos, mais uma vez, que o Governo Regional dos Açores, agora que também foi alertado pela Inspeção Administrativa Regional, da Transparência e do Combate à Corrupção, faça o que deve ser feito:

Reponha a legalidade nos contratos de trabalho dos funcionários e regularize os horários de trabalho.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada está apresentado o diploma. Pergunto se há pedidos de esclarecimento?

(Pausa)

Não havendo, vamos prosseguir na nossa agenda para o ponto 15 - **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 2/XIII, Comissão eventual de acompanhamento de políticas de ordenamento do espaço marítimo.** É uma iniciativa apresentada pelo

Parlamentar do PSD. Para justificar a urgência tem a palavra a Senhora Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras, Senhoras e Senhores, Membros do Governo:

O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão deste projeto de resolução apresentado pelo grupo parlamentar do PSD atende ao facto de estarem em curso, como todos sabemos, algumas iniciativas, nomeadamente, Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores (PSOEMA), a reforma do Parque Marinho dos Açores, a da Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores (RAMPA), concomitantemente temos também assistido a iniciativas que mostram que a sociedade civil está atenta e preocupada com esta temática.

A discussão que venha a acontecer, a propósito do diploma referente à Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores, vai-nos permitir definir estratégias e permitirá, quer na área de proteção marinha, quer na área da valorização da atividade piscatória, termos uma participação ativa, nomeadamente naquilo que são as eventuais compensações financeiras que, inclusive, estão previstas para fazer face àqueles que sejam os esforços para se atingir metas da União Europeia.

E, portanto, porque entendemos que são matérias que vão nos obrigar a encontrar um equilíbrio entre aquilo que é a preservação e a valorização dos recursos marinhos e aquilo que é a atividade piscatória na Região, achamos que devemos dirigir uma atenção especial, com atenção exclusiva em matéria do Mar.

Vamos certamente nos confrontar, como já nos confrontámos no passado, por mais do que uma vez, em ter um posicionamento àquelas que sejam as

propostas da Lei do Mar, sobre a qual já demos vários pareceres, que inclusive não tiveram os acolhimentos que gostaríamos.

Portanto, face a isto, o grupo parlamentar do PSD entende que é importante ter esta atenção exclusiva às áreas do mar e que esta comissão pode permitir exatamente esse momento e essa oportunidade para debatermos estas matérias, obviamente, e em parceria com o setor, com a atividade parlamentar que esteja a decorrer noutras comissões e com o Governo Regional.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há inscrições, no âmbito da urgência?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação desse pedido de urgência:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretária: Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 2/XIII foi aprovado com 22 votos do PSD, 22 votos do PS, 5 votos do CH, 2 votos do CDS-PP, 1 voto do PPM, 1 voto do Bloco de Esquerda, 1 voto da IL, 1 voto do PAN.

Presidente: Tendo sido aprovado o pedido de urgência dou a palavra à Senhora Deputada Salomé Matos para a apresentação da iniciativa.

Informo que o proponente deu entrada de uma substituição integral.

Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras, Senhoras e Senhores, Membros do Governo:

O mar sempre foi um dos protagonistas incontornáveis na história e identidade de Portugal e dos portugueses sendo os Açores detentores de 56% da zona exclusiva económica portuguesa.

A Constituição da República Portuguesa esclarece, no seu artigo octogésimo quarto que as águas territoriais com os seus leitos e os fundos marinhos contíguos, bem como os lagos, lagoas e cursos de água navegáveis ou fluviáveis, com os respetivos leitos pertencem ao domínio público.

Neste âmbito, é da exclusiva competência da Assembleia da República legislar sobre a definição das águas territoriais, da zona económica exclusiva e dos direitos de Portugal aos fundos marinhos contíguos, sendo certo que as regiões autónomas têm o poder de participar na definição das políticas respeitantes às águas territoriais, à zona económica exclusiva e aos fundos marinhos contíguos conforme articulado da Constituição da República Portuguesa.

Também o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, elucida sobre os Direitos da Região relativamente às zonas marítimas portuguesas, no seu artigo 8.º, onde deixa claro que a Região tem o direito de exercer, conjuntamente, com o Estado poderes de gestão sobre as águas interiores e o mar territorial que pertençam ao território regional e que sejam compatíveis com a integração dos bens em causa no domínio público marítimo do Estado. No mesmo artigo, o Estatuto dispõe que os poderes reconhecidos ao Estado português sobre as zonas marítimas sob soberania ou jurisdição nacional adjacentes ao arquipélago dos Açores, nos termos da lei e do direito internacional, são exercidos no quadro de uma gestão partilhada com a Região, salvo quando esteja em causa a integridade e soberania do Estado. Destas prerrogativas, não prescindimos enquanto Região Autónoma entendendo que o nosso contributo não deve ser votado ao esquecimento e ao abandono.

Assim entendemos que a gestão e o ordenamento do espaço marítimo é um assunto da maior importância estratégica para Portugal, dada a vastidão e riqueza das suas áreas costeiras e oceânicas, sobre as quais temos direitos, mas também exercemos responsabilidades.

Importa assinalar o empenho com que o XIII Governo Regional dos Açores abordou esta matéria, tendo avançado com uma proposta legislativa sobre a reforma do Parque Marinho dos Açores e da Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores, em consonância com a Estratégia Nacional para o Mar 2030, Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030, o Quadro Mundial de Biodiversidade Kunming-Montreal e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Do mesmo modo, o XIV Governo Regional dos Açores pretende prosseguir o esforço para recuperar a jurisdição sobre as 200 milhas da zona económica exclusiva, continuar a inovar nas diferentes valências ligadas ao mar e participar no esforço de monitorização dos imensos recursos do leito do mar açoriano e preservar o legado ambiental e biológico do nosso mar.

O XIV Governo Regional dos Açores defende que os Açores devem assumir um papel da maior relevância no contexto da política marítima nacional e captar uma parte significativa das capacidades do país, no âmbito da economia do Mar. Desde logo, os Açores devem ter uma participação ativa em qualquer alteração legislativa à Lei de Bases do Ordenamento do Espaço Marítimo, como é competência de órgãos de governo próprio de uma região que tem o mar como identidade.

Neste sentido, importa prosseguir com o cumprimento dos objetivos nacionais e internacionais acima identificados, antecipando as metas estabelecidas para 2030, de implementar a proteção de 30% mar dos Açores como Áreas Marinhas Protegidas, com 15% totalmente protegidas, num compromisso firmado no presente para salvaguardar o futuro, em solidariedade com as gerações

vindouras, com vista à sustentabilidade, proteção, conservação e valorização da biodiversidade marinha do mar dos Açores.

Também se pretende avançar com o Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores enquanto mecanismo fundamental para contrabalançar interesses concorrentes e garantir que a sociedade usufrui e beneficia do mar, na perspetiva da sua valorização e salvaguarda.

Assim, a abrangência da comissão que aqui propomos abrange a totalidade do espaço marítimo sob soberania ou jurisdição nacional e materializa um processo público de análise e planeamento da distribuição espacial e temporal, existente e potencial, dos usos e atividades humanas no mar.

O mar dos Açores é parte da identidade cultural dos açorianos, e o desígnio de o proteger através de uma rede de AMP efetiva é algo que une os diversos quadrantes políticos apesar de termos divergências na forma como se operacionalizará esta definição e conseqüente implementação.

Assim, propomos que esta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos do artigo quadragésimo terceiro do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e do n.º 1 do artigo septuagésimo terceiro do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprove a criação da Comissão Eventual de Acompanhamento de Políticas de Ordenamento do Espaço Marítimo com o objetivo de monitorizar de forma privilegiada todas as iniciativas em matéria de ordenamento do Espaço Marítimo e de proteção e preservação do ambiente marinho em estreita colaboração com todos os parceiros do setor, com o trabalho regimentalmente desenvolvido pelas comissões permanentes ou em sua substituição e com o Governo Regional.

Defendemos uma Comissão que garanta a todos os partidos e representações parlamentares igualdade de oportunidade para se pronunciarem relativamente às

Políticas de Ordenamento do Espaço Marítimo entendimento que motivou a substituição integral do projeto de resolução em apreciação.

Propomos uma Comissão limitada temporalmente pelo motivo que origina a sua criação e que assume o compromisso de apresentar ao Plenário o respetivo relatório final conferindo a este parlamento a centralidade que lhe é devida.

Disse!

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Está apresentada a iniciativa.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Senhor Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, Membros do Governo:

Não percebi aqui a demora das inscrições, mas alguma razão deve haver.

Muito claramente, transparentemente, concordo com quase tudo (para não dizer tudo) o que a Senhora Deputada acabou de dizer.

O que estamos aqui a votar e a discutir é a criação de mais uma Comissão. A posição do Chega tem sido e continuará a ser, não termos de duplicar aqui o que já existe. No nosso entender existe uma CAPADS, onde isto se integra, pode ser discutido até à exaustão, de noite, de dia, ao fim de semana, da maneira que quiserem.

Não vemos esta necessidade e não vendo esta necessidade, não vamos acompanhar.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Senhor Deputado Nuno Barata, faça favor.

Obrigado, Senhor Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal também não vai acompanhar a votação favoravelmente da criação de mais uma comissão eventual do Parlamento dos Açores, mesmo percebendo alguns dos seus objetivos e mesmo depois da substituição integral, que alterou a sua constituição.

E não o fará, porque entendamos que num passado ainda recente, com um Secretário que não se revelou o mais competente nestes assuntos, em que no Governo da República tínhamos um Governo que não olhava os problemas dos Açores, nada nesta casa foi feito, para acompanhar essas políticas.

Hoje que temos uma Secretária de Estado do Mar oriunda destas ilhas, que temos um Secretário Regional com reconhecido currículo nesta área, não compreendamos esta preocupação.

Mais, nós entendemos que a Comissão, denominada CAPADS, tem competências para criar no seu seio um grupo de trabalho que pode fazer o acompanhamento destas políticas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E Economia?

O Orador: E até mesmo, no seio da Comissão de Economia, há competências que estão aqui nesta Comissão que podem ser debatidas e já têm sido debatidas, pelo menos na legislatura anterior, e, nesse sentido, não podem contar com o

voto favorável da Iniciativa Liberal na criação de mais uma comissão eventual nesta legislatura.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

(Pausa)

Senhor Secretário Regional do Mar e Pescas, faça favor.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** (*Mário Pinho*): Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

É preciso pôr em contexto o que é que está aqui em causa. Em primeiro, o EPARAA - Estatuto Político Administrativo da Região, regula de uma forma muito inovatória a partilha das competências nesta área do mar. O que se verifica depois na prática é que não é admitida por parte da República, as competências ao nível decisório.

E isto não é só ao nível do ordenamento do espaço marítimo, é preciso que os senhores deputados compreendam que, apesar de sermos uma região, temos os custos de gestão, de controlo e de monitorização correspondentes a um estado.

Ora, estes custos administrativos do controlo e de monitorização têm vindo a crescer de uma forma muito exponencial e é preciso compreender que nós não temos orçamento suficiente para fazer a gestão destas iniciativas e estas iniciativas administrativas surgem, muitas vezes, implementadas por nós próprios, pelos nossos cientistas, pelos nossos técnicos, pelos nossos chefes de divisão, diretor regionais que participam nos grupos de trabalho ao nível regional, ao nível nacional, ao nível europeu, ao nível dos comités internacionais, da ICCAT, do ICES, NEAFC, da OSPAR e daí resulta uma série de compromissos que a Região tem que implementar e, quando não implementa, resulta em notificações de incumprimento.

Ora bem, muitas vezes, a implementação desses procedimentos resultam, ou têm como base um conjunto de obrigações do Estado que o Estado não cumpre. O que significa que nós temos que recorrer do nosso orçamento para tapar os buracos, para poder implementar. A fiscalização talvez seja a área que os senhores melhor entendem, mas há muitas outras áreas pelas quais nós necessitamos de uma clarificação a este nível das competências.

Eu concordo quando os senhores dizem que é preciso realizar o trabalho político de fazer a aproximação à República de maneira a estabelecer esta cooperação institucional, esse trabalho, senhor deputado, está a ser realizado. É um trabalho lento, vai ter frutos – espero eu – e, portanto, grande parte dos problemas poderão ser resolvidos dessa maneira, mas não só. Nós temos verdadeiramente um problema político de resolução de clarificação entre a República e as regiões autónomas, ao nível das competências e da capacidade de decisão, aí o ordenamento do espaço marítimo torna-se importante.

Deixe-me dar-lhe um exemplo, nós hoje, 11 de abril, fomos notificados pela República que o Estado foi notificado pela União Europeia por mais um incumprimento e isto depois tem consequências.

O outro exemplo que eu gostaria de dar, porque vem já na discussão a seguir, tem a ver com os procedimentos de controlo das espécies comerciais, da pesca comercial. Até aqui há pouco tempo tínhamos uma circular que exigia 10% de cumprimento da inspeção e agora temos 40%. É tão simples quanto isto. Estas exigências são exigências que vêm aumentar e, portanto, há um conjunto de outras obrigações em que temos que *acordar* com o Estado.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado António Lima, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores
Membros do Governo:

Não é, como é óbvio, a primeira vez, é habitual que se criem comissões eventuais sobre os mais diversos assuntos, neste Parlamento e muitas vezes elas se justificam. Todavia, nesta comissão nós temos algumas dúvidas e gostaria de pedir um esclarecimento aos proponentes, no que respeita aos motivos da criação desta comissão. E isso, certamente, que ajudará a decidir o nosso sentido de voto, porque uma comissão eventual, justifica-se se há uma necessidade sobre um determinado assunto, ou matéria muito exaustiva, relevante, em que seja preciso analisar e que a comissão com competência em razão da matéria, não tenha essa capacidade, ou que já tenha um volume grande de trabalho, ou que haja a necessidade de construir determinada proposta, uma determinada medida que exija um grande consenso, um trabalho aprofundado, como aconteceu, por exemplo, na revisão do Regimento na legislatura passada e, falando deste assunto, a Comissão de revisão do Regimento da legislatura passada fez um trabalho aturado de revisão do Regimento, sem dúvida, fez um bom trabalho e, de forma leal e já alertei para isso em Conferência de Líderes, não posso deixar de dizer que é hora desse trabalho chegar a plenário e é hora dos partidos, grupos e representações parlamentares retomarem esse trabalho.

Não é necessário uma comissão eventual, porque ele está praticamente concluído, mas reanalisarem e retomarem e trazer este trabalho aqui.

Agora, nesta Comissão, pese embora a explicação do Senhor Secretário Regional, que falou de um conjunto de matérias que fazem todo o sentido, mas não justificam, por si só, a existência ou não, de uma Comissão. O que justifica é efetivamente a necessidade que há, ou não, do Parlamento considerar que a comissão competente, que é a CAPADS e é parte da economia, principalmente no que diz respeito ao ordenamento do espaço marítimo, é a Comissão de Assuntos Parlamentares e Desenvolvimento Sustentável, que tem essa competência, se a Senhora Deputada considera que a CAPADS não tem a capacidade para tomar conta desta empreitada, que é analisar as questões ligadas ao mar e ao ordenamento do espaço marítimo. Olhando para o histórico, a Comissão do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, não será a que tem menos, mas não tem um volume de trabalho, um volume de iniciativas muito relevante, muito menos no que diz respeito ao mar.

Vemos muito poucas iniciativas, do que diz respeito ao mar que, em nosso entender, só prevendo-se que haja uma novidade a breve trecho que justificariam a criação de uma comissão eventual específica sobre esta matéria e, devo confessar, que temos dúvidas que isso seja necessário, mas ficamos a aguardar as explicações.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado José Ávila, faça favor.

Deputado José Ávila (PS): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Manuel Alegre escreveu que não havia palavra com tanto mar como a palavra Açores. E é verdade.

É tanto mar que alarga fronteiras e projeta Portugal na Europa e no Mundo.

Este mar que nos embala e por vezes nos amedronta é tão misterioso como imprevisível.

Quem tem mar, tem de ter responsabilidades, é certo, e a Região, desde há muito, tem tomado medidas precaucionárias que têm sido reconhecidas internacionalmente, mas também, por isso mesmo, deve ter direitos sobre a sua gestão.

Os seus fundos encerram muitas riquezas ainda pouco estudadas, a sua coluna de água suporta uma importante biodiversidade, nas zonas costeiras floresceu o turismo contemplativo e é pelo mar que somos abastecidos e fazemos a maioria das exportações da produção local.

A conhecida Lei do Mar, cujo processo se iniciou em 2014, desde cedo esteve envolvida em controvérsia.

O Governo dos Açores de então logo considerou que desrespeitava as competências das Regiões Autónomas atribuídas pela Constituição Portuguesa e pelo Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

No processo de construção deste diploma, sobre o ordenamento do espaço marítimo, foram feitos diversos alertas sobre esses problemas legais e pedida, inclusivamente, a fiscalização ao Tribunal Constitucional, que, no entanto, não atendeu às intenções regionais.

O Governo dos Açores entendia que aquela iniciativa violava as competências dos órgãos de governo próprio dos Açores e menosprezava a legislação e regulamentos implementados ao longo dos anos para promover o desenvolvimento sustentável na área do mar.

Foram feitos apelos ao Governo da República para mudar a postura relativamente à gestão dos recursos do mar dos Açores, foram apresentadas propostas claras e pedidos pareceres com o objetivo de garantir a reapreciação do processo.

Em 2019 foi apresentada uma anteproposta de lei pelo Governo dos Açores, aprovada nesta casa por unanimidade, que pretendia alterar a Lei de Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional, salvaguardando os interesses regionais.

Esta iniciativa pretendeu transferir para as Regiões Autónomas competências quanto ao espaço marítimo sob soberania ou jurisdição nacional junto aos arquipélagos.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista nunca abdicou do princípio da gestão partilhada, da codecisão e das competências exclusivas das Regiões Autónomas para licenciar atividades de extração de inertes, da pesca e da produção da energia renovável.

Houve quem recuasse na posição unânime assumida nesta Assembleia. Não fomos nós, até porque não vacilaremos quando estiverem em causa os superiores interesses dos Açores e dos Açorianos, seja qual for a cor partidária do Governo na República.

Nove anos depois da entrada em vigor do primeiro diploma, estamos novamente perante alterações, que entretanto caducaram, com as quais o Grupo Parlamentar do Partido Socialista também não concordou, daí o parecer desfavorável emitido em sede de apreciação na CAPADS, sobretudo porque colidem com a proposta de revisão constitucional ordinária onde fica consagrada a prerrogativa que garante às regiões autónomas o direito de exercer poderes de ordenamento e gestão sobre as águas interiores e o mar territorial num quadro de gestão partilhada.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista estará presente no combate ao espírito centralista e a qualquer tentativa de relegar a função das autoridades regionais a uma mera participação, quando estiverem em causa questões relacionadas com as suas águas ou o desrespeito pela autonomia regional.

O que releva em todo este processo é que ambas as leis não servem os interesses das Regiões Autónomas e isso coloca-nos no lugar certo, ou seja, na luta pelos direitos que defendemos para os Açores e para os Açorianos no ordenamento e na gestão do tal mar que Manuel Alegre conseguiu sintetizar nas singelas estrofes do poema “Tanto Mar”.

Faz sentido, num momento em que se prevê a retoma deste processo, acompanhar o seu desenvolvimento e os diversos atos do processo legislativo, daí o nosso voto favorável a esta iniciativa.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhora Deputada Salomé Matos, faça favor.

Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Se eu puder contribuir para esclarecer as dúvidas do Senhor Deputado António Lima, penso que na apresentação da iniciativa tentei focá-los, mas posso aqui fazer um breve resumo, acompanhando inclusive aquilo que já também ouvi de si.

Efetivamente, o objetivo da Comissão é obviar o trabalho que, como bem disse, nomeadamente a rede das áreas marinhas protegidas, foca duas áreas que têm a

ver com o ordenamento do espaço marítimo, que é acompanhado por uma Comissão, mas cujos impactos ...

Deputado Carlos Silva (PS): Querem avaliar impactos? O alojamento local é um problema...

A Oradora: ... e o senhor acompanhou tantas discussões que aqui tivemos e o impacto vai ser obviamente na atividade piscatória, naquilo que são os reflexos na economia, que é acompanhado noutra Comissão.

Portanto, não pretendemos duplicar comissões, pretendíamos obviar o trabalho que é desenvolvido em duas comissões, muitas vezes até acompanhado por pessoas diferentes.

Outro motivo, a matéria é extremamente exaustiva, complexa, técnica. Nunca estive, em momento nenhum, em causa, como compreende, portanto, quem desconfia é o senhor que levanta alguma suspeição ou desconfiança sobre o trabalho. Quero deixar claro que, da nossa parte, do grupo Parlamentar do PSD, não levanta qualquer suspeição, nem está em causa a incompetência ...

Deputado Carlos Silva (PS): Levantaram ontem sobre o alojamento local!

A Oradora: ... de nenhuma comissão, portanto...

Senhor Deputado António Lima perguntou-me se o proponente desconfia, se acha que as comissões não são competentes. Estou a afirmar que não está por base nenhuma desconfiança.

Deputado António Lima (BE): Não perguntei isso, perguntei se confirmava!

A Oradora: Não, considero que são extremamente competentes e que podemos todos contribuir, obviando o trabalho numa única comissão que tem duas matérias.

Relativamente a outra questão, fomos consultados, voltaremos a ser sobre os contributos que podemos dar à Lei do Mar, se tivermos uma comissão que possa concentrar e, unanimemente, emitirmos um relatório que seja único, também seria uma vantagem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, estamos convictos de que esta Comissão acrescentará valor e não irá duplicar ou subtrair qualquer outra comissão, ou trabalho desenvolvido em nenhuma outra comissão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Senhora Deputada.

Senhor Deputado Pedro Neves tem a palavra, faz favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

No início desta semana, com esta iniciativa e da forma como foi apresentada, nós tínhamos problemas relativamente ao direito de voto de vários partidos, incluindo obviamente o PAN e ainda bem e agradeço por essa mudança da iniciativa, que tiveram isso em consideração.

A minha opinião, independentemente se o PAN tem ou não, direito a voto nessa comissão, porque eu vi que era foi um lapso, não era sequer alguma vendetta ou alguma situação.

Contudo, eu tenho problemas com as comissões eventuais, sempre tive. E sempre tive porque, ao ponto, usa-se a justificação que nós estamos a fazer uma concentração e ok, eu consigo entender. Mas será que a justificação da sua criação, o objetivo proposto é o suficiente para nós fazermos comissões eventuais de algo, ainda por cima do mar... e nós já temos uma comissão permanente, na qual sempre discutimos tudo o que tem a ver com o mar, que é, nomeadamente a CAPADS e eu não acredito que, ao invés de estarmos a aglomerar, estamos a retirar da CAPADS algo que sempre foi bastante

importante e nós temos todos os partidos, ou quase todos os partidos, na CAPADS.

E depois, também há outro problema, que é um problema financeiro, que eu sempre tive esse problema. Cada comissão que nós inserimos no Parlamento tem um custo financeiro para a Assembleia e é um custo financeiro, tanto da própria comissão, como da própria Mesa que preside e que faz parte.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Depende!

O Orador: Depende não! É esperar para ver então!

E esta troca entre os partidos (por isso é que o PS, se calhar, está a votar a favor), entre o PSD e o PS para ter comissões e depois para ter as presidências ou ter mesas, a mim começa-me a fazer um bocado de confusão e como eu tenho um bocado de confusão e que, obviamente, estou aqui a ajudar também o Senhor Presidente da Assembleia, relativamente aos custos do orçamento, eu vou votar contra.

(Aplausos do Deputado Nuno Barata (IL))

Presidente: Tem razão, Senhor Deputado. Muito obrigado.

Continuam abertas as inscrições.

(Pausa)

Senhor Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda tem, sobre as questões do mar, uma história que a esse nível fala por si. Temos não só acompanhado, como apresentado propostas

sobre esta matéria. Iniciámos a revisão com uma proposta em 2017, uma anteproposta de lei da atual lei de Bases do Mar. Foi aprovada uma proposta mais tarde, no seguimento desse processo, da autoria do Governo Regional, discutido em conjunto. Temos acompanhado esta matéria aqui e na Assembleia da República e é um assunto da maior importância para os Açores.

Ora, isso não significa, no entanto, que ele não possa ser acompanhado, como tem sido até aqui. Aliás, até em 2017, quando tínhamos antepropostas de lei sobre esta matéria foram acompanhadas na comissão competente e não houve nenhum problema por isso. As propostas foram avaliadas, foram analisadas, subiram a plenário, foram aprovadas e não houve nenhum problema.

Agora, o facto de estarem a ser criadas áreas marinhas protegidas, também estavam na legislatura passada e não foi necessário criar uma comissão eventual. A comissão competente em razão da matéria fez o seu trabalho, como considerou necessário obter informação sobre isso e não vejo nas explicações da Senhora Deputada Salomé Matos nenhuma novidade, quanto àquilo que tinha dito. Aliás, aquilo que eu vi foi acusarem o Bloco de Esquerda de ser desconfiado, o que é uma acusação de quem quer convencer outro partido a votar a favor, é de bom tom que não se faça acusações desse tipo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é defeito, é feito!

O Orador: Por isso, se do PSD é essa a atitude e a forma como querem se relacionar na análise dessa proposta, certamente que não estão à espera, nem querem sequer convencer ninguém, porque quem quer convencer alguém, não atira pedras e perguntar, Senhora Deputada, é aquilo que nós fazemos aqui todos os dias, perguntar coisas, questionar uns aos outros, é normal, se não lida bem com isso, então não está na profissão certa.

Por isso, em nosso entender e concordando que este assunto é da maior importância, o mar, não confundir com a criação de uma comissão, nós consideramos que não está justificado a criação desta comissão, porque não

vemos, efetivamente, a necessidade, tendo em conta que há uma comissão competente, que não tem um volume de trabalho, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Há duas comissões permanentes!

O Orador: ... não tem um volume de iniciativas, tendo em conta o histórico, que impeça a avaliação destas matérias, consideramos que elas devem ser avaliadas na Comissão dos Assuntos Parlamentares Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Sendo aprovada esta comissão, como parece que vai ser, participaremos como é a nossa, a nossa prática com a melhor das intenções e sem desconfianças, senhora deputada, avaliando o trabalho do Governo, avaliando o trabalho de quem tem a responsabilidade também de exercer a política do mar e as propostas que eventualmente surjam.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste projeto de resolução que cria a Comissão Eventual de Acompanhamento de Políticas de Ordenamento do Espaço Marítimo:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

Os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução n.º 2/XIII foi aprovado com maioria, com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 2 do CDS-PP e 1 do PPM. Contra: 5 votos do Chega, 1 voto do BE e 1 voto da IL.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária.

Vamos avançar na nossa agenda.

O ponto 17 nós vamos adiar-lo e passamos assim ao ponto 18 - **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do projeto de resolução n.º 3/XIII - Ajustar o horário das lotas, rever a circular a circular do atum rabilho e reforçar os recursos humanos da Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos.**

É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS, para justificar a urgência tem a palavra o Senhor Deputado Gualberto Rita.

(*) **Deputado Gualberto Rita (PS):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A urgência e dispensa de exame em comissão deste projeto de resolução, deve-se ao facto de que, se toda a pesca do atum é sazonal, a pescaria do rabilho é muito mais limitada no tempo. Ocorre durante um período muito curto, mais precisamente entre janeiro e maio, sujeita a limites de captura com repartição de quotas de apenas 112 toneladas para a pesca acessória, para as regiões autónomas e de 75 toneladas para a pesca dirigida no período compreendido entre 1 de março e 1 de julho para 38 embarcações registadas na Região Autónoma dos Açores.

Até à data, só nos Açores, estamos perto de atingir as 50 toneladas de atum rabilho com preços baixos, com impacto no rendimento dos pescadores e dos compradores e, em última instância, com consequência para a Lotação.

Depois de tanto esforço no passado para conquistar a possibilidade de pesca a esta espécie, estamos a desperdiçar uma oportunidade. Uma imagem pouco abonatória do setor da pesca na nossa Região.

Lembro que a Região Autónoma dos Açores foi uma das poucas regiões no Atlântico, depois de um período de recuperação desta espécie, a ser autorizada a pescar.

O controlo e a fiscalização que se impõe nessa pescaria obriga a presença de meios inspetivos no momento da descarga, assim como, aferir no final de cada viagem o cumprimento dos limites impostos a cada embarcação.

Pelo seu elevado valor comercial internacional, impõe-se que sejam implementados mecanismos que agilizem todo o processo, desde a captura, passando pela descarga e expedição ou armazenamento, até à venda final.

Segundo indicação dos armadores e comerciantes, verificam-se constrangimentos e atrasos que têm gerado prejuízos significativos para o setor, traduzindo-se num decréscimo do preço médio em lota e uma perda de rendimento acentuado.

Assim, propõe o grupo parlamentar do Partido Socialista recomendar ao Governo Regional dos Açores que se ajuste os horários de descarga nos portos e lotas, de forma a adequar e responder às necessidades efetivas do setor, alargar o processo de registo eletrónico EBCD (electronic bluefin tuna catch document), rever e agilizar a circular do rabilho através de um processo de concertação ideal com as partes interessadas e reforçar os recursos humanos da Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos com abertura de vagas no quadro de pessoal e ou através de mobilidade para inspetores técnicos, técnicos superiores ou administrativos.

Obrigado, Senhor Presidente.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há intervenções, no âmbito do pedido de urgência?

(Pausa)

Não havendo, vamos votar este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 3/XIII:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 3/XIII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, tem a palavra o senhor Deputado Gualberto Rita para apresentação da iniciativa, faça favor.

(*) **Deputado Gualberto Rita (PS):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

É com profunda preocupação e compromisso para com o setor da pesca, particularmente, no segmento da pesca do atum e, em concreto, o atum rabilho, que o grupo parlamentar do Partido Socialista apresenta um conjunto de propostas que nos parecem fundamentais para a melhoria e o desenvolvimento sustentável desta atividade tão importante para a economia da Região e para o rendimento dos pescadores.

Neste sentido, gostaríamos de propor um conjunto de medidas que visam conciliar a conservação dos recursos marinhos com a viabilidade económica da pescaria do atum rabilho.

Depois de anos de esforço na legislatura, ainda da responsabilidade de um governo do Partido Socialista para conquistar a possibilidade de pesca dirigida a esta espécie, não podemos continuar a tratar diamantes como se de pedras de calçada se tratassem.

Foram anos de esforço na defesa da discriminação positiva do salto e vara e das técnicas da pesca nos Açores, contra os interesses dos grandes cercadores.

Organizamos aqui na cidade da Horta o primeiro encontro mundial para valorizar o salto e vara. Criamos a declaração Açores, trouxemos novos compradores, demos formação em *ikejime* aos armadores, aos pescadores e às associações da pesca.

Criamos um tamanho mínimo de captura, certificamos para mercados de alto valor. Foi muito trabalho técnico, científico e de diplomacia junto do ICCAT e junto da Comissão Europeia, acompanhado pelo movimento associativo, para que hoje se possa fazer pesca dirigida ao rabilho.

Não podemos continuar a desperdiçar esta oportunidade.

Não conhecemos um plano de pesca, um plano de vigilância e controle.

Vamos para o quarto ano consecutivo sem medidas de gestão, sem uma estratégia, sem um plano para valorização do rabilho.

Desta forma, em breve ficaremos sem quota com a vergonha de sermos, mais uma vez, uma das regiões do mundo com o preço mais baixo para essa espécie.

Em primeiro lugar, urge sincronizar os horários de descarga nos portos e lotas, de forma a corresponder às necessidades efetivas do setor.

Ajustar a pescaria à safra, aos comerciantes, aos transportes ou à capacidade e boas práticas para o armazenamento.

Os constrangimentos e atrasos atualmente verificados têm gerado prejuízos significativos para os armadores, pescadores e comerciantes, comprometendo a sua atividade económica de forma substancial.

É por isso imperativo, portanto, que sejam adotadas medidas que permitam uma operação mais eficiente, de modo a minimizar os impactos negativos sobre tantos agentes económicos envolvidos.

Além disso, propomos alargar o processo de registo eletrónico EBCD às organizações de produtores de pesca da região, como forma de simplificar e agilizar os procedimentos administrativos associados à atividade pesqueira.

Esta medida contribuirá para uma gestão mais eficiente dos recursos e para o cumprimento das obrigações legais, ao mesmo tempo que promove uma maior participação e representatividade dos agentes do setor.

No que diz respeito à circular do atum rabilho, propomos a sua revisão e agilização através de um processo de concertação e diálogo com as partes interessadas.

É fundamental que as medidas estabelecidas para a circular sejam claras e que se consubstanciem no quadro legal da pesca nos Açores, sejam coerentes e adequadas à realidade da pesca do atum rabilho nos Açores, garantindo assim uma aplicação eficaz e equitativa.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Um dos maiores problemas da pesca relaciona-se com as práticas ilegais e com a falta de respeito pelas condutas para a pesca responsável e sustentável.

A economia paralela e a utilização abusiva dos recursos marinhos são fatores que em muito condicionam o rendimento e não abonam pela imagem da pesca na nossa Região.

Cada vez mais existem conflitos entre quem respeita e cumpre e os que prevaricam.

A ideia de que o crime compensa está cada vez mais presente por falta de eficiência e eficácia da autoridade.

Sabemos que o controlo da pesca passa transversalmente por várias instituições, refiram-se: Inspeção Regional das Pescas, Guarda Nacional Republicana, Polícia Marítima ou IRAE.

Considerando que um dos objetivos do Governo Regional dos Açores é a defesa, a gestão e o controlo da pesca exige-se uma melhor coordenação entre a Inspeção Regional das Pescas, a Direção Regional das Pescas e a Lotaçor.

Por último, mas não menos importante, propomos o reforço dos recursos humanos da Inspeção Regional das Pescas e dos Usos Marítimos, com abertura de vagas no quadro de pessoal e/ou através de mobilidade para inspetores, técnicos superiores ou administrativos.

A eficácia de monitorização e fiscalização das atividades pesqueiras depende em grande medida, do número e da qualificação dos recursos humanos disponíveis, pelo que é essencial garantir que a Inspeção Regional das Pescas disponha de meios necessários para desempenhar as suas funções de forma eficaz e eficiente.

Em suma, estas propostas visam contribuir para a promoção de uma pesca do atum rabilho sustentável, responsável e economicamente viável nos Açores, conciliando os objetivos de conservação dos recursos marinhos, com as necessidades e aspirações legítimas dos agentes do setor.

Confiamos no apoio e na colaboração de todos os membros desta Assembleia para a sua aprovação e implementação.

Disse!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentada a iniciativa e estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Senhor Deputado Jaime Vieira tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados, Excelentíssimos Senhores Membros do Governo:

O diploma que hoje vem a esta casa, um diploma que diz respeito à pesca do atum rabilho, e, como todos nós sabemos, é uma espécie que tem uma forte fiscalização por parte também da Comunidade Europeia e que a pesca dessa mesma espécie tem que obedecer a uma data de regras que não podemos ignorar.

O diploma pretende alterar algumas medidas, no que concerne ao processo da pesca do atum rabilho. No entanto, é preciso também não esquecer que este é um processo antigo. Deriva também de outros governos que, no passado, também já existia este mesmo problema e faço também uma questão: porque nunca foi feito, ou porque nunca foi identificado este problema, num passado não muito longínquo?

Deputado Carlos Silva (PS): Agente pergunta a ti também!

O Orador: Sim, é verdade que existe um problema. Sim, é verdade que este Governo já está a trabalhar neste mesmo problema.

Sim, de forma silenciosa, sem ruído, ...

Deputado Carlos Silva (PS): É um Governo silencioso!

O Orador: ... sem qualquer tipo de apregoamento. Em permanente contato com a Lotação, em permanente concertação com as associações, porque o que interessa, mais do que um simples aproveitamento político é a resolução deste tipo de problema para o melhor viver dos pescadores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Esta é a nossa obrigação, esta é nossa missão!

Sim, meus senhores e minhas senhoras, porque para os pescadores não interessa quem é o *pai* da iniciativa, não interessa quem traz a iniciativa a esta casa. O que interessa é que, efetivamente, os problemas sejam resolvidos nesta casa e este é mais um desígnio que esta bancada e este Governo irá fazer.

Aliás, uma das maiores preocupações deste Governo tem a ver com a sensibilização, que num passado possivelmente não houve, relativamente a este diamante que segundo o senhor deputado está a ser tratado como pedra.

Diamante este, que é importante que todos nós tenhamos a consciência que tem que ser tratado exatamente como ele merece, que é um espaço muito valorizado.

Mas Senhor Deputado, vamos aos pontos resolutivos deste projeto de resolução: ajustar os horários de descargas nos portos e lotas, de forma a adequar as necessidades efetivas do setor. Resta perguntar à bancada do Partido Socialista, que alargamento pretende, uma vez que já sofreu, aquando da circular do rabilho, em fevereiro de 2024, o horário foi alterado e que atualmente em algumas notas, nomeadamente em São Miguel, elas são das 10:00 às 20:00 horas que, no que diz respeito ao nosso entendimento, é um bom horário para satisfazer as necessidades do setor.

Como já defendeu e disse publicamente muitas vezes, para este Governo Regional, e que não haja dúvidas, a Lotaçor tem que estar disponível para servir os interesses dos pescadores e não o seu contrário. E para isto, pode ir contar com esta bancada, podem contar com este Governo ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não se pode é contar com a administração!

O Orador: ... para efetivamente esta ser uma realidade, desde que nós iniciámos funções.

Ponto n.º 2: alargar o processo do registo eletrónico EBCD. Temos também mais uma questão: qual o papel que vão desempenhar estas organizações de

produtores? Vão fiscalizar, vão substituir? Também era algo que gostaríamos de ver esclarecido.

Deputado Carlos Silva (PS): Fiscaliza a inspeção, está no ponto 4!

O Orador: Ponto n.º 3: rever e agilizar a circular atum rabilho. Nada a opor da nossa parte. Aliás, este Governo, estas bancadas têm dado o exemplo de concertação, tem dado o exemplo de diálogo e quando é preciso fazer diálogo para melhorar a vida dos pescadores, para melhorar a vida dos açorianos, podem contar com este mesmo diálogo porque é um diálogo efetivo e é um diálogo que tem sido coerente.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Ponto número 4, reforço de inspetores. Não obstante o trabalho extraordinário que os inspetores têm vindo a realizar, também somos de opinião que é preciso reforçar.

Aliás, nunca escondemos a cabeça debaixo da areia, escondendo os problemas como se fazia no passado. Identificamos e depois tentamos resolver e esta é uma nova realidade que temos neste tipo de governo e nas questões relacionadas com a pesca.

Finalizando e para estas bancadas que apoiam o Governo e para o próprio Governo, como já o dissemos, o mais importante é garantir o sucesso dos nossos pescadores.

O que nos motiva a continuar a trabalhar para melhorar a vida destes, porque para nós, qualquer diploma que seja bom para os pescadores é de certeza bom para nós. Não olhamos a cores partidárias para aprovar. Esta é a grande diferença.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Há um ditado popular que encaixa bem nesta última intervenção que ouvimos do Senhor Deputado Jaime Vieira: “ Cantas bem, mas não me entoa.” Foi muita conversa, *muita parra e pouca uva*, para usar de novo da sabedoria popular.

Senhor Deputado Jaime Vieira sabe porque é que isto é uma resolução e não um decreto regional? É porque não foi aqui que este assunto foi resolvido. É ali que este assunto tem que ser resolvido e não foi resolvido nos últimos três anos e meio.

Deputado Carlos Silva (PS): É verdade!

O Orador: E devo lhe dizer mais uma coisa, este assunto não dependia do orçamento, portanto, nem precisava de ter parado. Mas, felizmente temos um Secretário novo que vai encarar este assunto e é também por isso que o grupo parlamentar do PSD provavelmente vai aprovar essa resolução que o Partido Socialista hoje aqui nos traz.

Mas vamos ao que interessa, quem olha esta resolução, numa primeira análise, até pode achar que está aqui uma salgalhada de ideias, mas, de facto, não está, porque elas encadeiam-se e encontram umas nas outras as soluções para o primeiro problema, que tem a ver com a necessidade de ajustar a forma como encaramos a pesca dirigida ao atum rabilho, *Thunnus thynnus*, principalmente na sua valorização, porque esta espécie é, de facto, uma espécie de grande valor acrescentado, uma espécie que passa na Região Autónoma dos Açores com alguma abundância, uns anos mais, outros anos menos, conforme todos sabemos, mas isto passa-se com todas as espécies pelágicas, principalmente com os tunídeos. Umhas vezes mais a sul, outras vezes mais a norte. Isto,

felizmente, com os avanços tecnológicos, hoje, já é mais fácil de resolver, porque é mais fácil detetar esses cardumes, mas é uma espécie que, ao longo dos anos, temos, felizmente, vindo a valorizar e que nos traz grande valor acrescentado.

Há ainda questões, além destas que aqui estão presentes, que valeria a pena talvez, no conjunto da tal diplomacia económica que é preciso ser feita e que de forma que muito exortei, tentar alterar os prazos das nossas épocas de captura, porque de facto há uma altura do ano onde passa grande quantidade de atum rabilho na Região Autónoma dos Açores e que nós já não podemos capturá-lo ou já excedemos a sua quota muitas vezes, mas isso aí, não aí não tem solução.

As medidas que aqui nos traz o Partido Socialista são medidas que vêm ao encontro das necessidades do setor ao encontro das necessidades e das embarcações e dos exportadores e é nesse sentido que vamos acompanhar o projeto de resolução, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Eu sei que o ajuste dos horários das lotas acresce em custos para a Lotaçor, mas a mais-valia que esse ajuste pode trazer à economia responde por si.

Mas há mais, a Lotaçor tem muitas gorduras por onde cortar e muitas eficiências que necessitam de ser ganhas e só nos últimos dois anos foi um encher de gente que não sabe fazer nada. É limpar por aí e já se melhora bastante.

E, portanto, eu percebo que reforçar a Inspeção Regional das Pescas também vai trazer um custo acrescido, mas também vai potenciar o aumento das capturas e uma eficiência no controlo da pesca ilegal e da comercialização ilegal desta espécie, que muitas vezes é aquilo que contribui para a baixa do preço a que ele é vendido no mercado.

Neste sentido, acho que o Senhor Secretário Regional tem um trabalho hercúleo pela frente, mas certamente perceberá onde cortar gorduras para ter ganhos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo: Continuando nesta lógica de evocar os ditos populares é caso para dizer que muitas vezes *gasta-se no farelo e poupa-se na farinha*. Isto porque nas pescas é mais ou menos o que se tem feito.

E saúdo daqui o Partido Socialista - não se acostumem muito à ideia – de nos trazer isto. Faz amanhã uma semana, que estive precisamente na Vila de Rabo de Peixe, reunido com armadores e pescadores, a falar disto que aqui está e confesso que nem conhecia o vosso diploma. Ou seja, estamos aqui todos do mesmo lado a favor da pesca.

Só tenho pena que não seja sempre assim e que a pesca esteja num estado de pobreza lastimável.

Não é justo quando dizem os pescadores e isso disse frontalmente aos pescadores: “a agricultura, a lavoura é que tem tudo e as pescas não tem nada”. Não, não é correto dizer isso. É correto dizer e disse-lhes: “vocês também têm que saber se organizar, têm que saber gritar e têm que saber pedir o que é justo para vocês.

E é assim que o mundo deve ser equilibrado. Obviamente, falando do farelo, nós obviamente que temos que investir mais algum dinheiro na fiscalização. Temos que investir mais algum dinheiro na modernização, no melhoramento das lotas e, conseqüentemente, os horários das lotas, que é coisa que tenho ouvido já de algum tempo, que o horário das lotas não está adequado aos pescadores, temos que fazer esse investimento.

Deputado João Vasco Costa (PS): É verdade!

O Orador: Se calhar, tem razão o Senhor Deputado Nuno Barata, se calhar há gorduras dentro da Lotação que precisamos de cortar. Ou seja, vamos cortar no farelo e vamos investir na farinha, ou seja, vamos trabalhar para os pescadores. A Lotação existe para quê? Para o Governo? Não! Existe a favor, supostamente, dos pescadores.

Eu também sei e penso que aqui não vou dar nenhuma novidade, que o Senhor Secretário (no dia anterior que eu lá fui) lá foi, faz hoje uma semana, uma reunião em que, não lhe vou chamar compromisso, mas houve um diálogo e que alguns destes aspetos já foram, mais ou menos, falados, mais ou menos pensados e que havia essa disponibilidade.

Ó Senhor Secretário isto não é só falar mal, parabéns! Se já há essa disponibilidade em pouco tempo de fazer isto, parabéns! Agora, não podem ser apenas, como dizia aqui há bocadinho em aparte, *paroles*, não, tem que ser ações.

A mim, custou-me um pedaço viver numa ilha (ou em nove ilhas, se quiserem) com este mar imenso e que cresceu agora e nós a atividade que devia ser uma das grandes atividades dos Açores está pobre, cada vez mais pobre. O pescador é pobre, a família de pescador é pobre e continuamos pobres. E depois Portugal, não sabe gerir as suas quotas ou negociar as suas quotas e andamos aqui numa narrativa que às vezes não compreendo, esquecendo que os peixes passam aqui, o que não apanhamos aqui, os espanhóis apanham ali mais à frente e nós temos que ter esse cuidado. Senhor Secretário também lhe peço isso, como interveniente..

(Aparte inaudível)

O Orador: Eu vou corrigir: apanham os espanhóis, apanham ali mais à frente. O senhor tem a mania que sabe disso, sabe mais do que eu.

Deputado Nuno Barata (IL): Não tenho a mania!

O Orador: Nós também temos aqui outros aspetos que foi falado nesta reunião e aproveito a ocasião com o PS nos deu, esta janela de oportunidade, também é importante falar do acesso ao crédito, por parte dos armadores e pescadores para as reparações, etc., porque o que me foi denunciado é que muitos têm que hipotecar a sua casa para poderem fazer uma reparação nas suas embarcações. Algo que também já foi dito há um ano, ou há dois anos atrás numa manifestação que houve de pescadores (estive lá, o Senhor Deputado António Lima também recebeu na altura) e falava-se do fibrar os cascos, de mudar os motores para motores mais eficientes e menos poluentes. Eu espero que tudo isto, a partir de agora, nós possamos falar a sério.

E, já agora que falamos de pescas, eu estou à espera, eu estou à espera (eu não posso dizer ansioso, porque se eu estivesse ansioso, já tinha morrido do coração) das conclusões do grupo de trabalho que fez um estudo sobre a Caloura.

(Risos do Deputado Pedro Neves)

Já lá vão dois anos e piques, eu já perdi a memória.

Deputado Nuno Barata (IL): O orçamento!

O Orador: O orçamento não pode é servir de desculpa para tudo. Isto que já foi um compromisso do anterior Secretário, nunca foi feito, nunca aconteceu, se aconteceu foi debaixo de um cesto. Os pescadores da Caloura é que ficaram prejudicados e o José Pacheco tem que vir lembrar, em nome do Chega em nome dos pescadores, todas as vezes.

Vamos pôr um ponto final disso, vamos fazer isto, vamos investir na farinha e esqueceu o farelo. Vamos falar dos combustíveis, vamos falar das linhas de crédito, vamos falar de uma série de coisas.

Os pescadores têm me dito, estou aqui há quase 4 anos, eles dizem-me constantemente, constantemente, constantemente. Eu não sou o único que os recebe, eu não sou o único que fala. Eu penso que o Governo Regional também

os recebe, também fala com eles. Qual é a parte que falta? Não falta nada! Falta nós fazemos da nossa pesca uma mais-valia e uma atividade rica e que traga mais-valia para os açorianos e que o pescador possa se orgulhar e qualquer jovem possa entrar numa embarcação, porque sabe que quando sair daquela embarcação, tem o seu ganha-pão e não anda a trabalhar apenas para pagar o gasóleo do armador.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Secretário Regional de Mar e Pescas, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** (*Mário Pinho*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Eu quero aproveitar a oportunidade para fazer alguma pedagogia.

Em primeiro lugar, dizer-vos o seguinte: esta circular foi feita por acordo com o setor. Não foi, nem o Diretor Regional, nem o Secretário que acordou um dia e disse: “está aqui uma circular, os senhores têm que cumprir.” Não, o senhor deu parecer sobre esta circular.

Ora, faça o favor de identificar aqui qual é o horário objetivo que o senhor quer.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Porque nunca ninguém notificou a Secretaria de qual é o horário que o senhor quer.

A Lotaçor tem trabalhado com as organizações de produtores, tem trabalhado com as associações, têm trabalhado com os armadores, têm respondido aos horários e, portanto, eu não percebo onde é que está o problema, Senhor Gualberto Rita. Não percebo.

Em segundo lugar, dizer o seguinte: não é por causa do horário da lota que os pescadores não têm rendimento, é falso e daqui a pedagogia, porque é o que o Secretário tem feito nas visitas que tem feito aos portos de dizer aos senhores armadores que a tática que estão a utilizar atualmente para a captura do rabilho é errada. É errada.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): O senhor está a dar aulas na universidade?!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E o senhor tem que fazer essa pedagogia nos portos. Tem uma obrigação de fazer essa pedagogia.

O rabilho, de facto, vale muito dinheiro e a pergunta que se faz é se os armadores querem ganhar dinheiro ou não? É simples, Senhor Deputado.

E, portanto, não é com a tática de pesca que têm agora, a vender o pescado a 1,70 € que vão ganhar dinheiro, não é.

Em segundo lugar, dizer-lhe o seguinte: A extensão do EBCD...eu não sei se o senhor percebe o que é que é um EBCD. Um EBCD resulta, como diz, do processo de recuperação do bonito.

(Diálogo na Câmara)

Ó Senhor Deputado, quer ouvir ou não? O senhor quer ouvir ou não?

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados.

O Orador: Eu há bocado chamei a atenção para os compromissos e para as obrigações do Estado. Não é necessariamente obrigado obrigatório ter um inspetor em cada desembarque. Na verdade, a circular previa isso. Contudo, por ter recebido esta quota, o Estado tem obrigação de fazer 40% de inspeção nos desembarques efetuados. E é aqui que está a dificuldade da IRP, da inspeção, é ter que inspecionar, não é validar os desembarques, nem os EBDC's, é ter que inspecionar 40% dos desembarques que são feitos. E nós aí temos, de facto, uma grande dificuldade.

Também dizer que no ponto 3 não temos nada a opor.

Tudo isto, tudo isto que é proposto pelo senhores parece-nos muito pacífico. Rever a circular, nós estamos disponíveis para resolver a circular, nunca dissemos que não estávamos. Digam-nos é exatamente que pontos é que querem rever da circular. Porque se ninguém nos notifica de que é preciso fazer determinado ponto ou determinado objetivo é porque está tudo bem, está tudo a correr bem.

Dizer-lhe também que este problema é um problema de São Miguel, porque 99,9% dos desembarques de rabilho ocorrem em São Miguel. É um problema que não se coloca nas outras ilhas.

(Aparte inaudível)

O Orador: Senhor Deputado, mas estes problemas colocam-se fundamentalmente em São Miguel, porque em São Miguel existem três portos, onde pode ocorrer o desembarque em simultâneo e, portanto, têm um problema da inspeção, claro que tem. Nós não estamos a dizer que não.

Para resolver isto nós podemos fazer de duas maneiras: uma, autorizamos a comercialização e ao autorizar a comercialização significa que validamos o EBDCD, mas não inspecionamos. Ao não inspecionar o que é que acontece? Entra em incumprimento. Portanto, é simples.

Quanto ao último ponto da Inspeção, eu acho que estamos todos de acordo. Não é de agora que a Inspeção Regional das Pescas têm problemas para fazer a inspeção da zona económica exclusiva. Dizer-lhes também que nós temos trabalhado. O que é que estamos a fazer? Reunimos com a marinha e com a polícia marítima, reunimos com a GNR. Estamos a pedir apoio a estas instituições e daí também o trabalho pedagógico, Senhor Deputado António Lima, de inventariar quais são as necessidades das obrigações do Estado, porque quando nós reunimos com a GNR e quando reunimos com a polícia marítima, percebemos que elas próprias têm dificuldades e, portanto, que têm falta de meios e têm uma enorme dificuldade em poder colaborar connosco. É aqui que os problemas surgem.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Tem a palavra o Senhor Deputado Mário Tomé.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu, obviamente, vou fazer a minha intervenção nesta matéria, que me diz muito, porque envolve uma entidade pela qual eu tenho o maior apreço, que é a Inspeção Regional das Pescas, sem antes chamar a atenção que este conjunto e as diferentes iniciativas que foram apresentadas visam, única e exclusivamente, melhorar a vida dos armadores de pesca, dos armadores que capturam o rabilho e dos seus pescadores e também ajudar o Governo Regional, no sentido de encontrarmos mecanismos para agilizarmos de que forma é que podemos

valorizar esta espécie que, recorde, durante muitos anos, por sobrepesca de Estados, ficámos sem direito a quota e só tivemos quota de atum rabilho para pesca dirigida a partir de 2019. E é por isso naturalmente, estamos a falar basicamente há 3 anos atrás, 4 anos, que vem esta iniciativa que visa obviamente melhorar e, acima de tudo, valorizar o preço do atum rabilho em lota.

E também aproveitando esta necessidade urgente e premente de aumentar os recursos humanos da Inspeção Regional das Pescas, porque há um conjunto de competências que foram alargadas, do ponto de vista desta instituição, nomeadamente com a marítimo-turística, com (que eu penso que isso é consensual) o alargamento das áreas marinhas, em que o Partido Socialista tem uma posição muito clara nessa matéria, obviamente, concorda. Não concorda é com a forma como, até ao momento, tem sido feita e isso deixo ao Senhor Secretário uma reflexão profunda de chamar toda a classe piscatória e fazer isto em conjunto com os seus colegas cientistas e com a nossa comunidade das pescas.

Mas lembro aqui, por exemplo, só para vos dar uma noção. A Inspeção Regional das Pescas tem três inspetores sediados em São Miguel, dois sediados na Horta, um inspetor que exerce funções de chefe de divisão e dois na Terceira e, neste momento, não tem nenhum no Pico. E digo isto porquê? Até porque a idade média dos inspetores está na ordem dos 50 anos e alerto que não se faz um inspetor de um dia para o outro. Não é mesma coisa, com o devido respeito, que substituir um técnico. Faz-se um inspetor em dois, três anos, que precisa, juntamente com os colegas, receber formação nesta área e porque também há um conjunto de investimentos, Senhor Secretário, que tem que ser feitos, ao nível da Inspeção das Pescas, desde viaturas, porque estamos a falar de uma instituição que foi criada em 2000, com um propósito comum e que faz

um trabalho notável do ponto de vista do seu contributo para a sustentabilidade dos recursos e para o rendimento dos pescadores.

Por isso, Senhor Secretário, com a maior calma e a maior tranquilidade, quero que o senhor saiba que, da parte do grupo parlamentar do Partido Socialista, vai sempre ter um partido responsável que irá apresentar propostas, acima de tudo, não é com o intuito de tirarmos proveito político, mas tratando-se de uma atividade extrativa e de enorme peso e importância na Região terá sempre, da nossa parte, o sentido de responsabilidade de conseguirmos associar, aumentar o rendimento dos pescadores, tornar a fileira da pesca apetecível para as novas gerações e, obviamente, a sustentabilidade do nosso arquipélago, que é isso que nos importa.

Muito obrigado.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

A Mesa, neste momento, não tem inscrições.

(Pausa)

Senhora Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O Partido Socialista traz-nos aqui um projeto de resolução referente a ajustar os horários das lotas, a rever a circular do atum rabilho, a reforçar os recursos humanos da Inspeção Regional das Pescas e Usos Marítimos.

Daquilo que também já foi dito até agora, sem dúvida que esta espécie tem de ser valorizada. A verdade é que ao preço que está atualmente, é muito aquém daquele valor que poderá ter e claro que todo esse percurso, todo esse caminho de valorização deste produto tem de ser feito e que se faz por via também da criação de sinergias e de consciencialização entre todos os intervenientes, que passa desde o Governo Regional, por via da Secretaria que tem a tutela das pescas e do mar, mas também por via das associações de pescadores, da Federação das Pescas, dos próprios pescadores, quer profissionais, quer lúdicos e, portanto, acho que há todo este processo que este caminho que deverá ser feito para a valorização deste produto que, sem dúvida, é um diamante, como já foi dito e que não está valorizado dessa forma por diversos fatores.

Mais concretamente em relação à iniciativa, parece-nos que os próprios quando mencionam a questão dos horários das lotas, a verdade é que, e até como já foi dito, a própria circular do atum rabilho define aquilo que são os horários das lotas e que foi feito em concertação com o setor. Até ao momento, não surgiu qualquer, ou pelo menos que tenha sido dada nota pública, por parte do setor, nomeadamente da própria Federação das Pescas ou da Associação dos Pescadores, que existe essa necessidade de ajustar estes horários e de rever esta circular, a verdade é que ela foi feita e até ao momento de parceria que estaria de acordo com aquilo que são as necessidades do setor e sem dúvida que agora, por via deste projeto de resolução, será averiguado por parte do regional.

Mas também a questão que nos parece de todo importante em todo este processo e em todo este caminho, até da própria valorização que se quer que se faça deste produto, a questão da inspeção e a questão dos recursos humanos nessa matéria. A verdade é que essa preocupação não é de agora. É uma preocupação que já vem do passado, que já por diversas vezes foi falada aqui nesta casa, quer na passada legislatura, mas também em momentos em que o Governo ainda era do próprio Partido Socialista, se falava desta necessidade e o

setor identificava como uma necessidade a questão dos recursos humanos, nomeadamente naquilo que concerne à inspeção e este caminho do Senhor Secretário foi reafirmado e foi dada nota pública, por via de uma entrevista a 31 de Março, foi exatamente dada nota pública dessa preocupação, por parte do Senhor Secretário, quanto à necessidade do reforço de recursos humanos, nomeadamente na área da inspeção, e isso já foi sinalizado, recentemente até, pelo Senhor Secretário.

Parece-nos que esta iniciativa vai também ao encontro daquilo que é pretensão do Governo Regional. Algumas pretensões que já foram demonstradas publicamente e, por isso, parece-me que existem ...

Deputado Carlos Silva (PS): É só dizer que é uma boa iniciativa!

A Oradora: ... todas as condições daquilo que é também o entendimento do Grupo Parlamentar do CDS, do próprio Governo Regional, nesta iniciativa e, por isso, iremos a aprovar a mesma.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu julgo que sobre esta proposta há um conjunto de pontos resolutivos que no geral devem ser consensuais, ou seja, embora não sejam especificados alguns aspetos da proposta, nomeadamente, o sentido em que a circular relativa ao atum rabilho deva ser alterada. É dito que ela deve ser alterada em consonância e em acordo com o setor. Como não pode deixar de ser na matéria em apreço,

que tem especificidades muito próprias e que, tendo em conta essas mesmas especificidades, tendo em conta o valor do pescado que estamos a falar, tendo em conta a sua *delicadeza* - passo o termo - quanto à necessidade da sua rápida aceitação em lota, transformação, etc., a exportação, é óbvio que tudo isto tem que estar bem sincronizado, bem articulado e tem que haver um acordo entre todas as partes envolvidas. Por isso, não podemos de modo algum estar em desacordo com esta medida, nem com a necessidade de se tentar, dentro daquilo que é razoável e aceitável, que os serviços, nomeadamente a Lotaçor, respondam da melhor forma às necessidades do setor.

Vamos entrar aqui, falar em gorduras ou outras coisas do género, aquilo que é importante é que a Lotaçor, enquanto entidade que tem a responsabilidade, responda ao setor, porque é esse o seu objeto social.

E mais de acordo também não podemos estar com a necessidade de se reforçar o quadro de pessoal da Inspeção das Pescas e não vale a pena também dizer-nos que tudo isto já vem de trás, porque também nós já ouvimos esse discurso.

Já vem de trás, é sabido, não começou agora e se formos bem para trás, é verdade, vamos parar a 1996 ou a 76 e estamos aqui a atirar culpas aos primeiros Governos Regionais. Não vale a pena.

Há dificuldades na Inspeção Regional das Pescas? Sem dúvida! Há poucos inspetores, parece-me que é consensual. A questão é: o que é que o Governo vai fazer e em que prazos e calendário é que o Governo prevê reforçar esses inspetores? A proposta dá um contributo nesse sentido, no sentido de alertar e recomendar esse reforço. O Governo diz que reconhece e compreende que é necessário fazer. Muito bem, nós vamos estar naturalmente atentos a essa necessidade, porque a Inspeção Regional das Pescas não é a única entidade com capacidade e com competência, do ponto de vista da fiscalização, mas a Região, através da Inspeção das Pescas, tem as suas competências próprias e tem das exercer, tem que facilitar esse exercício dessas funções. Por exemplo, eu

recordo na legislatura passada de discutirmos uma proposta (julgo eu, que era da coligação, não confirmei) que tinha a ver com a necessidade de se fiscalizar as áreas marinhas protegidas através de drones e outras tecnologias. Não vou reabrir essa discussão, mas a instalação dos chamados aparelhos AIS nas embarcações, de monitorização remota da posição das embarcações, é uma forma de reduzir, e muito, a necessidade de haver fiscalização no mar em permanência, que nós sabemos que, seja através de aeronaves da força aérea, ou outras não tripuladas, ou também através de embarcações, neste caso, da polícia marítima, ou da marinha, será muito mais simples essa fiscalização e eu volto a frisar esse aspeto, da necessidade de se avançar nesse sentido. E sei que, grande parte das embarcações, uma parte substancial das embarcações, já tem esses aparelhos. Estou a desviar-me um pouco do objeto, mas falando da questão da inspeção, isso parece-nos absolutamente fundamental.

As pescas têm especificidades muito próprias. Quem trabalha no setor conhece-o bem, como é óbvio, mas para além de ser necessário avaliar as questões ligadas à realidade de ilha a ilha, que é distinta, como bem sabemos, mas em todas elas há necessidade de existir uma presença, não só dos serviços de apoio, no que diz respeito à Lotação ou à Direção Regional das Pescas, mas também ao nível da fiscalização. E ela é fundamental para a sustentabilidade do setor e no momento em que se caminha para, mais cedo ou mais tarde, com mais ou menos intensidade, no que diz respeito à permissão, ou não, de capturas em determinadas zonas, mas que se caminha para a criação e o alargamento da rede de áreas marinhas protegidas, sem esses mecanismos, sem mecanismos de inspeção, sem mecanismos de fiscalização, sem mecanismos de controlo, corremos o risco dessas áreas marinhas protegidas serem muito interessantes no papel, mas terem pouca ou nenhuma função prática e elas têm que ter uma função prática, que é recuperar recursos, proteger a biodiversidade, garantir que

esses recursos servem hoje a população, servem hoje os pescadores, servem hoje os Açores, mas acima de tudo se perpetuam para as gerações vindouras. Esse é que é o nosso grande desígnio. Esse é que é o grande objetivo, que os recursos que existem no nosso mar, que valem por si próprios, não são apenas recursos para serem consumidos, valem por si próprios enquanto património vivo, mas como é óbvio, tem uma função também económica, que é muito importante para a Região.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Pedro Neves, faça favor.

(* **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

De forma extremamente rápida, o PAN vai votar favoravelmente, nem que seja pelo ponto 4, em que é previsto um reforço de recursos humanos, neste caso de inspeção e daquilo que são os inspetores e que é necessário termos na lota e, por isso, vamos votar favoravelmente.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Secretário Regional do Mar e Pescas, faça favor.

(* **Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Pinho):** Um pouco mais calmo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

É só para deixar, uma vez, mais reforçado que nós não podemos ter um polícia para cada pescador ou para cada armador e, portanto, há aqui um trabalho

pedagógico que tem que ser feito nos portos junto das associações da pesca. É preciso que as associações da pesca tenham um comportamento de divulgação, de formação, de cumprimento, por parte dos nossos armadores, porque a valorização do pescado faz-se também por essa via, pela via do cumprimento, porque o incumprimento desvaloriza o pescado, sobretudo em espécies como esta, onde temos o rastreio, porque o objetivo de termos todo este procedimento administrativo no rabilho é exatamente para rastrear indivíduo a indivíduo e para poder acompanhar a comercialização e, por essa via, valorizar mais o pescado.

É por isso que nenhum dirigente pode ficar satisfeito com um preço médio desta espécie que, neste momento, já foi aqui notificado, está a ser comercializado na Região Autónoma dos Açores. Não é aceitável, sobretudo depois de nós todos termos e eu sou fruto dessa ação de formação, das semanas das pescas andarem anos a formar como é que se trata esta espécie, depois do Senhor Deputado Gualberto Rita, ter aqui referenciado as ações que já decorreram e que a própria Federação financiou, não é aceitável. E, portanto, esta mentalidade e este trabalho pedagógico de mentalizar o setor de que há um caminho para seguir e o caminho para seguir não é o que estamos a seguir, é o desafio que faço a todos nesta casa.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Gualberto Rita, faça favor.

(*) **Deputado Gualberto Rita (PS):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Em primeiro lugar, é com satisfação que vejo que há alguma unanimidade sobre esse assunto, o que é para nós - para mim, essencialmente - que vivemos e que estamos atentos a este problema que existe.

Relativamente a essa questão do rabilho e aquilo que foi levantado aqui pelo Senhor Deputado Jaime Vieira e pelo Senhor Secretário, obviamente que há coisas aqui que já correram bem, há coisas que não correram tão bem e é exatamente para isso que nós estamos aqui a apresentar essa proposta.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

O Orador: A circular que o Senhor Secretário falou, vou-lhe só dizer, Senhor Secretário, que é preciso ter consciência de que o Gualberto Rita está aqui como deputado regional.

Deputado José Ávila (PS): Eleito!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: E que o Senhor Secretário, e que eu penso que se enquadra no tema, é ver quando é que tomei posse e quando é que o senhor pediu o parecer da nova circular do rabilho.

Para dizer também o seguinte, Senhor Secretário, fiquei aqui perplexo com a sua primeira intervenção e da forma como o fez. Não estou acostumado a vê-lo tão agressivo dessa forma, mas eu acredito e percebo que isso já é motivo de alguma carga que este setor já tem em cima de si durante esses poucos dias. Mas, Senhor Secretário, como deve perceber, este é apenas um assunto. Muitos

mais irão a ser discutidos aqui, mas sempre em prol, Senhor Secretário, do melhor para a pesca dos Açores. Portanto, Senhor Secretário, peço que tenha mais alguma calma nas suas reações, não é a berrar dentro da Assembleia que nós vamos resolver os problemas e, por isso, chamo essa atenção.

Relativamente à inspeção, Senhor Secretário e Senhores Deputados, obviamente que o assunto foi trazido a esta casa naquilo que diz respeito ao rabilho, mas é transversal, como os senhores devem compreender, a toda a pesca dos Açores e não só à pesca profissional e, por isso, é com muita preocupação que isto já é um assunto de longa data.

Os pescadores e armadores lá em casa não estão muito preocupados naquilo que é uma coisa que nós estamos constantemente aqui a falar do passado e o que nós precisamos é de falar no presente e no futuro.

Deputado João Castro (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: E no presente e o futuro, se nós queremos ter melhores pescas, se nós queremos ter áreas marinhas protegidas, se nós queremos ter tudo isso, nós temos que ter meios inspetivos e nós temos que admitir, Senhor Secretário, que isto está muito aquém.

Nós, como o senhor sabe, temos 3 inspetores em São Miguel, 2 na Terceira, estamos aqui a falar num universo de, provavelmente, 7 inspetores, o que é a significativamente muito pouco para o mar que nós temos, para o setor das pescas, tanto faz a faz a pesca profissional, como a pesca lúdica e, por isso, gostaria de deixar também essa nota de que a parte da inspeção é um assunto que deve ser visto, não só na matéria do atum rabilho, mas sim em todo o setor, porque da parte das pescas há muito esse sentimento que é, não vale a pena estarmos a criar portarias e portarias se depois não temos quem as fiscaliza.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Jaime Vieira tem a palavra, faça o favor.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados, Excelentíssimos Senhores Membros do Governo:

De uma forma muito rápida queria dizer o seguinte. A realidade das pescas nos Açores é uma realidade totalmente diferente. Nós sabemos, isto é como são as empresas e como com qualquer trabalhador em qualquer área, que há pescadores que estão bem na vida, outros que estão menos bem. A maioria dos armadores estão bem.

Eu acho que nós temos que começar a terminar de dizer que a pesca é o pior setor, que há pobreza extrema, porque isso também não acontece.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas quem é que disse isso?! Não é esse debate!

O Orador: Se há pobreza a pobreza nas pescas.

Deputado João Vasco Costa (PS): Está a ouvir vozes do além!

O Orador: Falaram, falaram.

Senhor Presidente, deixe-me só dizer que falaram que havia pobreza extrema, que seria no setor e aquilo que eu queria.

Deputado José Ávila (PS): Mas quem é que falou nisso?

Presidente: Senhor Deputado continua a sua intervenção, faça favor.

O Orador: Queria apenas dizer o seguinte, que, como em todos os setores, como em todas as atividades económicas, logicamente que há pessoas que estão bem e outras que não estão bem.

Queria também dizer que neste setor, se é verdade que neste setor há coisas para corrigir, mas nunca podemos apagar o passado, isso é fundamental. Porque, para nós corrigimos o presente temos que resolver as coisas do passado e quando as coisas do passado estão bem resolvidas, logicamente, que o melhor do presente, leva mais tempo a acontecer e esta é uma realidade que queria também dizer hoje aqui nesta Casa.

Relativamente à questão da Lotação, tem havido parte da Lotação uma grande abertura para falar até com os armadores. A Senhora Presidente da Lotação recebe os armadores, tenta chegar a um consenso, nunca se fechou nenhuma porta, tem havido esta preocupação de concertação e aquilo que eu queria dizer é que sim, senhor este, como disse a bancada do Partido Socialista, através do Deputado Mário Tomé, que está disponível para ajudar e nós estamos disponíveis, como mais uma vez se vai se provar hoje, com esse diploma, que todas as boas medidas para o setor, será claramente uma boa medida para nós e é esta a mensagem que queria também transmitir.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Mário Tomé, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Aliás há um conhecimento geral desta casa sobre esta iniciativa, mas gostaríamos, obviamente, de ouvir por parte do Governo, porque não basta reconhecer o problema - ele existe -, é, qual é o compromisso do Governo Regional relativamente a esta resolução e acima de tudo também, relativo ao

aumento dos recursos humanos da inspeção, não só dos inspetores, mas também de juristas, porque é fundamental a Inspeção Regional ter juristas para disponibilizar mais tempo de e trabalho do terreno aos inspetores que estão a fazer trabalho administrativo.

Muito obrigado, Senhor Secretário.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Secretário Regional do Mar e Pescas. Faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Pinho):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Sim, é uma questão bem colocada, Senhor Deputado Mário Tomé. O que Secretaria está a fazer, neste momento, é seguir as regras internas, está a seguir o processo de mobilidade. Nós gostaríamos de ter na mobilidade um processo de poder ter a opção de seleccionar, por via de transição intercarreiras. Não tem sido uma matéria de fácil de resolver, mas estamos num processo também neste momento de contratação de um jurista, que já estava autorizado e estamos num processo de contratação de um técnico superior.

Uma vez elaborado o procedimento para o novo pessoal para a administração temos já avaliado, aliás, já estava o ano passado. A IRP já tinha feito uma proposta das necessidades de pessoal e, portanto, vamos voltar via BEPA a propor essas necessidades.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos então passar à votação deste projeto de resolução, o projeto de resolução n.º 3/XIII.

Senhor Secretário tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** (*Mário Pinho*): Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Só para chamar a atenção que o projeto de resolução tem uma portaria que não está correta e que deve ser alterada. A portaria 58/2014 deve ser alterada pela portaria 139/2023. Há aqui um pequeno erro que deve ser corrigido.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado. Peço à Comissão respetiva que tenha em atenção este aspeto na redação final que o senhor que o Senhor Secretário Regional alertou.

Tem a palavra o Senhor Deputado José Sousa, faça favor.

(*) **Deputado José Sousa** (*CH*): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Jaime Vieira, sendo o senhor de Rabo de Peixe, Presidente de Junta da freguesia, que tem a maior comunidade piscatória dos Açores, uma freguesia onde existem graves problemas sociais devido aos baixos rendimentos e em que grande parte da população trabalha na pesca, vem o senhor aqui dizer que no setor da pesca não à pobreza?! Ó senhor, pelo amor de Deus, ou o senhor começa a andar mais da sua freguesia a ver o que é que se passa lá, ou então explique nos de onde é que vem a pobreza da sua freguesia, porque existem grandes abusos, por parte dos armadores em questão aos pescadores que trabalham para eles, em que levam grande parte de rendimento dos barcos e os pescadores assim ficam a ver navios. Portanto, o senhor, ou começa a ser mais sereno e direto no que diz e a ter uma postura mais, digamos, de compromisso com os da sua freguesia, ou então abdique do seu cargo, se faz favor. Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra, o Senhor Deputado Jaime Vieira e não o Presidente de Junta.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados, Excelentíssimos Senhores Membros do Governo:

Essa separação de papéis tenho tido sempre o cuidado de falar e logicamente vou falar em nome do deputado regional, mas também como deputado regional ando em rabo de Peixe, como deputado regional conheço a realidade e os resultados eleitorais demonstram isso mesmo, ao longo de toda essa década, porque eu estou efetivamente a defender os resultados em Rabo de Peixe.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Senhor Deputado, nesta casa eu nunca gostei de individualizar e não vou individualizar, apenas vou falar porque fui chamado a essa discussão. E aquilo que eu disse, Senhor Deputado, com muito respeito que tenho por si e por todos os senhores deputados aqui presentes, esta é minha maneira de ver, não entro em ataques pessoais, nunca encontrei. O que eu quero, acima de tudo, dizer e aquilo que eu disse é que nem toda a gente da pesca é pobre. Nem toda a gente da pesca vivem em grandes dificuldade e aliás, referi até, que a maioria dos armadores estavam bem na vida. Foi isto que eu disse e é isto que repito.

Os pescadores de Rabo de Peixe sabem que podem contar comigo, conheço bem esta realidade. Posso não conhecer outras realidades, mas esta eu conheço, mas aquilo que eu quero dizer é que efetivamente estou aqui como deputado

regional e estarei aqui para dizer a verdade e apenas a verdade. Esta tem sido, ao longo da minha vida como deputado, a minha maneira de agir e a minha maneira de estar na vida. Não contem com ataques pessoais, contem comigo para defender pessoas, quando efetivamente for o caso.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado José Pacheco, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Senhor Presidente.

Temos tempo, não temo? Então vamos a isso!

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Ó Senhor Deputado aqui ninguém lhe fez um ataque pessoal, mas o senhor disse, disse que eu ouvi e está registado, que tínhamos que parar com este discurso que havia pobreza na pesca e que não era como os outros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que era só pobreza!

O Orador: Se há setor que está empobrecido nos Açores é o setor da pesca e o senhor devia saber, é na sua vila grande parte deles. Onde é que está o maior índice do RSI? É lá!

Nós temos que saber dizer essas coisas, ninguém lhe quer atacar. Nós queremos é resolver as coisas.

Os resultados eleitorais! Quer mesmo falar disto? Veja lá os resultados eleitorais e veja lá como é que o Chega está, de um dia para o outro.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Jaime Vieira.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Senhores, Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Repito, aquilo que disse. Disse que não havia pobreza apenas e só nas pescas, que nem todos os pescadores eram pobres e que há pessoas que vivem bem da pesca. Repito e defendo e logicamente que depois pode-se ver a transcrição daquilo que eu disse.

Obrigado, Senhor Presidente.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Parecendo não haver, vamos então votar este projeto de resolução n.º3/XIII, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Senhora Secretária, de anunciar o resultado.

Secretária: O projeto de resolução n.º3/XIII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 17 horas e 30 minutos.

Eram 16 horas e 56 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 40 minutos.

Sr. Deputado João Vasco Costa, pede a palavra para...

Deputado João Vasco Costa (PS): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra para fazer uma interpelação, em tom pedagógico, mas versando o pós-25 de Abril, ou melhor, o pós-25 de Novembro, para referir que, no âmbito do diploma que foi apreciado anteriormente, foi referida aqui uma eventual incongruência com o número da portaria. O que é facto é que a Portaria n.º 58/2014, de 7 de março, não foi republicada. Por outro lado, apenas foi alterada pela Portaria n.º 139/2023, de 25 de maio, a alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º. Ora, esta portaria não revoga a portaria-mãe, a n.º 58, não a republica nem altera a alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo 3.º, que trata dos portos da Região Autónoma dos Açores. Portanto, finalmente, ainda se acrescenta no corpo da resolução apresentada anteriormente, que fazia referência à Portaria n.º 58 na sua versão atual. E, portanto, não há necessidade de alterar essa menção no nosso diploma apresentado, concluindo dessa forma que o que está mal e

errado, certamente, é invocar essa Portaria n.º 139/2023 na circular de V. Exas.
Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Peço que a respetiva comissão tenha isso em conta, referente à iniciativa anterior.

Sr. Secretário Regional, para...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Para uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):** Sr. Presidente, no mesmo sentido pedagógico utilizado pelo Sr. Deputado, dizer que a interpretação do Governo, que mantemos, por apenas se ter registado uma única alteração à portaria, é que o procedimento correto é fazer referência à portaria que está em vigor, que é a Portaria n.º 139/2023, de 25 de maio, e não a Portaria n.º 58/2014. Esse é que é o procedimento correto, até porque só existiu uma alteração a essa portaria. O que acontece é que esta é que é a técnica correta. Portanto, da nossa parte, essa interpretação que fizemos é a interpretação que mantemos, que é diferente da do Sr. Deputado. Da nossa parte, é só isto. Como dissemos, é meramente pedagógico.

Deputado Berto Messias (PS): A comissão parlamentar vai tratar disso, Sr. Deputado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Quer a comissão, quer os serviços técnicos da Assembleia, terão essas considerações e vão avaliar a forma correta de fazer essa menção.

Nós vamos entrar no ponto 22, que entretanto o proponente mantém o exame em comissão, mas solicita o pedido de urgência em comissão.

Quem apresenta a urgência do Projeto de Resolução n.º 4/XIII – “Recomenda

ao Governo Regional dos Açores a preservação das hortênsias dos Açores”?

Para apresentar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A hortênsia foi introduzida nos Açores há cerca de 170 anos. As suas cores exuberantes — azul, branco, roxo e outras — embelezam a nossa paisagem, dão vida às nossas estradas nos Açores, constituem um cartaz turístico incontornável dos Açores.

Apesar de a hortênsia estar classificada como planta invasora por alguns efeitos negativos que tem em determinados locais, como no caso dos terrenos pertencentes à Rede Natura 2000, seguramente não será o caso das bermas das nossas estradas.

É absolutamente urgente acabar com o arranque das hortênsias das nossas estradas e ainda mais urgente repovoar muitas das bermas das nossas estradas onde elas foram de forma abusiva arrancadas. A remoção abrupta das hortênsias de muitas estradas regionais não só promoveu a erosão dos terrenos, como facilitou a instalação de inúmeras espécies invasoras altamente prejudiciais ao ambiente.

A urgência desta clarificação legislativa resulta do interesse desta planta enquanto símbolo dos Açores, senão vejamos:

As hortênsias influenciam positivamente a paisagem e contribuem para a fantástica imagem turística da Região;

As hortênsias possuem uma utilidade enquanto sebe viva, dividindo os terrenos e as pastagens como um verdadeiro jardim natural;

Esta espécie é, acima de tudo, um símbolo turístico dos Açores, fazendo parte de todos os meios de propaganda do destino Açores;

É, ainda, o símbolo da marca Açores;

As hortênsias têm interesse comercial, pois, após serem secas, são exportadas

como plantas ornamentais para vários destinos do mundo, permitindo criar rendimentos e postos de trabalho, não podendo ser condicionado o seu cultivo para efeitos de exploração comercial;

Dos locais onde as hortênsias foram retiradas, o terreno fica ocupado por plantas invasoras e altamente prejudiciais ao ambiente.

A tentativa de colocar outras plantas que supostamente seriam uma alternativa às hortênsias foi um absoluto fracasso, um gasto dinheiro e, na linguagem do povo, uma absoluta estupidez. Um exemplo desse desastre é a Via Vitorino Nemésio, na ilha Terceira, mais conhecida por Reta da Achada. O que lá temos é um cenário desolador, com as bermas cheias de plantas invasoras e sinais evidentes de erosão. A remoção das hortênsias aquando da requalificação da Reta da Achada foi um erro histórico, com o qual não podemos continuar a pactuar.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é a apresentação da iniciativa!

O Orador: Temos assim urgência que esta Assembleia aprove legislação, ou altere neste caso, que autorize e promova a instalação das hortênsias nas bermas das nossas estradas regionais e municipais e em muitos caminhos agrícolas.

Temos urgência para que os nossos empresários tenham segurança jurídica para poderem cultivar as hortênsias com fins comerciais, sem terem uma espada sobre as suas cabeças e a ameaça permanente de coimas.

O Chega entende que este assunto é urgente, pois está aqui em causa o nosso património natural e cultural.

Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa prende-se com a classificação de uma planta, invasora ou não. É uma planta que é comum a toda a Região. Não está propriamente em risco nem mesmo por ser classificada como invasora. E, tecnicamente, certamente que em comissão isso será clarificado. Se o Sr. Secretário do Ambiente também quiser clarificar, seria útil até para a justificação da urgência ou não. Mas, em nosso entender, não há nenhum risco iminente, de modo algum, relativamente a esta planta — a hortênsia. E a eventual má gestão das bermas das estradas, é uma competência do Governo, não está relacionada ou deixa de estar com a planta que é plantada ou deixa de ser.

Mas certamente que os técnicos é que serão os mais avisados para falar sobre as características da planta, sobre a sua adequação para determinados fins ou a sua classificação como invasora ou não. São os técnicos que devem avaliar essa questão. E nós decidimos em função também dessa avaliação, tomamos a decisão política em função da avaliação técnica.

Do ponto de vista da urgência da matéria, nós, efetivamente, consideramos que há assuntos muito mais urgentes a discutir do que efetivamente a hortênsia e a sua classificação ou não como planta invasora, porque ela existe, está por aí amplamente disseminada, distribuída, plantada e não está de modo algum em risco.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, tem a palavra.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós consideramos que um assunto desta importância, sem dúvida, deverá ser analisado por quem é entendido na matéria, seja a academia, sejam os investigadores. Até esta também é a opinião do Sr. Deputado José Pacheco

quando, aquando da análise da petição dos cabos submarinos, disse que devem ser os técnicos e não os políticos que devem falar de coisas desta natureza. E, por isso, concordamos, sem dúvida, que tem que ser analisado em comissão. E são os investigadores e os técnicos que deverão definir o carácter desta espécie. Importa também realçar que as iniciativas que estão em análise na CAPADS não impedem que esta iniciativa seja analisada, uma vez que estamos com petições e o início da sua atividade não mete em causa a análise deste diploma. E, excecionalmente, não nos oporemos a esta urgência, uma vez que será em trabalho de comissão, realçando sempre que será necessário ouvir todos os técnicos e ter todos os pareceres da área, para que possamos, de uma forma consciente, dada a importância deste assunto, debater novamente nesta Assembleia.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 4/XIII foi aprovado por maioria: a favor, 20 votos do PSD, 22 votos do PS, 5 votos do Chega, 2 votos do CDS-PP, 1 voto do PPM e 1 voto da IL; contra, 1 voto do Bloco de Esquerda. Aprovado por maioria.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Avançamos na nossa agenda para o ponto 24: **Pedido de urgência e dispensa**

de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 5/XIII – “Recomenda ao Governo Regional que anule o processo de privatização da SATA Internacional - Azores Airlines”. É uma iniciativa apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O pedido de urgência justifica-se de forma muito breve. Está, como é sabido, em curso o processo de privatização da SATA Internacional, processo de privatização que está na sua reta final.

Tendo em conta aquela que foi a divulgação da nota atribuída ao único grupo que foi admitido a concurso pelo júri do concurso, que foi uma nota baixa, de 46 pontos em 100 (começando em 20, é preciso que se diga), tendo em conta esses factos, tendo em conta os diversos alertas de diversos intervenientes, desde os trabalhadores até aos empresários, relativamente aos riscos de se avançar com a privatização da SATA Internacional e a sua venda a este grupo, que não apresenta a credibilidade suficiente nem do ponto de vista técnico nem do ponto de vista financeiro para que a privatização avance, nós consideramos que é urgente que este Parlamento se pronuncie, tendo em conta os dados que são públicos, que são, para nós, mais do que suficientes para fazer uma avaliação negativa do que está em causa.

Desse ponto de vista, esta sessão plenária é aquela que, naturalmente, se adequa a essa tomada de decisão, porque ela estará, obviamente, por dias ou por semanas. E seja na sessão plenária de maio, que ainda por cima será do Orçamento, seja na de junho, certamente que será tarde para qualquer pronúncia desta Assembleia sobre o assunto.

Neste sentido, o pedido de urgência justifica-se plenamente na nossa opinião. Embora, por exemplo, o Grupo Parlamentar do PSD, ontem, tenha referido que

aprovava as urgências que eram pedidas, mas fazemos esse esforço, naturalmente, por justificar a urgência.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nós agradecemos, Sr. Deputado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência. Pergunto se há intervenções no âmbito da urgência.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sra. Secretária, faça favor.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 5/XIII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Tendo sido aprovado o pedido de urgência, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima para a apresentação da iniciativa. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Fazendo um pequeno enquadramento histórico desta matéria, o atual processo de privatização da SATA Internacional surge no contexto do seu plano de reestruturação, aprovado pela Comissão Europeia, que por sua vez foi negociado pelo Governo Regional, no seguimento de um conjunto histórico de acontecimentos e da situação em que a empresa se encontrava.

Por um lado, até 2020, a empresa encontrava-se já numa situação financeira difícil, fruto de más opções políticas, fruto de más opções de gestão, que naturalmente se agravaram, como se agravaram noutras companhias aéreas,

fruto também dos impactos da pandemia.

Este caldo muito perigoso levou a uma situação extremamente delicada no Grupo SATA, que exigiu, como é sabido, uma injeção de capital. Exigiu um plano de reestruturação que a Comissão Europeia aprovou. Mas aprovou, tanto quanto é nossa avaliação, com esta medida de privatização da maioria do capital da SATA Internacional porque foi essa a vontade do Governo Regional.

Ora, e nós concluímos isso por diversos motivos. Primeiro motivo, porque o Governo Regional nunca foi transparente no que diz respeito ao plano de reestruturação da SATA Internacional, nunca o mostrou, nunca apresentou ao Parlamento, embora a comissão de inquérito que se constituiu na legislatura passada o tenha requerido por diversas vezes, não só o plano de reestruturação, mas toda a documentação que estava relacionada com este, a troca de correspondência entre o Governo Regional e a Comissão Europeia. O Governo Regional, durante meses, protelou, encontrou pretextos, desculpas, muitas delas algo esfarrapadas, para não entregar ao Parlamento o plano de reestruturação da SATA Internacional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: E chegados aqui, nós continuamos sem conhecer os contornos da negociação e muito menos o que está escrito nesse plano de reestruturação. E essa é uma exigência da democracia, que este Parlamento soubesse exatamente o que o Governo tinha negociado com a Comissão Europeia e que propostas tinham sido feitas pelo Governo. Essa é uma primeira nota que gostaríamos de deixar.

A decisão de privatizar a SATA Internacional, como é sabido, para nós, é uma decisão errada. Mas, mesmo para quem defende acerrimamente a privatização da SATA Internacional, aquilo que vemos na opinião pública e na opinião publicada, relativamente a entidades que se têm manifestado favoravelmente à privatização da SATA Internacional, são as maiores reservas quanto a este

processo de privatização e quanto ao concorrente único à privatização e aos seus pergaminhos no setor, senão vejamos:

Nós temos diversas entidades, desde os trabalhadores, através dos seus sindicatos, a manifestarem-se contra este processo de privatização, porque consideram que o único concorrente não dá garantias para o futuro da SATA Internacional;

Nós temos os empresários e a insuspeita Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada a alertar para o facto de talvez ser necessário um novo concurso. É um alerta. Para bom entendedor, meia palavra basta. Ou seja, este concurso, este comprador, este processo não pode avançar porque é um risco.

E é um risco, porquê? Porque a SATA Internacional não é apenas uma empresa. A SATA Internacional é um dos pilares de uma parte importante, muito importante, da nossa economia. E é por isso que setores como aqueles que se manifestam agora contra ou pelo menos com reservas relativamente à privatização da SATA Internacional, como os empresários da ilha de São Miguel e de Santa Maria, sabem bem que sem a SATA Internacional, ou havendo riscos de a SATA Internacional deixar de existir, aquilo que vai acontecer é um enorme dano, não só na empresa, como em toda a economia, principalmente num setor que, como diz o Governo, é aquele que apresenta maior dinamismo — o setor do turismo.

E então pergunto às Sras. e aos Srs. Deputados: o que é que seria do setor do turismo sem uma SATA Internacional, neste momento? A SATA Internacional é responsável pela grande maioria dos passageiros desembarcados nos Açores. Como dizemos no preâmbulo desta iniciativa, a SATA Internacional representa, no aeroporto de Ponta Delgada, a grande maioria dos passageiros desembarcados, é a companhia com mais passageiros desembarcados. Imagine-se qual o peso da SATA Internacional em aeroportos como os das ilhas Terceira, Faial ou Pico.

A SATA Internacional, neste momento, é fundamental para a economia dos Açores. Colocar esse pilar da economia em risco é uma enorme irresponsabilidade!

É por isso que, independentemente da posição sobre a privatização... E se repararem bem neste projeto de resolução, nós estamos a falar fundamentalmente deste processo. Somos contra a privatização, é verdade, mas aquilo que está em causa deve unir mesmo aqueles que concordam com a privatização, porque este processo, com este potencial comprador, pode significar efetivamente o fim da SATA Internacional.

Este comprador, por aquilo que se percebe e pelas palavras do júri, insuspeito, como diria o Governo, quando o júri diz que desfazer-se de um ativo porque não sabemos gerar valor pode ser uma má decisão, esse é um alerta muito sério. Quer dizer que nós estamos a desfazer-nos não só de um ativo, mas também daquilo que esse ativo traz à nossa economia. E é por isso fundamental que esse processo pare. E o Governo tem os instrumentos para o fazer travar.

Já sabemos que provavelmente dirá: vamos deixar o processo correr, vamos avaliar o relatório do júri, vamos ouvir a administração. Tudo isso será a provável argumentação do Governo. Mas quem ouviu o presidente do júri, quem conhece a nota que foi atribuída, quem ouviu as notícias sobre o único concorrente, não pode estar descansado e não pode de modo algum pensar que este processo poderia avançar e pôr em causa não só a SATA Internacional, os seus trabalhadores, a SATA Air Açores, já agora, porque continuará a estar ligada à SATA Internacional, e colocar em causa a nossa economia, o setor importante do turismo, quem trabalha no setor do turismo, os trabalhadores, os postos de trabalho. E isso é demasiado sério para ser tratado desta forma, achando que este processo tem alguma credibilidade, tem algum caminho para fazer. Ele tem que ser travado e é por isso que apresentamos hoje esta proposta. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma pergunta muito simples ao Sr. Deputado António Lima, proponente desta iniciativa. É público, sabemos que é uma imposição da União Europeia a reestruturação do Grupo SATA e a alienação de pelo menos 51 % do capital social da Azores Airlines. E, portanto, sendo uma imposição e tendo havido acordos entre governos e a União Europeia, eu gostava de perceber que debate é que vamos ter. E, portanto, nessa circunstância, se fosse o Bloco de Esquerda a governar neste momento os Açores, eu gostava de perceber qual é que era a decisão que o Bloco de Esquerda iria tomar e quais seriam as medidas que iria implementar, sabendo-se que há este acordo que resulta da imposição da União Europeia em alienar 51 % do capital.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em nome do Governo Regional, para deixar duas ou três notas neste momento em que se discute, mais uma vez, as matérias relacionadas com o Grupo SATA. Em primeiro lugar, em nome do Governo, dar uma palavra de tranquilidade às trabalhadoras e aos trabalhadores do Grupo SATA e de agradecimento pelo esforço que têm feito para conseguir levar à frente este projeto que une os

Açores ao resto do mundo e que, em momentos mais difíceis e outros menos difíceis, são sempre o principal ativo que o Grupo SATA tem. E, portanto, às trabalhadoras e aos trabalhadores do Grupo SATA uma palavra de agradecimento e de reconhecimento.

Dando nota, também, em nome do Governo, que, neste momento em que a presidente do conselho de administração decidiu pedir a sua demissão por razões pessoais, que são conhecidas, ...

Deputado António Lima (BE): E de contexto.

O Orador: ... o Governo dos Açores estará aqui para acompanhar o atual conselho de administração até o último dia das suas funções, estando ao lado do conselho de administração até esse dia. E, naturalmente, estará também atento para recompor os vários órgãos sociais das várias empresas do Grupo SATA.

Em segundo lugar, para dar nota, já é um pouco recorrente, mas convirá sempre o referir, que nós compreendemos e respeitamos a posição ideológica do Bloco de Esquerda.

Deputado António Lima (BE): Não é só ideológica!

O Orador: O Bloco de Esquerda é contra qualquer privatização, é contra o setor privado, é contra a União Europeia, é contra a NATO.

Deputado António Lima (BE): Não! Isso é porque não tem argumentos!

O Orador: Está no seu direito. Nós respeitamos.

Deputado António Lima (BE): O senhor não tem argumentos!

O Orador: Nós respeitamos inclusivamente o extremismo da extrema-esquerda.

Deputado António Lima (BE): O extremismo do seu Governo!

O Orador: E, portanto, é o respeito democrático que nos merece.

Deputado António Lima (BE): É muito respeitosa essa intervenção!

O Orador: Mas também penso que deve respeitar aquilo que é outra visão ideológica, que não vê o mundo todo no público, há também iniciativa privada,

há empreendedorismo, há meios dos privados poderem até suprir alguns serviços públicos.

Deputado António Lima (BE): O Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada não acha o mesmo!

O Orador: E, portanto, neste aspeto, há aqui claramente uma visão radical, histórica, do Bloco de Esquerda, respeitável, não está nada em causa por essa matéria...

Deputado António Lima (BE): Grande respeito que o senhor demonstra pelo Parlamento! Grande respeito!

O Orador: Sr. Deputado António Lima, não sei porque é que se irrita. Eu estou a dizer que é a sua posição ideológica.

Deputado António Lima (BE): Não me irrita. Estou a dizer que o senhor não respeita coisa nenhuma!

O Orador: Não estou sequer a criticá-lo. Ou o senhor ofende-se por eu dizer que o senhor é de extrema-esquerda?

Deputado António Lima (BE): O senhor ofende-se por eu dizer que é um extremista?

O Orador: O senhor ofende-se por eu dizer que o senhor é contra a iniciativa privada. Mas o senhor é contra a iniciativa privada! O senhor ofende-se por eu dizer que o Bloco de Esquerda tem um percurso histórico contra a iniciativa privada, contra a União Europeia, contra a NATO. Isso são as suas posições! Como é que se ofende quando dizemos qual é o seu trajeto?

Deputado António Lima (BE): Fale da proposta! Fale da SATA!

O Orador: Em relação a estas visões de extrema-esquerda do Bloco de Esquerda, muito bem acompanhadas e cada vez mais pelo Partido Socialista, aqui não há mais nada a dizer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Cada um segue o seu caminho, com as razões que cada qual

entende dever seguir.

Mas voltando à questão do Grupo SATA, todos sabemos a razão de ser do plano de reestruturação do Grupo SATA. E aqui faço um parêntesis que é importante esclarecer: a comissão de inquérito, que caiu porque caiu a legislatura, e não sei se para ter caído não foi uma das razões que quiseram fazer cair a legislatura, mas essa comissão de inquérito, que perturbava muito anteriores dirigentes do Partido Socialista e que tiveram mais este *plus* para poder deitar abaixo a legislatura, essa comissão de inquérito, que ainda poderá, se quiserem, continuar e voltar a mexer bem nas razões do descalabro da SATA, e talvez até se compreendam as razões também de quererem acabar depressa com aquela comissão de inquérito, mas essa comissão de inquérito pediu, naturalmente e justamente, o plano de reestruturação do Grupo SATA. E esse plano de reestruturação do Grupo SATA, o Governo Regional pediu e questionou a Comissão Europeia para saber o que é que era a informação restrita ou não. E a comissão de inquérito foi, a par e passo, sabendo as diligências do Governo junto da Comissão Europeia, para poder saber o quê e quando poderia libertar essas informações, ...

Deputado António Lima (BE): Meses!

O Orador: ... antes que a resposta pudesse ser definitiva da comissão de inquérito. Sabemos que houve o fim da legislatura, terminou a comissão de inquérito. Mas, naturalmente, quando tivermos uma nova comissão de inquérito, quando a Comissão Europeia definir o que é que é ou não restrito, naturalmente, será com todo o gosto que transmitiremos esses documentos, como todos os outros, à comissão de inquérito ou ao Parlamento, naturalmente.

Deputado António Lima (BE): No “dia de São Nunca”!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Toda a gente sabe que, segundo as regras comunitárias e os regulamentos comunitários, num processo destes há três ou quatro questões que são fundamentais nas regras europeias. Em primeiro lugar, é uma solução uma vez na vida. E, portanto, pelo menos até aqui, no plano europeu, nunca foi aceite que pudesse acontecer mais do que uma vez em relação a um grupo ou a uma companhia aérea. E, portanto, ao fazer-se, terá que ser tido em conta que é uma vez e definitivamente.

Outro item que é fundamental nestes processos de reestruturação é o chamado contributo significativo. Já foi explicado aqui imensas vezes isto do contributo significativo para o grupo ou empresa reestruturada.

Deputado António Lima (BE): Fale do processo de privatização!

O Orador: E esse contributo tem a ver com a imposição de haver a entrega para o mercado de parte do grupo que está a ser reestruturado. O contributo significativo que foi encontrado no Grupo SATA foi, ainda assim, bastante abaixo daquilo que é comumente aceite pela Comissão Europeia. E, nesse aspeto, ainda assim, tivemos, da parte da Comissão Europeia, a compreensão pelas especificidades da Região Autónoma dos Açores e, em particular, em continuar intacta e intocável a SATA Air Açores, que nos liga dentro da Região. E, portanto, a esse respeito estamos também todos entendidos.

De resto, Sras. e Srs. Deputados, em relação a esta proposta, para além da ideologia que está por detrás dela, há também outra questão, há um processo que está a decorrer, sobre o qual o Governo, sempre disse e cumpriu, não se quis imiscuir. Há um júri que elaborou um relatório preliminar segundo as regras. Também o próprio caderno de encargos. Houve uma audiência prévia sobre o relatório preliminar.

Deputado António Lima (BE): Quem é o acionista?

O Orador: Antes de o relatório final ser entregue, houve a suspensão por via da tal crise artificial que foi criada nos Açores com as eleições. E no primeiro dia da plena posse deste Governo, depois de aprovado o Programa do Governo, nesse mesmo dia, foram dadas instruções, sem qualquer desperdício de tempo, ao Grupo SATA, à SATA Holding, que é quem gere este processo, para reiniciar o processo de alienação e o concurso público.

O júri finalizou o relatório final. O júri já deu nota pública, transparentemente, da sua opinião, da sua visão. O conselho de administração irá, naturalmente, analisar esses documentos.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito bem!

Deputado António Lima (BE): Qual? Este ou o próximo?

O Orador: E o conselho de administração o que vai dizer é o seu entendimento face...

Deputado António Lima (BE): Este ou o próximo?

O Orador: Ó Sr. Deputado António Lima, não sei, ainda é por causa do extremismo que o senhor está nervoso?

Deputado António Lima (BE): Não, eu estou a perguntar se é este ou o próximo!

O Orador: Ó Sr. Deputado António Lima, aquilo que vai acontecer, por muito que lhe custe, é o cumprimento estrito daquilo que está previsto na lei, no caderno de encargos, o cumprimento daquilo que nós assumimos de privatização até 2025 da Azores Airlines e do Handling. É isso que vai ter que ser cumprido, mas seguindo as regras da legislação portuguesa e do caderno de encargos.

E, neste caso, dissemos e repetimos: é o tempo do júri e do conselho de administração. Logo que o conselho de administração analise o relatório do júri,

o relatório final e também outros documentos que possa ter e se pronuncie, o Governo vai tomar a sua decisão.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Claro!

O Orador: Estar agora o Parlamento ou o Governo a envolver-se nestas matérias, até poderíamos ter consequências jurídicas no processo concursal.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Exatamente!

O Orador: E, portanto, estas matérias têm que ser tratadas com muito rigor.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Exatamente!

O Orador: Por exemplo, outra questão: já ouviu o Grupo Parlamentar do Partido Socialista exigir o relatório. Está a exigir que o Governo cometa uma ilegalidade, porque o relatório ainda nem está na posse do Governo e só chegará à posse do Governo por via do conselho de administração, depois de o analisar e entregar. Senão poderíamos incorrer, de novo, numa situação com supervenientes jurídicos para a Administração Pública Regional.

Deputado João Castro (*PS*): Se ainda não conhecem o relatório, ficamos preocupados!

O Orador: Mas a ânsia de dizer, de fazer, de atacar o Governo, que está tentando resolver as heranças que nos deixaram, é tão grande que até cega o nível de competência necessária.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Dito isto, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, o Governo cumprirá aquilo que o Governo, em nome do Estado Português, se comprometeu em Bruxelas, cumprindo também aquilo que são as regras do

direito português, o caderno de encargos. E, a seu tempo, decidirá em função daquilo que o júri disse, daquilo que a comissão técnica de acompanhamento está a seguir e daquilo que o conselho de administração irá dizer também. Tudo se passa e se passará de forma criteriosa, sem nos imiscuirmos nos vários tempos e evitarmos também consequências jurídicas, que poderiam advir até para a Região nesse aspeto.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Francisco Lima, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção vem num sentido até mais abrangente, porque já vimos aqui que chorar sobre o leite derramado pouco adianta, é uma obrigação da União Europeia, ponto final, parágrafo.

Agora, eu quero recordar que a SATA, em 1980, 50 % era da TAP e 50 % era do Governo Regional. Pelo caminho, entretanto, a TAP saiu fora e ficamos no processo revolucionário em curso, que é a sovietação da economia. E os Açores também enveredaram por essa deriva ideológica, que é um Estado enorme, portanto uma Região enorme, que é dona de institutos, que é dona de empresas públicas. E, neste momento, o que é que vemos pela Região? Estão plantadas por tudo o que é canto, empresas completamente falidas ou que não têm sustentabilidade financeira. A SATA é mais um exemplo, não falando nos “cachalotes”, nas heranças do passado, que é uma realidade.

E no que há que haver coragem, acho eu, no futuro, é olhar para o setor empresarial da Região e ver o que é que pode ir para a esfera privada. A gente

não se pode esquecer de uma coisa: estamos todos aqui, e quem nos paga os ordenados são os privados, que produzem riqueza. Nós temos que produzir leis aqui, obviamente, para facilitar a atividade privada.

E, portanto, essa pancada ideológica do Bloco de Esquerda contra os privados, que são sempre uns bandidos... Agora, também ficamos a saber que é contra as hortênsias.

(Risos dos Deputados da bancada do CH)

Fico muito satisfeito também por saber isso. Portanto, espero bem que não seja contra o próprio Bloco de Esquerda, que haja uma questão aqui de identidade de género entre o Bloco de Esquerda regional e o Bloco de Esquerda nacional. Penso que não será o caso.

E sobre a SATA, também, não posso deixar de dar nota do seguinte: tal como os outros colegas que apanharam o avião, eu apanho também de vez em quando o avião, agora com muito mais frequência.

Deputado José Ávila (PS): Não vai deixar de apanhar!

O Orador: E o que eu vejo, por vezes, é que há mais funcionários do que passageiros. Eu não vejo em nenhum aeroporto um rácio tão enorme de funcionários por passageiros. Algo de estranho se passa aqui. Eu acho que há que haver coragem. É muito bom integrar os funcionários das empresas falidas, da SINAGA, da Cooperativa Ocidental, da Praia Cultural, na esfera do Estado, isso é muito bonito, fica bem, ninguém tem coragem aqui de vir dizer o contrário, mas eu acho que chega a uma altura que até o burro se amassa.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

O Orador: Ou seja, a gente não pode ser aqui um albergue de tudo o que está falido e mal gerido. E há que ter que ter coragem, porque o próprio Estado e a própria Região, chega a uma altura em que, face à falta de mão de obra, é o

próprio Estado que está a capturar a mão de obra dos privados. Quer dizer, não há mão de obra. E eu posso dizer que contei 17 pessoas no avião que eu apanhei para aqui, havia à volta do avião 17 pessoas. Eu pergunto: isto é razoável? Estamos em que país? Se calhar, estamos na Arábia Saudita, eu é que não dei por isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado José Pacheco (CH): Agora é que vem a solução!

O Orador: Eu irei começar a minha intervenção por falar da herança, Sr. Secretário Duarte Freitas. O Sr. Secretário vem falar da herança sempre que precisa de desviar as atenções do problema que existe, que está à vista de todos, e para a falta de respostas, que o Governo Regional não dá ou, aliás, quando dá, contradiz-se.

Deputado José Pacheco (CH): O problema da SATA é a herança!

O Orador: O Sr. Secretário começou por dizer que a demissão da senhora presidente do conselho de administração se devia a razões pessoais. Poucas horas depois, o Sr. Presidente do Governo diz que são razões pessoais e razões de contexto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Contexto pessoal, Sr. Deputado!

O Orador: Ó Sr. Secretário, afinal, o Sr. Secretário esteve pouco mais de 13 minutos a falar, mas não explicou o que é que são as razões de contexto. O

senhor não acha que os açorianos merecem explicações para o que está a acontecer? Ou isso não é relevante?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Contexto pessoal!

O Orador: Foi divulgado agora na comunicação social que, aparentemente, a senhora presidente do conselho de administração sai porque o Governo não ofereceu condições para avançar com o projeto que tinha proposto.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Quem escreveu isso não estava na reunião!

Deputado Paulo Simões (PSD): 400 milhões!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Acho que o PS é que vai ter que explicar!

O Orador: Ó Sr. Secretário, afinal, o Governo está a esconder o quê? Que informações é que o Governo esconde dos açorianos? Explique, Sr. Secretário!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Tem aqui uma boa oportunidade para explicar ao Parlamento e aos açorianos porque é que o Governo não ofereceu as condições que o conselho de administração entendia que eram necessárias.

E, depois, há mais um facto que é indesmentível: o mês de abril começa a ser um mês complicado para o Governo Regional. Há um ano, em abril, Luís Rodrigues saiu. Mário Chaves saiu também da administração da SATA. Saíram dois administradores. Esta semana, sai a presidente do conselho de administração, Teresa Gonçalves, da administração. E sai também, segundo o Governo, um diretor financeiro. Mas, afinal, saiu um diretor financeiro ou saiu um administrador? Mais um administrador. Também aqui o Governo está a ocultar informação. Porque é que o faz? Sim, sim, Sr. Secretário.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Sim, sim, o quê? Como é que pode dizer isso?

O Orador: Naquilo que foi divulgado, é divulgado que saiu um diretor

financeiro e não um administrador. E, aparentemente, houve a demissão da presidente do conselho de administração e de um administrador. Isso tem relevância, obviamente. Porque é que o Governo esconde, sistematicamente, informação? Porque é que esconde informação? E o Sr. Secretário acha que isso não é relevante.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): E não é!

O Orador: Não é relevante nós pedirmos a divulgação do relatório do júri. Não é relevante pedirmos explicações ao Governo, que não as dá ou, quando as dá, contradiz-se. E está tudo bem, aparentemente!...

E, depois, vem o Sr. Secretário Regional dizer que tudo é culpa do Partido Socialista, a herança do Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Os senhores deixaram tudo impecável!

O Orador: Ó Sr. Secretário, vamos a números: resultado de 2021 da Azores Airlines, prejuízo de 50 milhões; resultado de 2022, prejuízo de 34 milhões de euros; ...

Deputado António Lima (*BE*): De 2023 está escondido!

O Orador: ... resultado de 2023, caminhamos para cerca de 26 milhões de prejuízo. São cerca de 106 milhões em três anos.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*): Mais de metade que falta do Governo da República!

O Orador: Sr. Secretário Regional, ouça atentamente porque é relevante também. E vem aqui dizer: mas nós estamos a proteger a SATA Air Açores, a nossa menina dos olhos de ouro.

Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*): Mas, então, tem um percurso positivo ou não tem um percurso positivo?

O Orador: SATA Air Açores: resultado de 2021, 6.8 milhões de euros de prejuízo; resultado de 2022, 2.5 milhões de euros de prejuízo; resultado de

2023, caminhamos para quase 10 milhões de prejuízo. Estão a proteger a SATA Air Açores?! Como, Sr. Secretário?

Deputado António Lima (BE): E aumentou a subsidiação!

O Orador: Os números do passado, os resultados estão lá, assumimos. Mas não negue a realidade, isso não é salvar a SATA!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Diga quais foram!

O Orador: Depois, vem aqui levantar uma teoria de que o PS, o Bloco de Esquerda... Nós temos diferenças devidamente assumidas em relação ao processo de privatização.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sim, sim!

O Orador: Nós não concordamos com esse processo de privatização. Não dissemos isso hoje, dissemos há um ano, quando foi lançado e foi divulgado, que não concordamos porque o Governo está a ir além daquilo que negociou com Bruxelas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Imagine se não tivesse sido!

O Orador: O que foi acordado com Bruxelas foram os 51 %. O Governo pretende alienar até 85 %. Isso é muito diferente.

O Sr. Secretário vem aqui falar também que o principal ativo da SATA são os seus trabalhadores. Mas o que é que diz o caderno de encargos? Nem garante os postos de trabalho! Isso é que é considerar que o melhor ativo são os trabalhadores?!

O que é que o caderno de encargos também dizia em relação às rotas para o continente e para a diáspora? Também não assegurava? O que é que dizia em relação à manutenção da sede nos Açores? Também não assegurava?

Deputado João Castro (PS): Bem lembrado!

O Orador: E, portanto, nós não concordamos com o caderno de encargos por tudo isso.

Isso significa que concordamos com a proposta do Bloco de Esquerda, que está aqui em apreciação? Não, não concordamos na íntegra. Sabe porquê? E isso é uma diferença substancial. Porque nós entendemos que este caderno de encargos que está em curso não serve os açorianos, não serve o interesse regional. Isso é claro. Já o dissemos e mantemos. Aquilo que diz o Bloco de Esquerda não é claro, porque pretende que se anule o processo de privatização, mas nada diz se é o atual e se pretende reiniciar novo processo. E isso é muito importante para o Partido Socialista, porque nós não temos a capacidade de alterar a resolução. E isso não é clarificado na resolução que é apresentada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E o PS? O que é que diz o PS sobre isso? Qual é a posição do PS?

O Orador: Sr. Deputado Joaquim Machado, inscreva-se, e a gente ouvirá a sua posição.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Qual é a posição do PS sobre isso?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Fez a pergunta em aparte, não é preciso repetir a pergunta!

O Orador: E, portanto, como já foi aqui realçado, Sr. Secretário Regional das Finanças, também há algo que o senhor agora não diz. Há uns meses, o Sr. Secretário apregoava que existiam cerca de 30 interessados na privatização, que estava a ser um sucesso. Dos 30 passámos para dois concorrentes. Dos dois concorrentes, nem um praticamente temos, porque há grandes dúvidas do júri sobre a sua capacidade para alavancar a companhia, para dar robustez financeira e para garantir uma visão estratégica da companhia.

E, portanto, também seria bom que o Governo assumisse as suas responsabilidades, assumisse que este processo não está a correr bem e que não serve aos açorianos. Ficaria bem ao Governo. Assuma esse desafio e faça esse assumir de responsabilidades, porque não está a correr bem. E a cada dia que passa, temos mais entidades a assumir isso, são os trabalhadores, é a Câmara do

Comércio e é a própria administração da SATA, que aparentemente sai em divergência com o Governo. Mas o Governo entende que está tudo bem. O Governo está marchando no passo certo, o resto da sociedade é que está marchando no passo errado.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Simões.

(*) **Deputado Paulo Simões (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu fiquei com a sensação de que alguns Deputados à esquerda sofrem de amnésia parcial, seletiva.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Convém recordar alguns números que o Sr. Deputado Carlos Silva não quis dar, não trouxe: entre 2012 e 2019, a SATA acumulou 260 milhões de euros de prejuízos; entre 2012 e 2019, o passivo da SATA triplicou, de 155 para cerca de 464 milhões de euros.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Quanto? Quanto?

O Orador: De 155 para cerca de 464 milhões de euros.

Em 2012, a SATA tinha capitais próprios positivos de 27,4 milhões de euros. A partir daí, começa uma derrapagem que culminaria, em 2019, com um passivo de 230 milhões de euros — falência técnica.

Em todo este processo há um denominador comum: Vasco Cordeiro.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Já agora, a propósito de CEO ou de presidentes do conselho de administração, como queiram, eu vou fazer aqui uma pequena lista (não é assim tão pequena): ...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Isso!

O Orador: ... Gomes de Menezes, Luís Parreirão, Paulo Menezes, António Luís Teixeira, o tal que foi aprender *on the job*, que de aviação nada sabia, e Luís Rodrigues, que estava a fazer um bom trabalho. E por cortesia do Sr. Primeiro-Ministro António Costa, numa altura decisiva para a SATA, o que é que ele fez? Levou-o para a TAP.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mais. Os senhores falam desta privatização. E as vossas duas tentativas de privatização?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

O Orador: Alguém se lembra do nome da companhia?

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Icelandair!

O Orador: Icelandair, Icelandic, Ice... Lembram-se? O que é que aconteceu? É assim, falam que havia 30... De facto, toda a gente que sabe de privatizações, sabe que há mais pessoas a levantar os cadernos do que as ofertas que são feitas. Mas duas é 100 % mais do que uma, que foi o que os senhores tiveram!

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: E mesmo assim nunca se chegou a perceber esta coisa *sui generis*, a Icelandair tinha esta exigência fantástica: queriam fazer parte do conselho de administração da SATA durante seis meses, avaliar a companhia por dentro e depois, sim, iriam decidir o que é que iam fazer. Isto faz algum sentido?

Mais. Quem é que lança uma operação para venda de 49 % do capital e ainda quer que apareça um comprador? Pelo amor da Santa! Uma companhia como a SATA põe à venda 49 % e estava à espera do quê?

E nunca se percebeu, depois aparece um documento numa fotocopiadora, depois há uma fuga de informação. As coisas foram mal tratadas. E, já agora, quando se coloca o selo de confidencialidade, há regras para ter essa confidencialidade.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Já agora, eu ouço o Sr. António Lima falar, ...

Deputado António Lima (BE): Sr. Deputado, se faz favor.

O Orador: ... Sr. Deputado, e o Sr. Secretário Regional já falou da questão ideológica, que eu, não concordando e não me revendo, respeito, é isso a democracia, e sabe que o respeito, agora, vir aqui dizer que a opinião pública (se não foi opinião pública, a expressão é minha)...

(Neste momento, o Deputado António Lima mostrou um documento à câmara)

Sim, sim, elenca a opinião pública, elenca uma série de organizações. Sabe como é que isso se chama, Sr. Deputado? Populismo! Não é só à direita, é à esquerda! Populismo! É isto é que é!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E sabe porque é que eu digo que é populismo? Por isto que eu lhe vou ler. O populismo está aqui explicado. É bom ouvir isto. A DBRS diz isto: “A classificação dos Açores pode ser rebaixada se, entre outros fatores, o perfil financeiro da SATA se deteriorar. A dívida da SATA pesa sobremaneira nas contas da Região.” Ignorar isto é não ser sério!

Tenho dito.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado João Castro (PS): Porque é que aumentou a dívida?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa aguarda inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós ouvimos aqui duas intervenções, digamos, muito entusiasmadas, tanto do Sr. Secretário, como do Sr. Deputado Paulo Simões, em que dizem muitas coisas, falam muito alto, ...

Deputado Flávio Soares (PSD): Sim, há quem se consiga entusiasmar!

O Orador: ... esbracejam um pouco e nada dizem sobre o assunto que está em causa, nada dizem sobre o processo de privatização em curso, nada dizem sobre as condições do caderno de encargos, nada dizem sobre o comprador potencial da SATA Internacional, nada dizem sobre as consequências para os Açores, para a nossa economia e para os trabalhadores. Sim, não vale a pena fazer elogios, que os trabalhadores são muito importantes, mas, depois, quer-se vender a SATA Internacional e os seus postos de trabalho a uma empresa que não tem credibilidade absolutamente nenhuma.

Deputado Flávio Soares (PSD): Como é que o senhor sabe?

O Orador: E vamos lá ver, o extremismo que os senhores falam é o extremismo do Presidente da Câmara de Ponta Delgada, publicado na imprensa regional, que alerta para o seguinte: “Com a privatização da Azores Airlines em curso e sem a Ryanair nos Açores, estamos mesmo bem entregues a um futuro muito incerto e nada auspicioso.” Cá está a preocupação do Presidente da Câmara de Ponta Delgada, por acaso do PSD, por acaso ex-líder parlamentar do PSD nesta Assembleia, por acaso vice-presidente do PSD.

E, Sr. Secretário das Finanças, do alto da sua arrogância, acha que é extremismo alertar para o problema que os senhores estão a criar. Acha que é extremismo. Bem, quem não tem argumentos, aponta com populismo, Sr. Deputado Paulo Simões. Quem não tem argumentos, aponta com extremismo.

Deputado Paulo Simões (PSD): É o que o senhor é! O senhor não ouviu os argumentos?

O Orador: Mas fale da proposta! Fale dos Açores! Fale do que isso significa para os postos de trabalho! Fale do que isso significa para as pessoas! Não é gritar e chamar os outros de populistas. O senhor, propostas e ideias sobre o futuro da SATA, só sabe dizer que foi o PS que estragou tudo. Fale do seu Governo e dos resultados que este Governo tem tido na SATA. Eu não vou

repetir os resultados do ponto de vista financeiro que o Sr. Deputado Carlos Silva já disse. Em que é que isso é melhor do que os Governos do Partido Socialista? Em que é que isso é melhor? Em absolutamente nada. É pior. Estão a fazer pior. Quanto mais voam, mais prejuízos têm. E isso é um problema.

Sr. Secretário das Finanças e Administração Pública, sobre o caderno de encargos e as suas negociações com Bruxelas e sobre a comissão de inquérito, o senhor sabe muito bem e quem aqui está e esteve naquela comissão de inquérito sabe muito bem, quantas vezes, quantos meses o senhor negou, dizendo que a Comissão Europeia não respondia aos e-mails, para entregar aquilo que a comissão de inquérito pediu.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*): Era verdade!

O Orador: Mas quem manda aqui não é a Comissão Europeia, são os Açores, são estes Deputados e é o nosso Parlamento!

O caderno de encargos é nosso, o caderno de encargos é dos Açores, não é da Comissão Europeia!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Isso é populismo!

O Orador: Quem pôs os 435 milhões na SATA Internacional não foi a Comissão Europeia, foram os açorianos. E têm o direito de saber o que o senhor negociou. É isso que está em causa. A transparência é isso. Não é dizer que somos muito transparentes, que é o Governo mais transparente da autonomia.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): E é!

O Orador: É mostrar aquilo que negociaram. De que é que têm medo?

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*): Não somos nós, não é a nossa vontade.

O Orador: Sr. Secretário, chamar de extremistas aos outros, para além de ser

pouco elegante, ...

Deputado José Pacheco (CH): Bem-vindo ao meu clube! Sinta-se em casa!

O Orador: ... não diz nada do que o senhor pensa sobre este projeto, não diz nada sobre o que o senhor pensa sobre o futuro da SATA.

Sr. Secretário, deixo-lhe duas perguntas: qual é a avaliação que o senhor faz, do ponto de vista político, ao potencial comprador da SATA Internacional? Porque a decisão é sua, é do seu Governo, não é de qualquer administração. A administração tem o seu papel no processo, mas a decisão é do Governo, é do acionista. E o senhor representa o acionista.

E outra questão: também gostaria de saber qual é a administração que vai dar o parecer final. É esta ou é a próxima?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É a administração!

O Orador: Eu gostaria de saber. É uma pergunta, julgo eu, que é muito relevante tendo em conta os motivos alegados, de que hoje são uma coisa, amanhã são outra, mas que são pessoais e de contexto, que ninguém sabe bem o que é isso, mas que não são explicados. Esses motivos de contexto, qual é o contexto? Isso significa que essa administração não vai decidir porque a decisão não é aquela que o Governo quer? Gostaria de perceber quem é que vai decidir, quem é que vai dar o parecer final do ponto de vista da administração. A decisão final é do Governo. Mas sobre quem é que vai decidir, também seria muito importante perceber se é a administração que está aqui, agora, ainda a administrar a SATA, ou se é a próxima que o senhor vai nomear.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nestas duas últimas legislaturas, esta é, provavelmente, a sétima vez, salvo erro

nas minhas contas, que vamos falar deste assunto. Foi uma profecia que fiz no início da legislatura passada e, qual Nostradamus, não me enganei.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Nostradamus enganou-se muito!

O Orador: Eu não disse que ele não se tinha enganado, eu disse que eu não me enganei.

Estamos aqui perante um projeto de resolução do Bloco de Esquerda que em nada nos deveria espantar, porque nós sabemos claramente qual é a posição do Bloco de Esquerda sobre a SATA Internacional - Azores Airlines e sobre o restante SPER, com algumas exceções, talvez.

Também sabemos, e não vale a pena olhar para trás, muito para trás, qual é o histórico do pensamento do ainda presidente do Partido Socialista sobre a questão da incapacidade que a Região tem de suportar estes prejuízos consecutivos da Azores Airlines. São palavras dele, são palavras do Sr. Deputado Vasco Cordeiro há meia dúzia de anos, que dizia, com todas as palavras, que a Região não ia conseguir suportar prejuízos desta natureza. Depois, em 2018, lá disse que a companhia ia reduzir os prejuízos em 40 a 50 %, que em 2019 ia baixar e que em 2020 ainda ia baixar mais. Mas a verdade é que a operação veio a demonstrar que não foi assim.

Eu não sei se o consórcio que ainda está a concurso é válido, se não é válido. E acho que não nos cabe a nós, Deputados nesta Casa, fazer uma avaliação técnica da capacidade que tem o consórcio que se propõe a comprar a companhia.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Com certeza!

Deputado António Lima (*BE*): O Governo sabe!

O Orador: Até porque a companhia Azores Airlines tem alguns ativos que podem estar a fazer falta a essa companhia, a esse consórcio, que tem outras

operações e que precise do know-how da Azores Airlines para resolver o problema que está a ter, por exemplo, em Cabo Verde.

Deputado José Pacheco (CH): Essa é que é a questão!

O Orador: Isto é uma questão que nós não podemos esquecer em todo este processo. Quem vem comprar qualquer coisa, não vem comprar só pelo *goodwill* ou só porque é possível inverter, através do aumento do EBITDA, o passivo que ela tem, vem comprar porque ela vai mais limpa de passivo, vem comprar porque ela tem o tal conjunto de condições que pode melhorar a sua própria operação, como é óbvio. E não nos cabe a nós avaliar isto nem fazer juízos de valor, moralistas ou não, sobre a questão do consórcio que neste momento está a concurso.

Mas o que aqui está neste projeto de resolução do Bloco de Esquerda não é só suspender, revogar ou cancelar definitivamente este concurso, porque senão estava aqui “este concurso”. O que diz é a “privatização da Azores Airlines”.

Deputado José Pacheco (CH): Exatamente!

O Orador: E é isso que vai ficar escrito na resolução e publicado na resolução. E desse ponto de vista, não contem com o voto da Iniciativa Liberal, porque a Iniciativa Liberal é a favor da privatização, ontem, anteontem, da Azores Airlines. Nos dois concursos que ficaram por levar até ao fim. Se a Azores Airlines tivesse sido privatizada em 2016, 2017 ou 2018, provavelmente nós não estaríamos aqui a falar do passivo que vamos ter que pagar, provavelmente não estaríamos aqui a falar dos problemas financeiros que a companhia está a atravessar, provavelmente não estaríamos aqui a falar da demissão do conselho de administração, que, obviamente, não tem nada a ver com razões pessoais, tem a ver com um problema estrutural da companhia, que, se não se vender, vai criar um problema gravíssimo na totalidade do Grupo SATA, vai criar um problema gravíssimo à Região Autónoma dos Açores e põe, inclusivamente, em causa o bom funcionamento da companhia no trabalho que presta inter-ilhas na

Região, que nós todos sabemos que, além de ser um serviço de excelência, é uma necessidade extrema dos açorianos.

E é por isso que a Iniciativa Liberal não pode acompanhar este processo e é por isso que a Iniciativa Liberal deixa também aqui o alerta, que é importantíssimo prosseguir com o processo de privatização da Azores Airlines.

Muito obrigado.

(Neste momento, a Deputada Isabel Teixeira substituiu o Deputado Lubélio Mendonça na Mesa)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho que é importante aqui clarificar algo que pode estar a confundir os açorianos. Em primeiro lugar, não houve, repito, ao contrário do que a Antena 1 revelou hoje às 18 horas, não houve, repito, não houve reunião hoje, esta tarde, entre a Dra. Teresa Gonçalves e os trabalhadores.

Em segundo lugar, a Dra. Teresa Gonçalves, no dia 9, anteontem, reuniu com os trabalhadores e deu nota das razões pelas quais tinha que abandonar. E afirmou-as por escrito, firmado na carta que enviou ao Governo Regional, por razões pessoais, do seu contexto pessoal, que nós não temos a mínima autoridade para questionar nem o vamos fazer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Aquilo que fizemos e continuamos a fazer é reconhecer o trabalho da Dra. Teresa Gonçalves num momento difícil, reconhecer o trabalho do Dr.

Dinis Modesto, que veio a pedido da Dra. Teresa Gonçalves para o conselho de administração. Reconhecer que este contexto difícil é particularmente duro nas decisões complicadas que se têm que enfrentar.

Sublinhar, também, a solidariedade do Governo Regional em todo este processo e o acompanhamento até ao último dia sobre as decisões que o conselho de administração tenha que tomar e venha a tomar.

E, Sr. Deputado António Lima, para o Governo Regional é perfeitamente indiferente se é este conselho de administração ou outro que vai tomar a decisão.

Deputado António Lima (BE): Essa é boa!

O Orador: E o senhor, em breves dias, mais cedo que mais tarde, vai perceber o que lhe estou a dizer. É completamente indiferente.

E também lhe posso garantir que não há qualquer razão de se especular por divergências entre o conselho de administração e quem quer que seja sobre o processo de privatização. Não há quaisquer divergências, não houve, não há e nem haverá. O Governo não se vai imiscuir no processo. E o conselho de administração vai agora analisar o relatório do júri.

A comissão técnica, naturalmente, vai acompanhar e está a acompanhar, vai tomar a sua posição com os dados que tem e vai, naturalmente, propor ao Governo, que aí, sim, vai tomar a decisão. Se é hoje, se é amanhã, se é com o conselho de administração atual, se é com o futuro, isso é, para nós, indiferente. O momento da decisão política ainda não chegou. Foi desenhado o caderno de encargos, ele é público.

Deputado António Lima (BE): Não é público, não!

O Orador: Eu, ao contrário do que foi aqui referido, não embandeirei em arco por ter 30 interessados, não disse que era um sucesso. Afirmei apenas que houve mais de 30 entidades que levantaram o caderno de encargos. Isto é factual, não só que foram mais de 30 entidades, como também é factual que eu

não fiz nenhum juízo se isso era a solução, se não era, se isso era bom, se era mau, porque nestas matérias sabemos que há muitas entidades que levantam o caderno de encargos, que depois não entregam, têm que analisar. Houve uma segunda fase depois de levantar o caderno de encargos, em que algumas delas pediram para aceder ao *data room*, onde podiam consultar informação privilegiada e privada, em função de um conjunto de compromissos.

Deputado António Lima (BE): Foi muito bom para a SATA dar essa informação toda!

O Orador: E, depois, entregaram as suas propostas firmes aqueles que entregaram. Agora, é o tempo de o júri tomar a sua posição, ...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Muito bem!

O Orador: ... de a comissão técnica acompanhar, de o conselho de administração dar sua visão final, para que depois o Governo então possa decidir.

As razões pessoais da Dra. Teresa Gonçalves, o Governo não as questiona, respeita-as. E estará sempre ao lado da Dra. Teresa Gonçalves até ao último dia das suas funções.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Muito bem!

O Orador: E vai acompanhar as decisões que ela tiver que tomar. É este o respeito que nos merece quem muito deu à SATA em períodos difíceis.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: De resto, em relação às contas e aos resultados do Grupo SATA, é verdade que eles ainda não são bons.

Deputado António Lima (BE): São péssimos!

O Orador: São menos maus.

Deputado João Castro (PS): É menos mal reconhecer isso!

O Orador: Mas é bom lembrar que mais de metade do resultado negativo de 2023, se calhar, é por culpa desses senhores que no Governo da República embandeiraram em arco, isso sim, com aquilo que colocaram no Orçamento para as OSP e que, depois, por má-fé contra os Açores e contra a SATA, não lançaram o concurso público!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, os senhores, o Partido Socialista, são não só responsáveis pela tragédia que provocaram ao Grupo SATA enquanto estiveram no Governo Regional, como por mais uma tragediazinha como Governo da República.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

Deputado João Castro (PS): Lá vão as culpas para a República!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que há aqui um equívoco na avaliação que tanto a Iniciativa Liberal e o Partido Socialista estão a fazer relativamente à leitura da proposta.

Deputado João Vasco Costa (PS): Não há!

O Orador: Se nós quiséssemos efetivamente escrever no projeto de resolução que esta seria uma posição de fundo sobre o futuro da SATA relativamente à sua propriedade, à sua gestão pública, ao seu plano estratégico, nós teríamos escrito, não precisamos de nos refugiar nesta matéria em pormenores de redação. Aquilo que está escrito no projeto de resolução é efetivamente a anulação deste processo de privatização.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Não, não! Não é do concurso, é do processo!

Deputado Nuno Barata (IL): É do processo!

O Orador: Só há este. Sr. Deputado Nuno Barata, deixe-me terminar. Só há este, não há outro em curso. Conhecem outro? Há mais um em paralelo que eu não conheça? É que eu não conheço e acho que ninguém conhece.

Deputado Nuno Barata (IL): Há sim, senhor. Eu já explico.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): É preciso ter cuidado com as letras miudinhas!

O Orador: A cláusula 44.^a do caderno de encargos diz o seguinte: “Suspensão ou anulação do processo de alienação. A SATA Holding reserva-se ao direito de, em qualquer momento e até à notificação da decisão final, suspender ou anular o concurso sempre que razões de interesse público o justifiquem.”

Ora, no nosso projeto de resolução, nós fazemos referência a esta terminologia: “Anulação por motivos de interesse público.” É esta terminologia legal que está no caderno de encargos. Está claro como a água, diz respeito ao processo de privatização em curso. Que fique claro, não há outro em curso.

Agora, quem não quer votar a favor, arranja pretextos para não votar a favor. Por isso, que fique claro este aspeto.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Quando é que acaba o processo?

O Orador: Há pouco, eu não respondi à pergunta, e peço desculpa, do Sr.

Deputado Pedro Pinto relativamente àquilo que nós faríamos se tivéssemos responsabilidades de governo sobre esta matéria.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Deus nos livre!

O Orador: Sr. Deputado Joaquim Machado, permita-me que continue.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Desde que não seja para tomar conta da SATA!

O Orador: O Bloco de Esquerda, na legislatura anterior, aliás, na anterior ainda do Governo do Partido Socialista, trouxe a esta Casa um projeto de resolução que já apontava este caminho. E no nosso programa eleitoral, se o Sr. Deputado Pedro Pinto tivesse tido oportunidade de ler, refere claramente que o caminho para a SATA e para o desenvolvimento até da SATA Internacional, nós consideramos que, claramente, nesse contexto, com o plano de reestruturação que está aprovado, aquilo que um governo que queira proteger os Açores, a nossa autonomia, a SATA, os trabalhadores e a nossa economia, o que tem de fazer é procurar uma negociação com a Comissão Europeia, para garantir que o nosso estatuto de região ultraperiférica é tido em conta naquele que será o futuro da SATA.

Quando nós batemos tantas vezes no peito a dizer que somos uma região ultraperiférica, que temos de ter um tratamento diferenciado, que somos uma região autónoma e temos de ter a capacidade de decidir por nós próprios, bem, isso é tudo muito bonito no discurso, mas se não tiver aplicação prática, não serve para nada, é conversa, desculpem lá, da treta. Se não tiver aplicação prática na política do dia a dia, não serve para nada.

E valorizar a autonomia e o nosso estatuto de região ultraperiférica, consagrado no Estatuto do Funcionamento da União Europeia, é ir à Comissão Europeia e colocar esses assuntos em cima da mesa.

Agora, quem não quer, é óbvio que dirá que foram os papões da Comissão Europeia que nos obrigaram a privatizar a SATA. E nós, coitadinhos, tivemos

que dizer que sim. É esse o discurso do Governo. É esse o discurso do PSD, do CDS. Esse discurso não protege os Açores. É um discurso, aliás, até hipócrita, porque o PSD sempre quis privatizar a SATA Internacional, nunca teve coragem de o assumir publicamente com todas as letras e por isso arranjou esta forma airosa de dizer: obrigaram-nos.

Mas eu recordo que fugiu a boca para a verdade ao Sr. Presidente do Governo quando disse que teria um caderno de encargos amigo do mercado. Como é óbvio, a intenção sempre foi vender ao desbarato.

E com as informações que temos e com os alertas do presidente do júri da privatização, pessoa insuspeita, julgo eu que é mais do que avisado que esse processo não avance, Sr. Secretário. Seria uma enorme irresponsabilidade que avançasse. E quem se posiciona numa redoma e acha que tem que avançar a todo o custo e que isso é que é positivo para os Açores, está a cometer efetivamente uma enorme irresponsabilidade. Por isso espero que aquilo que esteja aqui em causa seja mais um pouco de sectarismo, de não quererem aprovar a proposta, mas que a seguir vão anular o concurso porque sabem que isto não serve os Açores, aliás, é quase um crime de lesa-pátria.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva, tem a palavra. Faça favor.

(Neste momento, o Deputado Lubélio Mendonça reocupou o seu lugar na Mesa)

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu, neste debate, não pretendia, obviamente, falar dos resultados da SATA, porque acho que não é isso que é o essencial naquilo que estamos...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Quem diria!

O Orador: Sr. Deputado Pedro Pinto, tenha calma!

Não pretendia porque não é isso que é propriamente o objeto da discussão. Mas não poderia era deixar que o Sr. Secretário viesse aqui tentar reescrever a história. E a verdade é que os prejuízos dos últimos três anos do Grupo SATA rondam os 120 milhões de euros. Isso corresponde a uma média superior àquilo que foi registado nos anos anteriores. E é muito significativo. Isso é factual, basta consultar as contas. E não vale a pena vir aqui tentar reescrever a história, desviar as atenções, quando os factos são claros.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*): Já explico!

O Orador: Depois, o Sr. Secretário vem reafirmar que a demissão da senhora presidente do conselho de administração se deve a razões pessoais. Certamente será coincidência que a senhora administradora tenha saído por razões pessoais e, no mesmo dia, o administrador de Dinis Modesto também tenha saído por razões pessoais. Ó Sr. Secretário, estão a tentar enganar quem?

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Se eles vieram em equipa, não é natural que vão em equipa? Quem é que não percebe isso?

O Orador: Há informações a circular a dizer que o Governo não apoia, que o Governo não dá condições e continua a alimentar uma narrativa que não corresponde à verdade.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Quem é que disse isso? Isso é que são factos?

O Orador: Ó Sr. Secretário, o administrador Dinis Miguel Carvalho Modesto, que também se demitiu, também foi por razões pessoais? Responda! Há uma demissão também, dizem que é diretor financeiro, mas aparentemente é administrador. Também se deveu a razões pessoais? Eu aguardo a sua resposta. E para também reafirmar aqui, Sr. Deputado António Lima, nós, antes da

discussão dessa resolução, contactamos dizendo claramente que não concordávamos com a redação que aqui é proposta porque ela deixa dúvidas. Já aqui foram realçadas.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): V. Exa. tortura sempre os factos!

O Orador: O Sr. Deputado esclareceu, mas não é isso que está escrito. Quando diz que “anule o processo de privatização”, não diz que é o atual, não deixa a porta para aquilo que acontecerá no futuro. E nós já reafirmamos, a SATA precisa de avançar para um processo de privatização que garanta que a Região mantenha uma maioria relevante ou uma posição relevante. Isso já o dissemos. Agora, manter a redação como está deixa muitas dúvidas e encerra grandes riscos para a Região também. E, portanto, em relação a isso, nós não podemos concordar com o que está aqui proposto.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): É isso mesmo, Sr. Deputado!

O Orador: E por último, Sr. Deputado Paulo Simões, eu percebo o entusiasmo, é normal, mas também vir aqui falar em amnésia parcial, eu creio que não lhe fica bem. Não fica bem porque o Sr. Deputado, sobre esta matéria, sobre a SATA, também escreveu inúmeros artigos. E na altura, eu vou citar uma parte, Sr. Deputado, em novembro de 2018, dizia que “sirva de lição ao Governo no sentido de ser mais transparente na forma de comunicar com a sociedade açoriana”.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Isso não é sério, Sr. Deputado!

O Orador: Em dezembro de 2018, dizia que “o Governo tem de explicar aos açorianos que nem o Governo nem a administração da SATA se podem remeter ao silêncio, essa é uma não opção, porque, enquanto não vierem respostas, vão continuar a surgir perguntas”.

E agora eu pergunto, Sr. Deputado: perante aquilo que nós conhecemos atualmente, perante a falta de transparência...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Qual falta de transparência? Até tem o caderno de encargos aí!

O Orador: ... que este processo de privatização desde o início teve e que ainda tem, perante as dúvidas que existem, perante as incertezas que resultam daí, afirmações do presidente do júri, afirmações das Câmaras do Comércio, trabalhadores, Sr. Deputado, não acha que há demasiado silêncio por parte do Governo sobre esta matéria? Não acha que há demasiada falta de transparência? E acha que está tudo bem agora? Em 2018 estava tudo mal, agora está tudo bem. Amnésia parcial, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Onde é que está a falta de transparência?

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata** (*IL*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas duas questões, um esclarecimento e uma precisão. O atual concurso para a privatização da SATA Azores Airlines não é o processo de privatização da Azores Airlines. Aí é que está a questão. É um passo.

Sr. Deputado António Lima, eu vou-lhe explicar uma coisa, para ficar claro porque parece que o senhor não percebeu bem o que eu disse na primeira vez que intervim: mesmo que estivesse escrito no seu projeto de resolução que era este concurso público, eu votaria contra, porque eu sou contra parar o processo de privatização da Azores Airlines.

Deputado António Lima (BE): Então qual é o problema?

O Orador: Eu estou só a querer explicar-lhe que uma coisa é um passo no processo, outra coisa é o processo, que foi aquilo que escreveu.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Muito bem!

O Orador: O processo de privatização da Azores Airlines é a deliberação desta Casa, é o que está escrito no Orçamento da Região Autónoma dos Açores, que é uma deliberação desta Casa, que aprovou, em sede do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, a privatização da Azores Airlines até 31 de dezembro de 2025.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Muito bem!

O Orador: Mais, que é importante realçar, além disso, há o compromisso da Região com a União Europeia e com a Autoridade da Concorrência, que não nos permite fazer outra coisa.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Claro!

O Orador: Portanto, o processo é o conjunto da decisão que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores tomou e que está escrito no Orçamento da Região, conjugado com a imposição da União Europeia, que pode ou não até ser alterada, como já se percebeu. Mas não é sequer por aí, o processo é aquilo que nós decidimos aqui nesta Casa fazer em sede do Orçamento.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Muito bem!

O Orador: E, portanto, este é que é o processo. E quando o senhor escreve aí o processo, quer interromper o processo. A questão é mesmo essa.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Claro, o processo é mais do que o concurso!

O Orador: E mais do que o processo e do que o concurso, há que esclarecer os açorianos, mais uma vez, que a Região, a partir de 1 de janeiro de 2025, não pode injetar dinheiro na companhia aérea.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Ora aí está!

O Orador: E, portanto, quanto mais tarde a vender, pior a vai vender. Por mais que custe a alguns dos Srs. Deputados vender uma coisa pela qual têm muito apreço, não se importam que os açorianos continuem a pagar. Eu também tenho lá em casa uma medalhinha que me ofereceu uma namorada e que eu guardei sempre com muito amor e carinho, mas, se eu puser aquela medalhinha à venda no eBay, vão-me dar zero euros por aquela medalhinha. E é o que está aqui em causa neste momento.

E mais. É bom que os açorianos ganhem consciência de que, se não vendermos a Azores Airlines e formos impedidos de injetar mais dinheiro na companhia, ela vai encerrar por insolvência. Isso ainda é mais penoso para o bolso dos açorianos do que vendê-la a um consórcio só porque a gente acha que ele não tem capacidade para a recuperar.

Portanto, duas questões fundamentais: este é um processo que o senhor quer interromper, não a questão do concurso público; ...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Exato!

O Orador: ... e a questão da falência da companhia se nós não a vendermos, que vai pesar nas contas públicas da Região e, portanto, no bolso dos açorianos. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui a debater uma recomendação para que o processo de privatização da Azores Airlines seja anulado por motivos de interesse público.

O Sr. Deputado António Lima respondeu à minha questão sobre o que faria caso fosse governo e que, portanto, iria negociar com a União Europeia a continuação do funcionamento da operação da Azores Airlines. Basicamente, o que o Bloco de Esquerda nos disse foi continuar de prejuízo em prejuízo até que um dia se chegue à falência final.

Deputado António Lima (BE): Eu não disse isso! Isso é o que o senhor está a dizer!

O Orador: O Sr. Deputado António Lima não apresentou nenhuma solução para inverter os resultados negativos, apenas disse que ia invocar o estatuto da ultraperiferia junto da União Europeia, que a União Europeia tinha que compreender isso muito bem e que, portanto, era assim que ia resolver o assunto. Ora, houve negociação com a União Europeia.

Deputado António Lima (BE): Ah, pois!

O Orador: E o que a União Europeia disse foi: meus amigos, ou privatizam isso ou fecham tudo.

Deputado António Lima (BE): Eu não ouvi nada!

O Orador: E o fechar tudo implica também fechar a SATA Air Açores, que faz as ligações inter-ilhas. É que o Grupo SATA são várias empresas, é a Azores Airlines, é a SATA Handling, é a SATA Air Açores.

E, portanto, o que a União Europeia nos disse foi: protejam a SATA Air Açores e privatizem a Azores Airlines e a SATA Handling, para não contagiar a SATA Air Açores e não perderem a SATA Air Açores. E, portanto, é isto que está em cima da mesa.

E o que o Bloco de Esquerda quer é que, na reta final, na véspera de ser tomada uma decisão, todo este processo, que já rola há muitos meses, seja travado. E é isto que aqui está, ou seja, de prejuízo em prejuízo até à falência final.

E, portanto, se aprovarmos esta proposta de resolução do Bloco de Esquerda, o que vai acontecer é que vamos continuar a marcar passo e a acumular prejuízos. Isto não pode ser.

Deputado António Lima (BE): Os prejuízos são da vossa responsabilidade!

O Orador: O Sr. Deputado António Lima diz que agora os prejuízos são da nossa responsabilidade, ...

Deputado António Lima (BE): Então são de quem?

O Orador: ... quando na sua última intervenção o senhor disse que, quanto mais a Azores Airlines voar, mais prejuízos acumula. Portanto, implicitamente, está reconhecendo que há um problema no funcionamento da empresa, que quanto mais voar, mais prejuízo dá. Mas, felizmente, olhando para os números dos últimos dois anos, que o Sr. Deputado Carlos Silva nos trouxe, nós vemos que essa trajetória negativa está sendo invertida. Os prejuízos são cada vez menores. Ainda são prejuízos, mas são, de ano para ano, cada vez menores.

E já ficou aqui bem esclarecido hoje que se o Governo da República de António Costa tivesse sido um homenzinho e tivesse cumprido com o que está no Orçamento de Estado, ou seja, se tivesse cumprido a lei, porque o Orçamento de Estado é uma lei, se António Costa tivesse cumprido a lei, tinha colocado a concurso público as ligações aéreas para Santa Maria, para o Pico e para o Faial. E, portanto, a companhia aérea Azores Airlines tinha tido um prejuízo menor, porque tinha encaixado os 10 milhões de euros do Orçamento de Estado. E em vez de apresentar um resultado negativo de 26 milhões, já só seria de 16 milhões, que seria metade do prejuízo de 2022.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E, portanto, houve aqui uma deliberada tentativa de sabotar a governação nos

Açores de todas as formas e feitios, na SATA, nas obras do porto da ilha das Flores... Em tudo o que António Costa pôde encrençar a nossa governação, ele fez isso, ele reteve o dinheiro, atrasou os pagamentos. E, portanto, tudo isto faz parte do mesmo pacote.

Temos um prejuízo muito grande acumulado nesta companhia. Desejamos vender os nossos anéis e ficar sem os anéis? Não, claro que não, mas perante este panorama de falência, nós temos que acautelar o pouco que temos. E, portanto, para defender e preservar a SATA Air Açores, se tivermos que privatizar a Azores Airlines, pois vai ter que ser.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo inicialmente com um contexto porque o contexto é sempre importante. Mas eu vou explicar o contexto. E o contexto, obviamente, é dizer que o PAN é a favor da privatização da Azores Airlines. Nunca foi sobre o Handling, mas a Comissão Europeia dizia que era uma obrigação o Handling devido à parte concorrencial das outras empresas. Mas depois viu qual era a realidade açoriana e então até disse que poderia reverter. Da mesma forma também pode reverter outra e qualquer privatização.

O problema aqui não é esse. E toda a gente sabe qual é o meu posicionamento. Já devem saber, porque na campanha muitos partidos falaram sobre como é que estava o processo do concurso para a privatização da SATA.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Ah!

O Orador: Eu já vou explicar, Sr. Secretário.

E também fui muito claro a dizer que havia alguma... não é opacidade, mas talvez alguma incerteza relativamente ao aglomerado ou ao grupo empresarial que estaria a comprar a SATA. Daí, obviamente, há algum receio da maior parte dos açorianos e também da parte do PAN e de alguns partidos.

O problema nunca foi esse. O problema agora é outro. Temos um júri que diz: amigos, cuidado. Eu não me recordo de um júri falar sobre um concurso, no meio do concurso (e um júri é super isento e super transparente, tem que o ser), dizer para ter cuidado, deixar um aviso. Isto é grave, obviamente. Temos que olhar com outros olhos.

Depois, temos dois administradores que se vão embora por motivos pessoais. Eu não vou ser deselegante porque são motivos pessoais, mas deixa-me um pouco desconfiado porque são duas pessoas da administração a sair ao mesmo tempo. Apesar de a nível pessoal eu não poder sequer tentar desconfiar que seja mais do que isso.

Deputado Carlos Silva (*PS*): Uma coincidência!

O Orador: Depois, temos também os trabalhadores que dizem que não é só a nível pessoal, é o contexto. E o contexto tem a ver, obviamente, com as costas voltadas entre a administração e o Governo.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Isso não é verdade!

O Orador: Se é factual ou não, pelo menos é aquilo que os trabalhadores disseram após uma reunião com a senhora presidente da administração. Pelo menos é o que eles dizem. Não sei, eu simplesmente estou a vender ao mesmo preço que comprei. E esse também não é o problema.

Eu sou totalmente contra a forma como este concurso se está a processar. Não

somos os únicos, acontece também, provavelmente, com a administração, acontece também com os trabalhadores, acontece com a maior parte dos açorianos, e o próprio júri diz exatamente o mesmo.

E por isso também não posso concordar com o Sr. Deputado António Lima, porque há aqui uma diferença. Se fossemos técnicos, a 100 %, o Sr. Deputado António Lima iria meter o que está na cláusula 44.^a, que era suspender ou anular o concurso. E não é anular o processo de privatização da SATA Azores Airlines. Porque se o Sr. Deputado foi buscar à cláusula, então copiava a cláusula na íntegra, dizia que era o concurso e não o processo de privatização.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Claro! Bem visto!

O Orador: E aquilo que eu peço ao Sr. Deputado António Lima, porque de outra forma o PAN tem que votar contra, se estiver aberto a alterar o projeto de resolução, apenas para mudar concurso em vez do processo, o PAN irá votar favoravelmente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Simões, finalmente.

(*) **Deputado Paulo Simões** (*PSD*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Silva, tenho pena de não ter sido logo a seguir, porque, enfim... Deixe-me só dar esta nota: Sr. Deputado, em relação a notícias, o senhor citou notícias, dando como certas de que são verdadeiras e não discute a veracidade das notícias. No entanto, em 2018, a propósito do processo de privatização da SATA, há um comunicado da SATA...

Deputado Carlos Silva (*PS*): Eu fiz perguntas ao Governo também!

O Orador: Posso?

Deputado Carlos Silva (*PS*): Claro que sim.

O Orador: Faz alusão às notícias, dando que são boas, e eu não discuto isso,

não é isso que eu estou aqui a fazer. É só para mostrar aqui que, em 2018, a propósito do cancelamento da primeira tentativa de privatização da SATA, há um comunicado da SATA/Região que diz que a notícia de que não existe proposta da Loftleiðir Icelandic, empresa do Grupo Icelandair, para aquisição de 49 % do capital social da Sata Internacional - Azores Airlines é falsa e leviana. Qual é a conclusão que se tira? Quando as notícias são convenientes, são verdadeiras; quando não são convenientes, são falsas. Não é sério.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Bom, em relação às dúvidas que o Sr. Deputado Carlos Silva coloca, leu uma parte de um editorial meu, agradeço, e pergunta se eu tenho dúvidas. As dúvidas não são minhas, até porque temos aqui o Sr. Secretário Regional, que em presença hoje, aqui, já respondeu às questões que tinha que responder.

Deputado Carlos Silva (PS): Não respondeu!

O Orador: E mais, se me permite, já que tomou a liberdade, e eu agradeço ter citado um editorial meu, então eu próprio vou ler o que escrevi em 2023. Eu, em 2023, escrevi assim: “O resultado da auditoria do Tribunal de Contas ao Grupo SATA confirma o que, empiricamente, já se tinha percebido, um acumular de más decisões de gestão que criaram um gigantesco buraco financeiro.” Eu não vou ler tudo. E a dada altura eu digo assim: “É de todo incompreensível a decisão de ignorar dois estudos prévios de consultoras idóneas e optar pelas soluções que ambas desaconselharam, renovar a frota com base no Airbus A330-200, o tristemente célebre ‘cachalote’.” E eu pergunto: “Quem tomou a decisão? E porquê? Quem é o responsável pelos 41 milhões de euros de perdas causadas por uma decisão conscientemente errada? Há perguntas que não podem ficar sem resposta e esta é uma delas. E há consequências que devem ser assumidas politicamente e, caso se apure matéria de facto, judicialmente.” Também escrevi isto.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): A tendência era sempre a mesma!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Castro, tem a palavra.

(*) **Deputado João Castro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A posição do PPD, ...

Deputado Flávio Soares (PSD): PSD!

O Orador: ... do CDS e do Governo é simplesmente inacreditável neste debate. Estão preocupados com a credibilidade dos candidatos à privatização, mas aguardam serenamente o envio do relatório que já deviam conhecer.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Ele ainda não está feito!

O Orador: Queixam-se da dívida que herdaram, mas continuam a aumentar a dívida a um ritmo superior ao que receberam. E insistem em não pagar essa dívida.

Queixam-se da República, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E com razão!

O Orador: ... passando o problema, como é normal, esquecendo que as atuais obrigações de serviço público foram desenhadas por um Governo do PPD e do CDS.

Deputado Flávio Soares (PSD): PSD!

Deputado Carlos Silva (PS): É verdade!

O Orador: As atuais obrigações de serviço público foram desenhadas pelo Governo do PPD e do CDS. É bom relembrar. Não nos esqueçamos, é bom relembrar. Sr. Deputado Joaquim Machado, é bom relembrar isso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor que é bom em história...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Está a falar de que obrigações?

O Orador: Não se conseguem viagens nem interilhas nem com o exterior da Região, mas, pelos vistos, há aviões a viajar com 17 pessoas a bordo. Foi aqui dito que se fez uma viagem com 17 pessoas a bordo, mas depois queremos marcar uma viagem e não se consegue, as coisas estão entupidas.

Deputado Flávio Soares (PSD): Não foi nada disso!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): A acústica deste Parlamento não é a mesma da Assembleia da República!

O Orador: Os administradores demitem-se porque o Governo não dá condições. Mas o Governo aguarda serenamente porque confia nos administradores.

Sras. e Srs. Deputados, o Governo tem de agir com celeridade, tem de corrigir este processo e este percurso, porque a SATA é mesmo um assunto muito importante e muito sério para os açorianos e para os Açores.

Muito obrigado.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional das Finanças, faça favor, tem a palavra.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros

do Governo:

Para deixar aqui uma nota em nome do Governo. Cumprindo o procedimento que está previsto, quando o conselho de administração apresentar a sua proposta, o Governo decidirá. E decidirá sempre, como em todo este processo, no superior interesse dos Açores.

Deputado António Lima (BE): Mas qual é o conselho de administração?

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A gestão da SATA, sobre a qual não nos imiscuímos no dia a dia, tem um objetivo estratégico, que é cumprir o plano de reestruturação. Ele está a ser cumprido. E o seu cumprimento, respeitando o normativo português e também o caderno de encargos, impõe...

Deputado António Lima (BE): Não impõe, pode suspender e anular!

O Orador: ... que o Governo se pronuncie, como já foi repetidamente afirmado, logo que o que o conselho de administração tome uma posição relativamente àquilo que recebeu do relatório final do júri.

Deputado António Lima (BE): Pode anular!

O Orador: Mas queria deixar duas ou três notas relativamente ao passado, com basicamente dois ou três números também. Havia dívidas ao Grupo SATA de hospitais e unidades de saúde da Região desde 2016.

Deputado António Lima (BE): Já pagou a eletricidade à EDA?

O Orador: Desde 2016 que havia dívidas ao Grupo SATA dos hospitais.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muitos milhões!

O Orador: Foram pagos até o último cêntimo pelo Governo Regional da Coligação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É preciso reconhecer que ainda há dívidas em relação, neste caso, à EDA por parte do Grupo SATA, que também vêm desde 2016. Mas nós também vamos resolver, como resolvemos aquelas do Grupo SATA que devia.

Deputado Carlos Silva (PS): Sim, sim, Sr. Secretário. Há dias, vimos nas notícias que não estavam a pagar! Dívidas a hospitais e aos bombeiros também!

O Orador: Não estou percebendo...

Os hospitais e unidades de saúde pagaram ao Grupo SATA dívidas desde 2016. E vão fazê-lo em relação à EDA.

Só para terminar, dois números, especialmente para o Sr. Deputado João Castro, Presidente do Grupo Parlamentar. 30 milhões de euros. Sabe quais são as duas parcelas destes números? Nos resultados de 2023 foram impactados 15 milhões de juros, responsabilidade da herança socialista, e mais 15 milhões por via das OSP não terem sido lançadas nas ligações ao Faial, Pico e Santa Maria.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado António Lima, para uma interpelação, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu gostaria de informar a Mesa e a câmara de que acabamos de dar entrada de uma proposta de substituição integral do projeto de resolução que está em debate, alterando a sua redação do ponto resolutivo. Para eventualmente evitar um intervalo regimental para que seja distribuído, passo a

ler, se me permite, Sr. Presidente, que ficará da seguinte forma: “Assim, ao abrigo das disposições regimentais estatutárias, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional que, através da SATA Holding, anule o atual concurso de privatização da SATA Azores Airlines por motivos de defesa do interesse público.”

Eu julgo que, perante as dúvidas e as inquietações que existiam relativamente à intenção da proposta, não vale a pena haver desconfianças quanto ao espírito do legislador e de quem apresenta a proposta. Sabem bem qual é a nossa posição de fundo, mas sabem bem também qual é a proposta que aqui está. É esta. E agora assumam cada um as suas responsabilidades.

Muito obrigado.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Isso é uma ingerência!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Eu já vou despachar a proposta e daqui a pouco estará nos vossos e-mails.

Sr. Deputado Pedro Neves, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves** (*PAN*): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu agradeço ao Bloco de Esquerda que tenha feito essa substituição integral, porque assim, obviamente, o PAN vai votar a favor, exatamente como eu disse anteriormente.

Eu vou contar uma estória, não uma história com “hi”, mas com “e”, porque é pura ficção.

Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*): Isso é fantasia!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): É a história do senhor que não esteve na reunião e disse que ouviu!

E se houver alguma coincidência, é apenas uma feliz... neste caso infeliz

coincidência. Obviamente, imaginemos nós que dois administradores da SATA saem por problemas com o Governo relativamente ao concurso da privatização. Não gostaram da conversa, deram razão ao júri, disseram que aquela empresa é muito fajuta, então é preciso a gente ter cuidado, a gente não concorda com isto, vamos meter uma paragem. E pede-se ao Governo, vamos meter aqui um travão, porque podemos pela cláusula 44.^a. E o Governo disse assim: vocês devem estar a brincar com isso. Saem cá para fora, vamos arranjar mais dois administradores, neste caso mais próximos do Governo e do PSD. Isto é apenas uma estória, mas pelo menos não é uma estória em que eu sou o único que a esteja a contar. Esta estória está a ser contada por muita gente neste preciso momento, está a rolar essa publicação.

E por isso era bom, também, obviamente, perguntar, relativamente ao relatório: quem é que vai fazer o relatório? Quando? É melhor quando, o espaço temporal. Vai ser em abril ou vai ser em maio? Porque se for em abril, ainda é o conselho de administração que existe neste momento, porque é até 30 abril, acho eu. Se for em maio, já não são as pessoas que se demitiram, mas vão ser pessoas novas, que nós não sabemos quem são as pessoas que vão ser nomeadas pelo Governo. Por isso, talvez, o Sr. Secretário, para que não seja uma estória com “e” e seja uma história com “hi”, seria bom que o Sr. Secretário...

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Francisco Lima, faça favor.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma vez que se falou aqui muito de amnésia, eu acho que está na altura de falar aqui da amnésia do Partido Socialista em relação à TAP, porque ao quererem interromper a SATA é para gente, se calhar, fazer uma reversão. E é preciso saber o que foi feito na TAP, que era uma empresa que estava completamente privatizada, que foi revertida, que tem um prejuízo enorme, que foi gerida por WhatsApp, com pagamentos de indemnizações, que foi para uma administração completamente politizada. E sim, é importante, querer reverter ou parar o processo de privatização é uma questão ideológica, porque o Bloco de Esquerda agora altera à última da hora a proposta, mas não é este processo, é mais um prego no caixão, querem é parar a privatização.

Deputado Carlos Silva (PS): Faça uma resolução!

O Orador: Porque o Estado quanto mais tiver, mais pessoas pode pôr lá de tacho. Aliás, a SATA, olhando para o passado, podia ter sido muito bem a sociedade açoriana de tachos e amiguinhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Depois de terem sido chamados aos trabalhadores da SATA de tachos, com os risos da bancada do PSD, não me dá muita vontade, de facto, de encerrar este

debate, o que é triste, mas tenho de o fazer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vou ter que me levantar...

O Orador: De facto, nesta fase, tendo sido entregue a proposta que nós apresentámos de substituição integral, não restam dúvidas do objeto, se é que ainda existiam, da proposta.

Deputado Pedro Neves (PAN): Agora não há dúvidas!

O Orador: E quem diz que efetivamente está a salvar a SATA com esta privatização, não está efetivamente a dizer a verdade. Quem diz que vai poupar os açorianos de prejuízos, ...

Deputado Francisco Lima (CH): Está a salvar os contribuintes!

O Orador: ... não está a dizer a verdade. É que foi confirmado até pela Sra. Secretária dos Transportes, Infraestruturas e Turismo, em novembro do ano passado, que os quase 400 milhões de passivo da SATA Internacional ficariam para quem? Para os contribuintes açorianos. Os quase 400 milhões de passivo da SATA Internacional ficariam para os contribuintes dos Açores.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Já estão lá!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Fazem parte do processo de reestruturação!

Deputado Carlos Silva (PS): Nós não conhecemos!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Não conhecem?!

Deputado Carlos Silva (PS): A Sra. Secretária também esteve na SATA!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Limpinha! Sempre limpinha!

O Orador: Essa dívida que a SATA Internacional tem não será paga, seremos nós a pagar. Não estamos a poupar coisíssima nenhuma, estamos a dar uma borla. E mesmo assim, dando uma borla, apareceu um grupo, que não vale a

pena continuar a classificar porque o júri já classificou, de 20 a 100 vale 46. E essa credibilidade está mais do que clara. E quem quer avançar com este processo, quer efetivamente enterrar a SATA, quer pôr em causa os postos de trabalho, quer pôr em causa a economia dos Açores, os empresários que tanto dizem defender, os trabalhadores que dizem defender, querem mandá-los para o desemprego, porque é isso que vai acontecer a centenas e eventualmente a milhares de pessoas com uma decisão deste tipo.

E termino dizendo o seguinte: ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... para quem acha que estamos com a corda ao pescoço e temos que vender a SATA Internacional amanhã a todo o custo, não avançando este processo se não aparecer nenhum comprador para um eventual processo subsequente, o que é que acontece? O que é que farão? É essa a pergunta que têm que responder. Recuperam a empresa ou é para fechar? Essa pergunta tem que ser respondida. O que é que acontece no dia a seguir a 2025?

Presidente: Sr. Deputado António Lima, agradeço que termine.

O Orador: O que é que fará o PSD? O que é que fará o Governo?

Da parte do Bloco de Esquerda, é a defesa intransigente dos Açores, da autonomia, da nossa economia, da SATA, dos seus trabalhadores, mas acima de tudo dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Mas quem é que paga isso tudo?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Até nem me vou rir, para não dizer que me estou a rir de si.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Para uma interpelação, Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Presidente, é só para questionar se já foi distribuída a substituição integral.

Presidente: Eu tenho aqui. Os senhores já devem ter no e-mail, com certeza.

Deputado Carlos Silva (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Se querem algum tempo, podemos aguardar.

(Pausa)

Estamos em condições de votar? Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 5/XIII – “Recomenda ao Governo Regional que anule o processo de privatização da SATA Internacional”, da autoria do Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução n.º 5/XIII foi rejeitado: contra, 22 votos do PSD, 5 votos do Chega, 2 votos do CDS-PP, 1 voto do PPM e 1 voto da IL; a favor, 22 votos do PS, 1 voto do Bloco de Esquerda e 1 voto do PAN.

Presidente: Muito obrigado, Srs. Deputados.

Sr. Deputado Carlos Silva, para uma declaração de voto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para uma declaração de voto, para reafirmar aquilo que disse inicialmente, que não concordávamos com a redação inicial, mas a alteração, obviamente, merece a nossa concordância, a nossa aprovação, porque aquilo que referimos desde o início é que este processo de privatização em curso não serve os açorianos. Está envolto em falta de transparência desde o início, em

peripécias, não defende o interesse regional, não salvaguarda os postos de trabalho. E, portanto, em concordância com tudo o que temos vindo a dizer até agora, aprovámos a resolução que foi aqui apresentada.

E, além disso, entendemos que é tempo de o Governo também deixar de se desculpar com o passado e apresentar respostas, esclarecimentos, ser mais transparente e garantir, de facto, o futuro da SATA e garantir a salvaguarda dos postos de trabalho, porque é isso que os açorianos também querem.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Enquanto o passado for presente, nunca se deixará de falar!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto.

Sr. Deputado Paulo Simões.

(*) **Deputado Paulo Simões** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O nosso sentido de voto tem a ver com aquilo que nós aqui defendemos, que é o futuro da SATA. É nesse sentido que votamos, por essa preocupação com o futuro da SATA, para tentar resolver um problema que foi causado por sucessivas governações ingerentes e pouco claras no futuro da SATA, que chegou onde chegou. Nós votamos nesse sentido.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado João Castro (PS): Não se esqueçam é de pagar a dívida!

O Orador: Muito obrigado.

Mais alguma declaração de voto?

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(Burburinho)

Sras. e Srs. Deputados, ainda não encerramos os nossos trabalhos.

Faça favor, Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Votamos contra esta proposta porque não podemos ter, sempre, sistematicamente, este tipo de atitude, seja no País, seja na Região. Iniciámos um processo, e quando percebemos que o processo não está tendo o resultado que mais desejávamos, então interrompe-se, volta tudo à estaca zero e volta tudo a reiniciar. É exatamente por constantes avanços e constantes recuos que chegámos ao estado em que chegámos.

A União Europeia impôs um prazo. O prazo é 2025. Quanto mais tempo perdermos, pior será para este processo. O júri pronunciou-se, elaborou o seu relatório. Vamos ter confiança no relatório do júri. Vamos ter confiança no conselho de administração e na decisão que vai tomar com base nas informações do júri. E vamos ter confiança no Governo, na decisão que vai tomar, depois de ser informado pela companhia aérea da decisão que tomou.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Mais intervenções para declarações de voto?

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda votou favoravelmente...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Ó Sr. Deputado, já sabemos qual é a sua opinião!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não me obriguem a ser desagradável! Eu quero ouvir a declaração de voto do Sr. Deputado António Lima e não consigo! Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: O Bloco de Esquerda votou favoravelmente este projeto de resolução porque este processo, concurso, o que se queira chamar, é exatamente o mesmo que um carro a ir contra um muro de cimento. E esta proposta é não só um alerta, mas uma forma de tentar travar esse desastre anunciado. Toda a gente já percebeu que é um desastre anunciado. Ainda não têm a coragem de assumir, de reconhecer e de travar esse processo. Mas cada um assume a sua responsabilidade. E a responsabilidade deste Parlamento era tomar essa decisão de recomendar ao Governo que o processo fosse anulado.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): E o relatório do conselho de administração?

O Orador: E quem assume que ele deve continuar, assume a responsabilidade também de concordar que a SATA Internacional seja vendida ao grupo que a quer comprar, assume a responsabilidade de querer que tudo continue como está e que o concurso continue com as consequências que isso teria ou terá para os Açores, para a nossa economia, para os trabalhadores, para a SATA e para os Açores. Por isso, nós votámos favoravelmente, da forma mais responsável, que

é alertar, propor e defender o interesse público.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado António Lima.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto.

Sr. Deputado Francisco Lima, faça favor.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós, no Chega, fizemos aqui um voto contra porque achamos que tem que haver confiança jurídica. E se andarmos aqui a brincar às reversões, a andar para a frente e a andar para trás, isto não é forma de trabalhar. E, portanto, temos que dar confiança ao mercado. Até prova em contrário, temos que acreditar no júri. O relatório não é conhecido. O Governo não se pronunciou. Naturalmente, o Governo vai assumir as suas responsabilidades e vai tomar a decisão que for mais do interesse dos açorianos. O que nós não podemos é andar aqui a brincar.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Tudo em cima do joelho!

O Orador: Mais uma vez, tenho que revisitara a história, o que foi feito na TAP, que acabou com um prejuízo estratosférico e que é um problema que ainda não está resolvido. E aconteceu na REN e aconteceu nas reprivatizações todas. O Governo da “geringonça” deixou-nos numa desgraça, reverteu tudo menos a austeridade, que foi o que a gente viu.

Deputado Carlos Silva (PS): Sr. Deputado, isso está uma confusão aí!

O Orador: E, aliás, os açorianos pronunciaram-se recentemente e deram a devida resposta. E é sobre isso a declaração de voto que tinha a fazer em nome do Chega.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.
Pergunto se há mais declarações de voto.

(Pausa)

O Sr. Secretário Regional Paulo Estêvão quer fazer uma declaração de voto, tem saudades...

Bom, encerramos os nossos trabalhos por hoje. Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 39 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Carlos Cota Soares

Partido Socialista (PS)

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Os redatores, *Sara Azevedo e André Silva*